

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL EM
HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

HISTÓRIA

**BENS CULTURAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
(RS): SUBSÍDIOS AO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL**

Camila Rola Alves

**RIO GRANDE
2016**

Camila Rola Alves

**BENS CULTURAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
(RS): SUBSÍDIOS AO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL**

Trabalho apresentado como requisito parcial/final para aprovação na prova de Defesa do Programa de Pós-graduação em História, Mestrado Profissional em História, Pesquisa e Vivências de Ensino-Aprendizagem, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sob a orientação da professora Dra. Carmem G. Burgert Schiavon.

**RIO GRANDE
2016**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carmem G. Burgert Schiavon – FURG
(Orientadora)

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães – (UniFil)
(Avaliador)

Prof. Dr. Vivian da Silva Paulitsch – FURG
(Avaliador)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres – FURG
(Avaliador)

Aos alunos, pois estes foram fundamentais no processo de construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, em especial a minha mãe Minéia Silvana Oliveira Rola, a minha avó Geni Alves e ao meu irmão Kaléu Rola Alves que, durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, me deram todo apoio e, tiveram muita paciência. Aproveito para agradecer, também, ao meu namorado Luiz Gustavo Cruz por todo apoio.

Agradeço aos alunos por tornarem o trabalho possível, ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, pela recepção e disponibilidade para a realização das atividades, bem como à professora titular da turma Sandra Cristina Valente Duarte Lemos por me receber na sua sala de aula e aceitar essa proposta de trabalho.

Aos meus amigos que, a cada conquista, comemoraram junto comigo. Gostaria de fazer um agradecimento especial às minhas colegas, pois ao longo desse processo se tornaram amigas, dividimos nossas dúvidas, angústias, alegrias e, hoje, posso dizer que vocês ganharam um espaço especial na minha vida, obrigada: Andrea Romeiro, Bruna S. Garcia, Bruna G. Martins, Caroline Moraes, Gabriela Gomes e Taciane Umpierre.

Deixo aqui registrado todo meu carinho e admiração por duas amigas, que foram muito presentes ao longo dessa caminhada, estão sempre me enviando as melhores energias e, mesmo, muitas vezes, contrariadas, mas, acabavam entendendo minhas ausências, muito obrigada: Caroline Fonseca Holz e Michele Cunha.

As minhas pequenas, Iris O. Holz e Lavínia L. Rola, pois elas escutaram, inúmeras vezes, que eu não poderia estar com elas, porque estava estudando.

À minha orientadora e amiga, a Profa. Dra. Carmem G. B. Schiavon, que me acompanha desde as primeiras experiências dentro da Universidade e sempre confiou no meu trabalho, além de ser uma grande incentivadora. Obrigada por fazer parte de mais esta conquista e pela orientação segura e decisiva deste trabalho!

À Profa. Dr. Vivian Paulitsch, ao Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães e ao Prof. Dr. Luiz Henrique Torres por todas as contribuições para a escrita da dissertação e, pela disponibilidade quanto à participação na Banca.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho fosse realizado.

RESUMO

Atualmente, muito se discute sobre o ensino de História. Nesta direção, alguns debates envolvem a questão da dificuldade de se promover a participação dos alunos nas aulas, bem como formas para se despertar o interesse discente e, tendo em mente estas ponderações, o uso da Educação Patrimonial em sala de aula, pode representar um caminho. Neste sentido, esta metodologia pode ser utilizada para promover o ensino de História de um modo mais dinâmico e atrativo para o aluno, possibilitando atividades nas quais o mesmo deixe de ser um mero receptor, passando a construir o conhecimento, juntamente com o professor, ao longo das aulas, tendo em vista que a metodologia da Educação Patrimonial possibilita a aproximação das pessoas com os bens patrimoniais. Sendo assim, a presente Dissertação tem como objetivo central desenvolver um projeto de Educação Patrimonial com uma turma de 4º ano da escola Sagrado Coração de Jesus, na busca por um ensino de História mais dinâmico e abrangente, na medida em que os alunos não precisam ficar restritos somente ao espaço escolar, mas iniciam a utilizar a cidade como recurso didático para as aulas de História. Para tanto, o texto desta Dissertação encontra-se dividido em três capítulos; no primeiro apresenta-se a relação entre História, Memória e Patrimônio, haja vista que esses são os pilares para as atividades envolvidas com a metodologia da Educação Patrimonial, também realiza-se um breve histórico sobre patrimônio no Brasil e o surgimento dessa no país; o segundo capítulo, por sua vez, aborda o projeto realizado, os lugares, com os quais os alunos trabalharam e, ainda, abordamos os materiais utilizados nas aulas; finalmente, o terceiro capítulo analisa o trabalho realizado com os alunos, as atividades propostas, a análise das percepções dos discentes a partir das saídas de campo, sobre os bens culturais; este último capítulo, também conta com uma atividade realizada com os responsáveis dos alunos, de modo a observarmos o que eles contam ao chegar em casa sobre as aulas. Deste modo, buscamos através da (re) educação do olhar, mostrar para os alunos a cidade onde eles vivem e despertar o pertencimento dos mesmos com estes lugares, para que, assim, os estudantes possam se tornar defensores e multiplicadores de atividades em prol do patrimônio cultural local.

PALAVRAS-CHAVE: Bens Culturais, Ensino de História, Patrimônio Cultural, Rio Grande.

RÉSUMÉ

Actuellement, il y a une grande discussion sur l'enseignement d'histoire. Dans cette direction, quelques débats sont au tour sur la question de la difficulté de provoquer la participation des étudiants à la classe, ainsi comme les manières d'éveiller l'intérêt d'apprenant, en savant à la tête ces pondoirs, l'usage de l'Éducation Patrimoniale au cours, Il peut représenter un chemin. Dans le même sens, cette méthodologie peut être utilisée à promouvoir l'enseignement d'histoire d'une façon plus dynamique et attractif pour élève, il est en train de proportionner les activités à l'enseignant laisse d'être un simple récepteur en train de passer à construire la connaissance tout ensemble au enseignent. Au cours des classes en vue que la méthodologie de l'Éducation Patrimoniale proportionne la proximité des personnes aux bens matériels. De cette façon, cette dissertation a comme objectif la réalisation d'un travail aux enseignants de l'École Sagrado Coração de Jesus, à la recherche d'un enseignent d'histoire plus dynamique et embrassement. À cause des étudiants n'ont pas besoin de rester contenus à l'espace scolaire, ils passent à utiliser la ville comme ressources didactiques pour les classe d'histoire. En tant, le texte de cette dissertation se trouve partage à trois chapitres : au premier se présente la relation parmi Histoire, Mémoire et Patrimoine, en vue qu'ils sont les piliers aux activités qui enveloppent la méthodologie d'éducation patrimonial et aussi on réalise un bref résumé sur le patrimoine au Brésil et le jaillissement de cette méthodologie au pays; le second chapitre, à son moment, aborde le projet réalisé, les lieux où les enseignants ont travaillé, et encore on parle sur les matériaux employés aux classes; finalement le troisième chapitre fait un observation réalisé aux élèves, les activités proposées, les analyses des perceptions des apprenants à partir des sorties du champs, sur les bens culturels; au dernier chapitre compte encore avec une activité réalisée aux responsables des étudiants, à fin d'on observer les choses racontées pour eux quand ils arrivent chez eux et tous les choses qu'ils parlent sur les classes. De cette façon, on recherche travers de (re) éducation du visage, montrer aux enseignants la ville où ils habitent, éveiller le appartenant d'eux avec ses endroits, objectivant que les étudiants se deviennent défenseurs et multiplicateurs des activités en faveur du patrimoine culturelle locale.

Les mots-clé: Bens Culturels, Enseignent d'histoire, Patrimoine Culturelle, Rio Grande.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 – Monumento Túmulo a Bento Gonçalves da Silva, 2007.
- Figura 02 – Monumento Túmulo a Bento Gonçalves da Silva, com ênfase para os leões que representam a luta entre a monarquia e a república, data desconhecida.
- Figura 03 – Chafariz da Praça Tamandaré, data desconhecida.
- Figura 04 – Cartão Postal da Praça Tamandaré, 1908.
- Figura 05 – Monumento à Liberdade, data desconhecida.
- Figura 06 – Catedral de São Pedro, data desconhecida.
- Figura 07 – Foto feita no interior da Catedral, Missa relativa a 277º aniversário do Rio Grande, 2014.
- Figura 08 – Ilha da Pólvora, data desconhecida.
- Figura 09 – Projeto imobiliário a ser construído no antigo Complexo da Fábrica Rheingantz.
- Figura 10 – Projeto imobiliário a ser construído no antigo Complexo da Fábrica Rheingantz.
- Figura 11 – Cartão-Postal da Praça Xavier Ferreira (década de 1935).
- Figura 12 – Cartão-Postal da Praça Tamandaré, 1908.
- Figura 13 – Imagem aérea da Praça Barão de São José do Norte.
- Figura 14 – Os alunos observando as pichações no monumento túmulo a Bento Gonçalves da Silva.
- Figura 15 – Os alunos realizando percurso pela Praça Tamandaré.
- Figura 16 – Imagem aérea da Praça Tamandaré.
- Figura 17 – Imagem aérea da Praça Xavier Ferreira.
- Figura 18 – Alunos no monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes.
- Figura 19 – Arquitetura original do “Sobrado do Rasgado” como era conhecido, inicialmente, o Prédio da Prefeitura (1888).
- Figura 20 – Prédio da Prefeitura, aproximadamente década de 1920.
- Figura 21 – Imagem aérea da Praça Sete de Setembro.
- Figura 22 – Trabalho do aluno J. R “O monumento tumulo do Gel Bento Gonçalves está localizado na Praça Tamandaré. Ele foi a pessoa que comandou a Revolução Farroupilha.
- Figura 23 – Trabalho referente à Praça Tamandaré.
- Figura 24 – Trabalho referente ao Mini Zoológico.
- Figura 25 – Trabalho sobre o Mini Zoológico.

Figura 26 – Trabalho sobre a Catedral de São Pedro.

Figura 27 – Trabalho sobre a Biblioteca Rio-Grandense.

Figura 28 – Os alunos apresentando suas pesquisas.

Figura 29 – A turma com os objetos.

Figura 30 – Fábrica Rheingantz (em torno de 1910).

Figura 31 – Fábrica Rheingantz (em torno de 1930).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFAM – Centro de Educação e Formação Ambiental Marinha.

CRAM – Centro de Recuperação de Animais Marinhos.

DEPREC – Departamento de Portos, Rios e Canais.

FURG – Universidade Federal do Rio Grande.

ICHI – Instituto de Ciências Humanas e da Informação.

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PEP – Programa de Educação Patrimonial.

SEORG – Sociedade de Estudos Oceanográficos do Rio Grande.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	05
RESUMO	06
RÉSUMÉ	07
LISTA DE FIGURAS	08
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA	17
1.1- Breve histórico acerca do patrimônio no Brasil.....	17
1.2- A metodologia da Educação Patrimonial.....	25
1.3- A Educação Patrimonial como uma prática de ensino.....	29
1.4- História, Memória e Patrimônio.....	34
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ESPAÇO FORMAL DE ENSINO	38
2.1– Um pouco do início.....	38
2.2– Os Museus.....	58
2.3– Na sala de aula.....	62
2.4– Aprendendo com o(s) objeto(s).....	69
CAPÍTULO III – O PATRIMÔNIO EM DESTAQUE: NARRATIVAS E PRODUÇÕES DISCENTES ACERCA DOS BENS CULTURAIS RIO GRANDINOS	75
3.1 – Um pouco do início.....	75
3.2 – O segundo ato: De volta para a sala de aula.....	88
3.2.1 – A terceira aula.....	92
3.2.2 – A quarta aula.....	93
3.2.3 – A quinta aula: um pouco das observações	97
3.2.4 – A sexta aula: uma visita aos museus.....	98
3.2.5 – A sétima aula: histórias que instigam.....	100
3.2.6 – A oitava aula: “Oficina de Objetos”.....	101
3.2.7 – A nona aula: a palestra no Porto Novo.....	105
3.2.8 – A décima aula: a Fábrica Rheingantz.....	106
3.2.9 – A décima primeira aula: a despedida.....	110
3.2.10 – O trabalho realizado com os pais dos discentes.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	125
PRODUTO CRIADO: PRAÇAS COMO ROTEIROS DE ATIVIDADES DE ENSINO	138

1 – Aspectos iniciais.....	137
2 – Histórico dos locais.....	138
2.1 – Praça Xavier Ferreira.....	138
2.2 – Praça Barão de São José do Norte.....	140
2.3 – Praça Tamandaré.....	142

INTRODUÇÃO

Atualmente, conforme aponta o antropólogo José Reginaldo Gonçalves “a recente literatura sobre o tema “patrimônios culturais” é notavelmente extensa e não para de expandir-se” (GONÇALVES, 2015, p. 212), ou seja, muito se fala sobre a necessidade de se preservar e como fazê-lo a fim de que as gerações possam desfrutar da(s) sua(s) memória(s) e história(s). Nesta mesma direção, outra pergunta surge e diz respeito ao “como fazer?” Por outro lado, a metodologia da Educação Patrimonial vem sendo bastante utilizada em museus, arquivos, bibliotecas e, também, vem ganhando um espaço significativo nas instituições educacionais, conforme aponta Sônia Florêncio:

A Educação Patrimonial, pensada como campo específico de políticas públicas para o patrimônio cultural, superou as ações centradas nos acervos e construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como um documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas. Deve, portanto, ser entendida como eficaz em articular saberes diferenciados e diversificados, presentes nas disciplinas dos currículos dos níveis do ensino formal e, também no âmbito da educação não formal (FLORÊNCIO, 2012, pp. 23-24).

A Educação Patrimonial tem como objetivo levar os sujeitos, independente da idade, a um processo de conhecimento, valorização e preservação dos bens culturais, afinal, só há identificação com aquilo de que se gosta. E, para tanto, deve ocorrer conhecimento e identificação, tendo em vista que a Educação Patrimonial constitui uma ferramenta fortemente oportuna para ser utilizada na sala de aula, já que a mesma promove o contato direto do indivíduo com os bens culturais.

Desse modo, com base na inserção desta metodologia na Escola, objetivamos o desenvolvimento de um projeto de Educação Patrimonial, na Escola Sagrado Coração de Jesus, com a turma do 4º ano, na cidade do Rio Grande/RS. Assim, almejamos que os alunos se sintam responsáveis pelo trabalho com a História, tornando possível a apropriação do patrimônio, da memória e da identidade das quais eles fazem parte.

Além disso, destacamos o contato prévio com uma experiência de trabalho com a Educação Patrimonial em Escolas da cidade do Rio Grande, a partir do segundo ano de graduação, na condição de bolsista do Programa de Educação

Patrimonial (PEP) do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG), coordenado pela profa. Carmem Schiavon. Esse programa visa fomentar, junto às Escolas locais, a reflexão acerca dos bens culturais da comunidade, tendo como base a Educação Patrimonial e a Educação Ambiental, de modo que a comunidade valorize o patrimônio cultural e ambiental, sempre trabalhando com temas que versassem sobre o campo do patrimônio cultural local durante a graduação, haja vista a formação em História Bacharelado com ênfase em Patrimônio Sócio Cultural.

Posteriormente, ao pensarmos na formulação de um projeto de pesquisa para o Mestrado Profissional em História da FURG, surgiu a ideia de aproveitar estas experiências, no sentido de elaborar um projeto, o qual propiciasse a união entre o ensino de História e os bens patrimoniais culturais da cidade, por intermédio da difusão da metodologia da Educação Patrimonial, afinal, essa pode representar um modo de interação entre os bens culturais locais e a comunidade, a partir do direcionamento da educação do olhar, conforme indica Zita Possamai:

A educação do olhar para objetos visuais e materiais presentes nos trajetos urbanos cotidianos pode possibilitar a atenção para significados anteriormente não imaginados, como a forma, o desenho, a cor, a materialidade, assim como permite a realização de muitas outras descobertas por meio da investigação coletiva. Ensinar a olhar a cidade e os patrimônios (seja a arquitetura, o traçado urbano ou os objetos e obras de arte num museu) reveste-se de singular importância diante do contato quase exclusivo com os meios audiovisuais e tecnológicos à disposição de nossos alunos (POSSAMAI, 2013, p. 97).

Sendo assim, os alunos terão a oportunidade de sair do espaço da sala de aula, bem como poderão ter contato direto com o que está sendo trabalhado, com os bens culturais, os quais irão constituir fontes e recursos para o ensino da disciplina de História.

Dessa forma, pretendemos desenvolver um projeto na cidade do Rio Grande (sul do Estado do Rio Grande do Sul/RS), no Colégio Sagrado Coração de Jesus, educandário vinculado ao Círculo Operário Rio-Grandino, em uma turma de 4º ano. Tal escolha se deu em decorrência da negativa (ainda no início da pesquisa), de trabalho em uma Escola municipal, por ocasião da apresentação dessa proposta. Naquele momento, não houve demonstração de interesse, posto que este é um projeto que demanda tempo; em outras palavras, sua realização não ocorre em

poucos encontros.

Por outro lado, o Colégio Sagrado Coração de Jesus tem como característica o trabalho com projetos. Além disso, o local apresenta-se como Escola muito aberta, desta forma, em contato com uma colega que trabalha na instituição, me foi dada a oportunidade de colocar o projeto em prática. Diante dessas afirmativas, o Projeto de Educação Patrimonial foi elaborado e voltado para o 4º ano, pois é, neste momento, que os alunos estudam e trabalham com a história da cidade do Rio Grande. Com base nesses pontos, o Projeto foi estruturado com o intuito de propiciar aos alunos o trabalho e o contato com a história da cidade, assim como os seus bens patrimoniais, com o objetivo de desenvolver a curiosidade dos alunos à respeito da História, a fim de fazê-los pesquisar e apropriarem-se, de modo a oportunizar uma nova relação – de pertencimento – com o patrimônio cultural rio-grandino¹.

No que diz respeito à preservação e valorização dos bens culturais da cidade mais antiga do Estado, nos últimos anos, constatamos que os mesmos estão caindo, tombando, literalmente. Grande parte dessa responsabilidade encontra respaldo junto ao descaso do Poder Público frente ao crescimento desordenado da cidade, além de uma comunidade que pouco faz e/ou reconhece e valoriza sua história. Podemos usar um exemplo que marcou uma de nossas saídas de campo, que foi a quantidade de pichações existentes na Praça Tamandaré, no monumento de Bento Gonçalves.

Com base nestes preceitos, a escrita deste trabalho versa sobre reflexões e resultados do ensino da disciplina de História por meio dos bens patrimoniais da cidade do Rio Grande, por meio da difusão da metodologia da Educação Patrimonial e, para tanto, a presente Dissertação encontra-se dividida em três capítulos, conforme indicação, a seguir.

O primeiro capítulo apresenta uma reflexão acerca de aspectos relacionados aos conceitos de História, Memória e Patrimônio Cultural. Além disso, aborda a questão da preservação do patrimônio no Brasil e, por fim, esboça um histórico da Educação Patrimonial no país, indicando o momento de surgimento desta metodologia.

O segundo capítulo, por sua vez, trata do projeto de pesquisa, abordando

¹ O projeto teve o apoio da professora titular da turma e será melhor detalhado no segundo capítulo desta Dissertação.

aspectos do seu desenvolvimento e a forma como foram estruturadas as aulas dentro do ambiente escolar, assim como os materiais utilizados e da mesma maneira, onde acontecerão as saídas de campo e os pontos que serão abordados nestes espaços, entre outros aspectos.

Por fim, o terceiro capítulo analisa o resultado do trabalho realizado com os alunos – as atividades propostas –, por meio da análise das percepções dos discentes sobre os bens culturais locais, a partir das saídas de campo. Este último capítulo ainda conta com uma atividade realizada com os responsáveis pelos alunos, de modo a observarmos o que eles contam ao chegar em casa sobre as aulas.

Assim, buscamos despertar o pertencimento dos alunos com os bens culturais, para que estes se tornem multiplicadores em prol do conhecimento sobre bens culturais na cidade, mas para que isto de fato aconteça, é necessário entender o processo de patrimonialização no país, como surgiu a metodologia da Educação Patrimonial, onde tal atua, e a base para este trabalho com patrimônio é: história, memória e patrimônio, assuntos esses abordados, a seguir.

CAPÍTULO I – HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Neste capítulo, temos como objetivo abordar algumas questões referentes ao patrimônio cultural no Brasil, como surgimento, preservação, envolvimento das pessoas com os bens preservados, entre outros aspectos. Para tanto, falaremos do surgimento das preocupações patrimoniais no país, através de um pequeno histórico elencando o que era salvaguardado, meios de proteção destes bens, traçando um paralelo com atualmente e mostrando qual a importância dos bens culturais hoje. Este também conta com um histórico sobre a metodologia da Educação Patrimonial no Brasil, quando ela surgiu e qual sua aplicação. Além destes aspectos, o presente capítulo, ainda, apresenta uma reflexão relacionada aos conceitos História, Memória e Patrimônio Cultural.

1.1 BREVE HISTÓRICO ACERCA DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Na atualidade, cada vez mais, a temática do patrimônio adquire espaço. A discussão sobre este campo surgiu na Europa, há alguns séculos atrás, com a Revolução Francesa, no momento em que um grande número de monumentos desapareceu, “em meio às violências e lutas civis, criava-se uma comissão encarregada da preservação dos monumentos nacionais” (COSTA, SCARLATO, 2010, p. 41). O objetivo dessa comissão consistia em proteger os bens que representavam a nação francesa; contudo, estes bens foram preservados de forma isolada, não havendo uma preocupação com os arredores destes monumentos, ou seja, com o “tecido urbano” conforme apontam Everaldo da Costa e Francisco Scarlato (2010). Desta forma, o patrimônio – neste momento, passou a ser entendido como edifícios, castelos, bens de “pedra e cal”, os quais representavam uma nação em construção. Em outras palavras, “é sobre o bem isolado, local, representante da construção de uma nacionalidade, onde se canalizam os primeiros esforços em favor da preservação do patrimônio – hoje em dia tratado como patrimônio cultural” (COSTA, SCARLATO, 2010, p. 43). Os primeiros bens patrimoniais a serem preservados, foram bens isolados, os quais se acreditava

serem representantes de uma nação, sem se preocupar com saberes e fazeres, culturas, ou seja, os bens intangíveis.

O patrimônio passa a ter um destaque maior entre os anos de 1914 e 1945 com as duas guerras mundiais, as quais “eclodem sob o impulso dos nacionalismos” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 20), fato que desencadeia uma corrida pela construção das nacionalidades. A partir do término da Segunda Guerra Mundial e dos efeitos de destruição causados por ela, ocasionando a destruição de bairros e, até mesmo, de cidades inteiras, como destaca o historiador francês Dominique Poulot, ao afirmar o afloramento de tal consciência patrimonial, pois ocorreram “as mais relevantes consequências sobre a consciência patrimonial européia, assim como sobre suas modalidades de restauração e de uso” (POULOT, 2009, p. 30), no momento em que se sentiu a necessidade de se salvaguardar o que havia sobrado de patrimônio após os atentados.

Durante o século XX, algumas mudanças foram instituídas internacionalmente neste campo e, nesta direção, destacamos como marcos de referência da ampliação da noção de patrimônio, a Carta de Atenas (1931)², a Carta de Veneza (1964)³ e a Declaração de Amsterdã (1975)⁴. A partir dessas foi se ampliando, progressivamente, a noção de patrimônio em nível mundial. Desse momento em diante, a temática do patrimônio histórico passou por uma mudança na sua nomenclatura, tornando-se mais abrangente, tendo em vista que agora uma gama de referências, anteriormente sem valor – haja vista a predominância da preservação dos bens somente de “pedra e cal” –, passaram a fazer parte deste íterim, conforme aponta a historiadora Françoise Choay:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire

² Em síntese, esta Carta tem o intuito de estabelecer algumas normas e orientações sobre a conservação e restauro de patrimônios materiais.

³ A Carta de Veneza trata “à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições” (Carta de Veneza, 1964, p. 01). Defende as atividades de conservação e restauro como interdisciplinares, e aborda a importância da função útil destes bens para a sociedade. (Cartas disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>). Acesso em: 18/03/2015.

⁴ Esta Declaração faz referência a conservação integrada, preservando desde os bens mais suntuosos aos mais modestos, defende que a população local deve permanecer nos seus locais de moradia depois de intervenções de restauro. E principalmente coloca a população no centro das discussões sobre seus bens patrimoniais. (Cartas disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>). Acesso em: 18/03/2015.

dos seres humanos (CHOAY, 2006, p. 11).

No Brasil, a partir da década de 1920, o tema patrimônio começa a ser considerado politicamente. Neste sentido, o início do pensamento acerca da questão da preservação do patrimônio, no país, ocorre, tendo por base a Semana de Arte Moderna de 1922, haja vista a discussão estabelecida acerca da questão do patrimônio no Brasil. Entretanto, será na década de 1930 que o patrimônio no país começa a ganhar um cuidado maior e, com a Constituição de 1934, esta reflexão ganha espaço legal. Naquele momento, buscava-se firmar a identidade cultural brasileira, sendo assim “os modernistas refletiam e escreviam sobre o descaso com as riquezas do patrimônio nacional e, ao mesmo tempo, encaminhavam projetos a serem implementados pelo Estado, com o objetivo geral de disseminar e proteger a cultura brasileira” (FIGUEIRA; GIOIA, 2012, p. 29). No ano de 1936, o anteprojeto de Mario de Andrade⁵, solicitado pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, determina as finalidades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

A preocupação em salvaguardar bens culturais brasileiros teve início legal, como já citamos, na década de 1930 e, com a Constituição de 1934, já se notava a preocupação com o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, “por exemplo, declarou o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional e introduziu o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social” (PELEGRINI, 2006, p. 44), a partir do anteprojeto de Mario de Andrade. Devido à efervescência e preocupação com o campo do patrimônio no mundo, e a necessidade de se criar uma identidade para o povo brasileiro tem início a discussão sobre o tema patrimônio no Brasil e, nesta direção, “o anteprojeto dividia o patrimônio artístico em oito categorias, sendo estas: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais, artes aplicadas estrangeiras” (FERNANDES; AGUIAR FILHO, 2011, p. 29). No ano de 1937, quando foi sancionada a nova Constituição, o patrimônio ganhou mais um incentivo com o Decreto-lei nº 25 de 1937, sendo este o “principal instrumento jurídico utilizado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)” (PELEGRINI,

⁵ Texto sobre anteprojeto de Mario de Andrade ver: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: DO ANTEPROJETO DE MÁRIO DE ANDRADE À CONSTITUIÇÃO DE 1988 – ASPECTOS RELEVANTES, da autora Grace Laine Pincerato Carreira.

2006, p. 45). Este resolvia algumas lacunas deixadas pelo anteprojeto. Sobre tal aspecto, Fernandes e Aguiar Filho destacam que:

Mesmo dando as diretrizes sobre classificação e conservação do patrimônio artístico nacional, o anteprojeto de Andrade não fornecia indicações jurídicas sobre o tombamento e nem sobre as possíveis sanções em caso de depredação do patrimônio. Tais lacunas foram suprimidas no Decreto-Lei nº 25/37 (FERNANDES; AGUIAR FILHO, 2011, p. 30).

Desse modo, a partir do Decreto-Lei nº 25 de 1937, os bens entendidos como patrimônio naquele momento foram tombados e passaram a contar com proteção jurídica. Não obstante, é relevante lembrarmos que os patrimônios tombados eram representantes de uma elite com a intenção de se mostrar o que deveria ser brasileiro, portanto “a criação do SPHAN, em 1937, tornou-se um marco, cujas intenções eram “abrasileirar os brasileiros” (MAGALHÃES, ZANON, BRANCO, 2009, p. 38) para, então, criar a definição de uma identidade nacional. Neste momento, a preocupação inicial preponderante no país, era somente na preservação dos patrimônios materiais, como igrejas e grandes casarões, “não se deve ignorar o fato de que o que foi preservado foram os elementos importantes para a construção de um ideal de nação, próprio da década de trinta e, desta forma, lugares de afirmação de uma identidade burguesa” (MAGALHÃES, ZANON, BRANCO, 2009, p. 40). Não existia o cuidado com os bens que representassem a população no geral, como aponta Zita Possamai, “(...) o patrimônio surgiu com uma conotação voltada para a preservação dos bens arquitetônicos em pedra e cal” (POSSAMAI, 2013, p. 88).

Após o Decreto-Lei nº 25 de 1937 foram acontecendo alguns avanços no que se refere à proteção dos bens patrimoniais. No entanto, a Constituição de 1946 reafirmou o que estava escrito na Constituição de 1937 mas, “inaugurou a preocupação com a proteção de documentos históricos” (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 47). Neste período (1946-1964) também foi aprovada a única lei de proteção do patrimônio arqueológico (3.924 de 1961)⁶.

Com a Carta Constitucional de 1967 foram criadas novas categorias de bens a serem preservados “elegendo como patrimônio as jazidas e os sítios

⁶ “Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e ratificou a atribuição do IPHAN na esfera da Arqueologia. De acordo com a legislação em vigor, é atribuição do IPHAN conceder a permissão ou autorização necessária ao licenciamento de projetos de pesquisa arqueológica, com base em parecer emitido pelas Superintendências Regionais, bem como acompanhar, por meio das Superintendências, as pesquisas arqueológicas realizadas em território nacional, além de manter um cadastro dos monumentos arqueológicos existentes no Brasil” (MENDONÇA, 2010, p. 188).

arqueológicos, anteriormente classificados, apenas, como locais de valor histórico” (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 47).

Com a decretação do Ato Institucional N° 5, em dezembro de 1968, o patrimônio cultural brasileiro passou a sofrer com novos impasses, conforme apontam Funari e Pelegrini:

[...] a partir de então, inúmeras obras passaram a sofrer intervenções e proibições colocadas em prática por meio da ação censória do governo. Nos anos posteriores, as iniciativas em prol do patrimônio nacional se limitaram ao controle sobre o comércio de obras de arte antigas, a locação de repartições públicas em imóveis de valor histórico e artístico, bem como a criação conjunta de cursos de formação de mão-de-obra especializada e o incentivo à produção artística e literária relacionada aos valores nacionais e regionais (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 48).

Nos anos 70, foi pensada a inclusão de matérias relacionadas ao patrimônio nacional nos currículos escolares, e também começaram a ser articuladas algumas ações relacionadas à preservação do patrimônio e ao turismo. Sendo assim, temos a recuperação de bens de pedra e cal, a partir do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973), o qual consistia na recuperação das cidades históricas com vistas ao incremento do turismo e do comércio em áreas de tradição histórica e cultural; em linhas gerais, este programa se concentrou mais na região Nordeste. Nesta mesma década (1970), tem início a discussão acerca da preservação não somente do patrimônio material, bem como, do patrimônio imaterial no Brasil, conforme destaca a historiadora Sandra Pelegrini:

Em termos práticos, na década de 1980 a proteção de monumentos isolados, outrora priorizada, foi suplantada pela preservação dos espaços de convívio, assim como pela recuperação dos modos de viver de distintas comunidades, manifestas, por exemplo, na restauração de mercados públicos e de outros espaços populares (PELEGRINI, 2006, p. 49).

Com a Constituição Federal de 1988, são retomadas algumas ideias preservacionistas sugeridas por Mario de Andrade e Aloísio Magalhães (lá na década de 30). Tendo em vista as discussões estarem direcionadas “para uma concepção integradora da cultura, na qual concebia patrimônio em todas as vertentes e naturezas, sendo que o Estado deveria estar pronto para uma atuação integradora” (CHUVA, 2012, p. 151) ou, conforme indica Cecília Londres:

Na prática, sob a inspiração das ideias de Aloísio Magalhães, foi desenvolvido, em parceria com o MEC, o projeto “Interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais do país”, que realizou, de forma descentralizada e com a participação de equipes e das populações locais, experiências diferenciadas em todas as regiões do país. Partia-se do pressuposto de que é fundamental verificar junto às comunidades quais bens constituem suas “referências culturais” (LONDRES, 2012, p. 19).

Tanto Mario de Andrade, como Aloísio Magalhães tinham ideias e projetos que já pensavam o patrimônio em conjunto, fosse o material, como o imaterial, além de ambos defenderem o patrimônio, independente dele ser tombado ou não, levando em conta o seu valor perante a sociedade e, o patrimônio imaterial ganha vez. Conforme apresenta o artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição Brasileira, Artigo 216. Informação Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 01/06/2015).

Atualmente, não temos como falar de patrimônio cultural citando apenas os bens de pedra e cal, consagrados por uma elite. A partir da Constituição de 1988, destacamos o artigo 216, o qual ampliou a noção de patrimônio cultural para bens de natureza material e imaterial, passando a fazer parte destes as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver entre outros citados acima. Esse patrimônio cultural pode fazer parte de uma determinada comunidade, ou pode ser mais abrangente, como representar um país, a partir do momento que ele interage com o ambiente, no qual está inserido e, conseqüentemente, as pessoas criam um pertencimento⁷ com o mesmo, haja vista que só é patrimônio aquilo que tem importância para determinado grupo ou comunidade. Considerando uma compreensão mais efetiva da história, da cultura, bem como das memórias do lugar

⁷ “Partindo do pressuposto de que as pessoas de um mesmo grupo compartilham valores, de que se sentem partícipes, formulou-se o conceito normativo de “pertencimento” (PELEGRINI, 2008, p. 23).

onde se encontra inserido por intermédio do patrimônio, conforme aponta Poulot:

O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Nesse aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que os acompanham (POULOT, 2009, p.12).

A partir do Decreto-Lei nº 25 de 1937 os bens patrimoniais passaram a receber maior proteção, além de serem tombados. Sendo assim, foram criados os livros de Tombamento e, para o registro do tombamento dos bens de natureza material foram criados os seguintes Livros: Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Tombo Histórico, de Tombo das Belas Artes e das Artes Aplicadas. Desse modo, o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, impulsionou a criação dos livros para registro dos bens patrimoniais de natureza imaterial, são eles: Livro de registro dos saberes; Livro das formas de expressão; Livro das celebrações; Livro dos lugares.

Esses quatro últimos livros foram criados recentemente visando a atender, como já explicitamos antes, às disposições do artigo 216 da Constituição de 1988, cujo intuito distinguiu como patrimônio cultural as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, além das criações científicas, artísticas e tecnológicas e das obras, objetos, documentos e edificações destinados a manifestações artístico-culturais ou resultados delas (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 69).

A partir de então, deixa de ter importância somente o patrimônio material, como os grandes casarões e igrejas, quase sempre ligados à cultura dominante. Passa a ocorrer uma preocupação com a preservação do patrimônio intangível, de forma a valorizar a pluralidade da cultura brasileira, preservando manifestações distintas comuns de serem encontradas em um país com a extensão territorial do Brasil. Surge o interesse e a demanda “pelo tombamento de monumentos menos suntuosos e de edificações integradas ao cotidiano das populações como estações de trem ou mercados públicos e, mais recentemente, o aclamado registro dos bens culturais de natureza intangível” (PELEGRINI, 2009, p. 59). A partir deste momento, onde começa a ser pensado os bens culturais, os quais fazem parte do cotidiano da população, começou-se a falar em pertencimento, identificação da população com o bem que está sendo pensado, este seria um sinal positivo, pois se não existir afinidade com o bem cultural este deixa de ter o sentido de patrimônio. A palavra

chave para que estes bens sejam tombados “é identidade e identificação, pois só haverá envolvimento e comprometimento com o patrimônio quando houver identificação” (MAGALHÃES; ZANON; BRANCO, 2009, p. 65).

Ao falar de patrimônio imaterial se englobam crenças, saberes e fazeres, tendo em vista que o “nosso patrimônio cultural se estende além das grandes cidades, indo ao encontro também das comunidades tradicionais” (APOLINÁRIO, 2012, p. 61), o modo como as pessoas, de uma determinada comunidade, comunicam-se; o saber fazer de uma receita, uma festa, o samba de roda, o frevo, o ato de recitar versos, participar das festas do Divino, das folias de Reis e o carnaval são práticas que fazem parte da nossa cultura e são exemplos de patrimônio imaterial. Conforme Funari e Pelegrini:

Quando pensamos no que recebemos de nossos antepassados, lembramo-nos não apenas dos bens materiais, mas também da infinidade de ensinamentos e lições de vida que eles nos deixaram. A maneira de fazer nhoques – que não se resume à receita, guardada com cuidado no caderno com a letra da nossa mãe ou avó –, o modo como sambamos (algo que nunca estará em um caderninho!), os ditados e provérbios que sabemos de cor e que nos guiam por toda a vida são exemplos de um patrimônio imaterial inestimável (FUNARI; PELEGRINI, 2006, pp. 8-9).

Após o registro do bem, fica a cargo do IPHAN reavaliar a cada 10 anos se esse ainda possui seus valores, para continuar sendo considerado patrimônio imaterial, caso contrário, ele perde o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”, restando o registro de referência cultural de seu tempo.

Muito embora exista essa distinção teórica entre patrimônio material e imaterial, ambos estão integrados, já que um não existe sem o outro. Um bom exemplo a ser utilizado é apontado por Marco Silva e Amélia Porto, no momento em que afirmam:

Esse princípio pode ser aplicado em inúmeros casos. As obras de arte do mestre Aleijadinho foram esculpidas com uma apurada técnica. A técnica só ganhou sentido ao transformar a pedra sabão e a madeira em obras-primas. Ao preservar essas obras, estamos preservando um artefato que utilizou uma técnica notável. Só sabemos da existência da técnica porque apreciamos o artefato por ela produzido. Só apreciamos o artefato porque a técnica do mestre foi utilizada na sua produção. Nesse sentido, podemos dizer que o material e o imaterial são duas faces de uma mesma moeda (SILVA; PORTO, 2012, pp. 75-76).

Em consonância com o que já foi referenciado anteriormente, independente do patrimônio ser imaterial ou material, não basta o seu registro ou o tombamento para que ele possa ser protegido, afinal, outras ações devem ser tomadas para garantir que este se mantenha. Estas medidas podem ser campanhas de conscientização do valor cultural de determinado bem, assim como a própria prática da Educação Patrimonial, haja vista que ela, a longo prazo, tem apresentado resultados bastante positivos, pois, por intermédio de suas atividades, a sociedade passa a eleger seu patrimônio. Assim, identificando o que realmente a representa e, dessa forma, constitui-se uma ligação, um pertencimento pelo mesmo, com isso ocorre um cuidado maior em preservar este patrimônio, tendo em vista que “é preciso estabelecer uma relação de sustentabilidade com o patrimônio. Para tanto, devemos compreender que, ao ser reconhecido como patrimônio, um bem apresenta um valor compartilhado” (ALMEIDA, 2010, p. 113); em outras palavras, a comunidade como um todo passa a zelar por estes bens. Na sequência do texto iremos abordar aspectos ligados à metodologia da Educação Patrimonial.

1.2 A METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

As questões e discussões ligadas ao patrimônio se tornaram mais presentes a partir da década de 1920 e sabemos que esse assunto veio com maior intensidade para o Brasil, devido à crise de identidade nacional. Contudo, somente os monumentos de “de pedra e cal” eram protegidos naquele momento, entendemos tal assertiva.

Esse panorama, conforme o texto anterior, passou a sofrer alterações a partir das décadas de 1980/1990, haja vista que além do tombamento e do registro de bens materiais e imateriais, a temática da metodologia da Educação Patrimonial passou a ser considerada. Segundo Evelina Grunberg, “chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações” (GRUNBERG, 2007, p. 5).

A metodologia da Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil, na década de 1980, mas “os princípios básicos da aprendizagem nessa área foram sistematizados na Inglaterra, nos anos 1970. Em meados da década de 1980, as

metodologias da *Heritage Education* adquiriram maior impulso e passaram a ser implantadas em várias partes do planeta” (PELEGRINI, 2009, p. 37). No Brasil, podemos observar algumas ações neste sentido antes da década de 1980, já que o Anteprojeto de Mario de Andrade já trazia algumas considerações à respeito do patrimônio como fonte para o ensino, isto é, algumas – poucas – ações isoladas com o que hoje chamamos de Educação Patrimonial já aconteciam.

Não obstante, o IPHAN tem como marco inicial da educação patrimonial em nosso país o I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos, o qual foi realizado na década de 1980, no Museu Imperial. Em um momento inicial, a metodologia começou sendo implantada em museus, acervos e, foi ganhando espaço, como destaca Tatiana Torres em seu trabalho:

Em 1986, essa metodologia foi divulgada para os professores da rede de ensino formal na Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da Pró-Memória, a fim de ampliar o campo de atuação por meio de multiplicadores dentro do ambiente escolar. Dessa forma, a Educação Patrimonial se propagou por diferentes Estados brasileiros e, além de promover a preservação do patrimônio, também trouxe outra fonte de ensino que pode ser apropriada pelos educadores formais (TORRES, 2014, p. 40).

Sendo assim, nas últimas décadas, a Educação Patrimonial vem ganhando espaço nos mais variados campos, tanto na educação informal⁸, como na formal⁹. Na atualidade, esta metodologia tornou-se uma prática de ensino, em um momento onde os alunos estão vivendo a globalização, um mundo muito mais dinâmico com o ritmo de vida cada vez mais corrido, além da grande interação entre o mundo todo através dos meios de comunicação. A *internet* proporciona, em um clique, a possibilidade de conhecer qualquer lugar do mundo, ela está unificando o mundo culturalmente por um lado; mas por outro, muitos costumes, saberes e fazeres estão sendo deixados de lado, estão sendo esquecidos frente este turbilhão de novos acontecimentos, de novos produtos disponíveis e, a praticidade de encontrar as coisas que necessitamos imediatamente prontas.

Podemos utilizar dois exemplos de profissões que hoje em dia estão cada vez mais difíceis de ser encontradas: uma delas é o sapateiro e a outra a costureira ou o

⁸ Educação informal é “aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados” (GOHN, 2006, p. 28).

⁹ A educação formal “é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados” (GOHN, 2006, p. 28).

alfaiate. Antigamente, comprávamos um sapato e quando o utensílio precisava de concerto, era normal levar ao sapateiro para este fazer os reparos necessários, dessa forma o objeto durava e poderia ser usado por mais tempo. No exemplo da costureira e do alfaiate, as pessoas compravam os metros de tecido e mandavam fazer suas roupas por medida. Atualmente, com o comércio baseado em um consumo exagerado, as roupas mudam de estilo a cada estação, os sapatos a mesma coisa, sem contar na facilidade de ir ao comércio e achar uma variedade de roupas prontas na hora, bem como sapatos dos mais variados estilos, normalmente, com uma facilidade para pagar. Todas essas modificações fizeram com que as pessoas deixassem de mandar confeccionar suas roupas e arrumar seus sapatos no sapateiro, já que seu desejo é um produto novo logo nos seus guarda-roupas. Essa perspectiva é apontada em um trecho de entrevista realizada por uma aluna, nela, mostra-se, claramente, um dos exemplos acima especificados, no momento em que ela menciona: “não existiam supermercados, mas mercearias e não existiam lojas que vendessem roupas prontas, só tecidos para fazê-las” (M, turma 41, ago. 2014).

Entretanto, por outro lado, notamos uma corrida contra o tempo de alguns grupos para preservar tudo o que for possível, os saberes e os fazeres, patrimônios imateriais e materiais, em uma busca constante para que as variadas identidades encontradas no Brasil e no mundo não desapareçam. Desse modo, o trabalho realizado com apoio dessa metodologia, possibilita a reaproximação entre as pessoas destes lugares, histórias e tradições, os quais foram, ou ainda são importantes; efetivando e reafirmando os valores destes bens, fazendo-os ganhar novos valores, novos significados. Como apontam Cristina Figueira e Lílian Gioia:

O sentimento de pertencer a um lugar está condicionado ao reconhecimento da existência dos bens culturais e envolve a conformação das identidades e dos valores que orientam as práticas sociais de um povo. Como prática social, os bens culturais adquirem valores que lhes são atribuídos gradativamente, em determinadas circunstâncias, e ao longo do tempo moldam sentidos e significados diversos (FIGUEIRA; GIOIA, 2012, p. 12).

A metodologia da Educação Patrimonial vem para auxiliar na busca constante por preservar os bens culturais, sejam eles materiais, imateriais ou ambientais; fazendo com que, muitas vezes, ganhem novos valores, sejam (re) significados. Não obstante, isto deve ocorrer de uma maneira consciente, já que será reconhecido como patrimônio aquilo que realmente tem valor para determinada pessoa ou

comunidade, independente deste bem ser tombado, inventariado, registrado, ou de onde se localiza. A metodologia não leva esses pontos, anteriormente, citados em consideração, pois a mesma trabalha com o sentimento de pertencimento das pessoas com os bens culturais.

Além disso, destacamos que a metodologia da Educação Patrimonial pode ser aplicada junto a qualquer bem patrimonial, seja esse tangível ou intangível. Em linhas gerais, essa metodologia divide-se em quatro etapas, são elas: observação, registro, exploração e apropriação¹⁰.

A primeira etapa da metodologia consiste na observação, “nesta etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, mediações jogo de adivinhações e descoberta” (GRUNBERG, 2007, p. 6), esses exercícios são utilizados para que o bem cultural seja realmente observado. Em outras palavras, o “objetivo dessa etapa é que se alcance a percepção visual e simbólica da evidência investigada” (FIGUEIRA; GIOIA, 2012, p. 83).

A segunda etapa corresponde ao registro dos bens patrimoniais, “com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundado a observação e o pensamento lógico e intuitivo” (GRUNBERG, 2007, p. 6). A primeira e a segunda etapa, muitas vezes, acabam acontecendo concomitantemente, tornando-se uma só, pois no momento em que o aluno observa, ele já pode ir fazendo os seus registros.

A terceira etapa da metodologia, por sua vez, consiste na exploração ou no exame do patrimônio, conforme aponta a historiadora Sandra Pelegrini:

Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados. Essa fase do trabalho exige a apreciação dos bens reconhecidos como patrimônio, o levantamento de hipóteses, discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em bibliotecas, arquivos, jornais e revistas com vistas à elucidação do significado desses bens culturais (PELEGRINI, 2009, p. 38).

Por fim, a quarta e última etapa dessa metodologia é a apropriação, neste momento espera-se que as pessoas realmente se envolvam de forma afetiva com o bem cultural, o qual está sendo trabalhado. Nessa etapa, podemos fazer atividades com músicas, desenhos e textos, com o intuito de os envolvidos poderem expressar

¹⁰ Alguns autores apresentam variantes nesta terminologia mas, em linhas gerais, as ideias principais se mantêm.

seus bens de várias formas, além de dar novos significados para seus patrimônios.

A partir do momento em que é aplicada a metodologia, se torna possível observar o sentido de pertencimento desses alunos com o que está sendo trabalhado, como fala Sandra Pelegrini, “o despertar do sentido de pertencimento das novas gerações abre as comportas da consciência da preservação e as liberta das armadilhas da produção cultural industrializada que tende a homogeneizar gostos, costumes e padrões de comportamento em partes significativas do planeta” (PELEGRINI, 2009, p. 47).

No entanto, faz-se necessário destacar a maior riqueza do trabalho com a Educação Patrimonial, e ela ocorre a partir da consciência de preservação desenvolvida no grupo. Muitos bens passarão a ser olhados de maneira diferente, bem como, através desses trabalhos, se desenvolve a identidade social e a noção de pertencimento de uma comunidade com seus bens culturais, “é importante destacar o Patrimônio e as Referências Culturais, propondo aos professores uma reflexão sobre a importância dessas temáticas por meio de metodologias de Educação Patrimonial, inserindo-as nos currículos escolares” (PINHEIRO, 2010, p. 45). Pensando na Escola, “o ensino de História é um espaço rico de possibilidades de se trabalhar com a Educação Patrimonial. Desde a primeira fase escolar é possível falar de história, memória, cidadania” (APOLINÁRIO, 2012, p. 63). Além disso, a metodologia pode ser aplicada, tanto no espaço formal de ensino, como no informal; a seguir, vamos pensar nessa, de modo voltado para a sala de aula, mais precisamente, como uma ferramenta ao ensino de História

1.3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO UMA PRÁTICA DE ENSINO

Conforme destacado antes, a Educação Patrimonial pode ser aplicada, tanto na educação informal, como na formal, esta é “a metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens culturais como fonte primária de ensino” (GRUNBERG, 2002, p. 99). Pensando ela para o ensino formal, ou seja, aplicação dessa em sala de aula, devemos ter em mente que “uma educação para o patrimônio e com o patrimônio passa, necessariamente, pelo diálogo entre educadores e alunos no sentido da criação conjunta de significados para as coisas que têm importância na vida de todos”

(POSSAMAI, 2013, p. 97). Ao trabalharmos com o tema patrimônio na sala de aula é necessário que os professores façam o papel de mediadores. Eles devem escutar os alunos e seus interesses, quebrando com os paradigmas da educação tradicional a qual, na maioria das vezes, não leva em conta os saberes locais, conhecimentos trazidos pelos os alunos de casa, como aponta Lucivani Gazzóla:

O processo educativo é dependente de inúmeros fatores, mas a ação do educador é sem dúvida, um dos mais importantes. Ao planejar as aulas pode-se estar incluindo assuntos culturais e históricos que envolvam o ambiente em que a escola está inserida: tradições, crenças, rituais, artesanato, comportamento, etc. Estes aspectos embora não estejam contemplados no livro didático, são importantes para a construção da identidade cultural e da cidadania (GAZZÓLA, 2009, p. 1447).

Esses trabalhos também envolvem o meio ambiente, a exploração pode começar com lugares próximos às escolas e à valorização das identidades e do conhecimento, o qual pode ser passado por meio das pessoas mais experientes. Através dessa proposta de trabalho, envolvemos muitos saberes e, junto com a importância de conhecer, preservar estes bens culturais, será trabalhado com o aluno o respeito e a coletividade, como aponta Hilda Jaqueline Fraga:

[...] é o próprio patrimônio e seus conjuntos de bens culturais que viabilizam, por parte dos alunos, a construção do conhecimento histórico e das noções caras a essa área do conhecimento, tais como tempo, espaço, cultura, relações sociais, memória e história (FRAGA, 2010, p. 226).

Conforme indica Fraga, trabalhamos com memória, com o sentido de preservar e defender suas memórias, já que esta é uma das bases do trabalho com a educação patrimonial: lidar com as memórias, sejam estas individuais ou coletivas, ou seja, “o patrimônio cultural e a memória estão intimamente associados. Por isso, o ensino de História não pode prescindir do patrimônio cultural como recurso pedagógico. Oficializado ou não, esse patrimônio está nos mais variados lugares” (SILVA; PORTO, 2012, p. 77). Sabemos que o campo da memória e do patrimônio apresenta muitos conflitos, uma vez que a memória e o esquecimento compõem o patrimônio e este é desprovido de neutralidade, ou seja, existe um jogo de interesses entre as memórias que devem ser lembradas, tidas como importantes para a identidade, e aquelas que devem ser esquecidas. Podemos a partir de uma diversidade de fontes explorar nossos patrimônios culturais, através de análise de

documentos escritos e não escritos, assim como por meio de visitas a lugares de memória¹¹, tendo em vista que a “Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no cidadão o interesse em resolver questões significativas para sua vida pessoal e coletiva” (APOLINÁRIO, 2012, p. 56). Uma oportunidade de trabalhar com a metodologia é utilizando a cidade como documento para o ensino de história, como trata Hilda Jaqueline Fraga.

A cidade na condição de espaço de intervenção educativa no campo da História passa a ser concebida como um território de pertencimento, fruição e comunicação cultural das memórias de seus agentes sociais, oferecendo outros suportes de memória que podem ser considerados como fontes de análise, de estudo e de pesquisa na ação educativa em sala de aula. Entre esses suportes estão os bens patrimoniais, os quais auxiliam os alunos na compreensão da complexidade do fazer histórico, das relações a ele imbricadas e das suas atuais consequências nos desdobramentos da trajetória histórica do lugar em que vivem no presente, principalmente no que diz respeito à sua atuação como cidadãos (FRAGA, 2010, p. 222).

Assim, a possibilidade de dispor com a cidade, como documento para o ensino de história, é muito rica, visto que o aluno passa a conhecer melhor o local onde vive, o porquê de a formação da cidade ser de tal maneira e os seus espaços, além de eles passarem a conhecer e olhar o lugar onde vivem de outra forma. Como aponta a historiadora Zita Possamai:

A presença dos patrimônios no espaço urbano, por outro lado, é uma oportunidade de contato com monumentos-documentos do passado à disposição de educadores e alunos que permite exploração muito além de uma relação de identidade unívoca que se possa estabelecer. A educação do olhar para objetos visuais e materiais presentes nos trajetos urbanos cotidianos pode possibilitar a atenção para significados anteriormente não imaginados, como forma, o desenho, a cor, a materialidade, assim como permite a realização de muitas outras descobertas por meio da investigação coletiva. Ensinar a olhar a cidade e os patrimônios (seja a arquitetura, o traçado urbano ou os objetos e obras de arte num museu) reveste-se de singular

¹¹ Segundo Pierre Nora, “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão, mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou” (NORA, 1993, pp. 21-22).

importância diante do contato quase exclusivo com os meios audiovisuais e tecnológicos à disposição de nossos alunos (POSSAMAI, 2013, pp. 96-97).

A partir dessas vivências de aula, fora do ambiente escolar, no momento em que o aluno tem contato direto com o que está sendo estudado fica mais fácil a compreensão, a partir da experiência. Afinal, o estudante vai assimilar mais facilmente o que está sendo abordado/analísado, por isso “é importante destacar o Patrimônio e as Referências Culturais, propondo aos professores uma reflexão sobre a importância dessas temáticas por meio de metodologias de Educação Patrimonial, inserindo-as nos currículos escolares” (PINHEIRO, 2010, p. 45), tendo em vista que:

A presente proposta se coloca no extremo oposto daqueles “treinamentos mecanicistas” que tendem a cercar a capacidade criativa de professores e alunos, inseridos, sistematicamente, no ensino brasileiro no decorrer da década de 1970, sob a influência da psicologia comportamentalista, dos padrões disciplinares e dos modelos de aprendizagem que tomava, os alunos como meros receptáculos de saber (PELEGRINI, 2009, p. 47).

Ao trabalharmos com bens culturais fica muito claro que “historicamente somos herdeiros de um universo muito rico de bens culturais tangíveis de outras épocas e, muito pouco são os bens intangíveis que se salvaram” (GRUNBERG, 2002, p. 97). Indo mais além nas discussões em sala de aula, podemos e devemos colocar em discussão com os alunos, o que ficou preservado na maioria das cidades, como bens consagrados? As igrejas, casas de governantes, cadeias, construções de pessoas ligadas ao poder e construções ligadas à classe dominante. E onde estão os outros bens culturais? Onde estão as residências de escravos, de pequenos comerciantes e artesãos? Por que não temos registros de como tratar uma doença? “Por que o que se preservou e guardou foi escolhido de acordo com os valores de quem participou da escolha, e foi somente um segmento da sociedade que fez. A História que se conta sempre é feita pelos vencedores ou quem tem o poder” (GRUNBERG, 2002, p. 97). O campo do patrimônio é de muitos conflitos, a educação patrimonial vem para auxiliar às pessoas envolvidas no processo, a estimular a reflexão sobre determinado bem para que estes tenham voz, assim aqueles que possuem hoje o poder, não continuem fazendo todo o desejado com os bens patrimoniais, como aponta Nunez:

[...] antes de pensarmos a Educação Patrimonial como sinônimo de preservação, devemos pensá-la enquanto um “mecanismo de conhecimento”, uma “ferramenta” para a leitura dos símbolos culturais representadas através dos patrimônios, ou seja, antes de se “levantar a bandeira da preservação”, é preciso estimular a reflexão sobre o porquê aquilo está sendo preservado, pois, são os valores que atribuímos aos bens culturais que justificam ou não a necessidade de preservá-los (NUÑEZ, 2011, p. 20).

Sendo assim, ao desenvolvermos atividades de Educação Patrimonial, estamos consumando a independência das pessoas para lidar com seus patrimônios, além de darmos a elas a autonomia de decidir o que deve ser feito com seus bens. Uma maneira de instituir que a comunidade tenha contato com a Educação Patrimonial por meio da Escola, começando com os jovens, levando em conta que:

Se a política de preservação do patrimônio cultural não é contada na escola, se ela não faz parte da lógica de como se ensina história e geografia, estamos realizando uma política setorial limitada. Portanto, é necessário compreender que a cultura e o patrimônio são atividades de interesse comum e devem ser apropriados por toda a comunidade (ALMEIDA, 2010, p. 112).

A partir do momento em que trabalhamos com os alunos na sala de aula, existe uma repercussão; muitos, ao chegarem em casa, vão comentar o que viram na aula, vão passar os assuntos abordados para as pessoas mais próximas, sendo assim todos vão se apropriando da sua cultura e de seus patrimônios, tendo em vista que, “a utilização dos bens patrimoniais como fonte documental básica para a estruturação curricular do ensino favorece a transmissão das tradições e dos valores como o respeito às culturas e ao meio ambiente às gerações futuras” (PELEGRINI, 2009, p. 113).

O trabalho realizado com o suporte da metodologia da Educação Patrimonial tem como objetivo sensibilizar “a partir de sua realidade local, discutindo-se temas como cultura, identidade, memória, patrimônio cultural, preservação e, sobretudo, a importância de tudo isso para a história, a realidade e a identidade dos alunos” (Equipe da Casa do Patrimônio de João Pessoa, 2012, p. 6). A seguir, vamos abordar os conceitos de História, Memória e Patrimônio, esses constituem um dos principais pilares para trabalharmos com a Educação Patrimonial.

1.4 HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Sabemos que o campo do patrimônio não é neutro e algumas memórias são lembradas de modo a reforçar identidades; outras são pensadas/trabalhadas para serem esquecidas. Neste meio em que se discute o que deve ser preservado ou não, verificamos um jogo de interesses onde se seleciona o que é entendido como importante para a manutenção da identidade. Ao trabalharmos com a “educação do olhar” através dos bens patrimoniais da cidade, identificamos que história, memória e patrimônio guardam uma relação direta; ou seja, um não acontece sem a ajuda do outro. Não obstante, é preciso deixar claro, que apesar dessa relação direta, memória e história não são sinônimos, pois:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

O esquecimento faz parte da memória, tendo em vista que a “nossa memória é limitada, seletiva, esquecedora e declinante” (CANDAUI, 2012, p. 856); enfim, somos incapazes de absorver e guardar todas as experiências, pois a memória é seletiva. Algumas “coisas” são facilmente lembradas, enquanto outras caem no esquecimento. Todavia, existem dois tipos de esquecimento: o passivo e o voluntário; então, devemos prestar atenção ao lugar que esse esquecimento ocupa. Em razão do esquecimento passivo acontecer naturalmente, pois faz parte da dimensão essencial da memória. O esquecimento voluntário, por sua vez, pode estar ligado a lembranças traumáticas e, o portador dessa memória vai fazer um esforço para que essas venham a ser suprimidas. Podemos dizer então que “memória e esquecimento são duas faces de um mesmo processo” (CANDAUI, 2012, p. 859). Desse modo, o campo da memória é sempre uma luta entre o lembrar e o esquecer, conforme aponta o historiador Jaques Le Goff:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos

que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 2003, p. 525).

Com base nessas informações, para o trabalho com bens culturais na sala de aula, vamos nos utilizar das memórias individuais trazidas pelos discentes, isto é, iremos trabalhar com a memória coletiva construída acerca da história da cidade do Rio Grande. Acreditamos que cada aluno, ao conversar com suas famílias sobre as aulas e os locais estudados, vão trazer algumas das memórias de seus familiares e “em toda sociedade cada indivíduo participa de uma política da memória porque ele carrega e colore certas representações do passado do grupo ao qual ele pertence” (CANDAU, 2012, p. 848). Destacamos que a partir dessas marcas individuais, surgem marcas no coletivo, utilizando um conceito de Pollak (POLLAK, 1989), essas memórias são denominadas de memórias coletivas e, na sala de aula, acreditamos que muitas das informações relacionadas pelos alunos irão propiciar o cruzamento com os dados dos colegas. Destacamos, assim, ao compartilharmos essas memórias, elas se mantêm vivas no meio dos grupos, pois como cita Ecléa Bosi, “a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória” (BOSI, 2003, p. 199).

De acordo com Ulpiano Bezerra de Meneses, o tema da memória está em voga, e hoje mais que nunca, “fala-se de memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da empresa, da família” (MENESES, 1992, p. 9). Sendo assim, devemos trabalhar com a memória na sala de aula, haja vista que “o saber histórico escolar não se faz só a partir da operação histórica, mas exatamente no espaço limiar, estabelecido por trânsitos e passagens, entre a História e a Memória” (PEREIRA; MIRANDA, 2014, p. 11).

Ao trabalharmos com bens culturais nos utilizamos das memórias individuais e das coletivas, bem como dos esquecimentos, já que é necessário entender porque um bem foi preservado e, outros, ficaram somente na memória, até mesmo, a razão de alguns terem caído no esquecimento, tal qual aponta Pollak:

[...] de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus,

bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente os edifícios dos grandes bancos (POLLAK, 1989, p. 11).

Ao mesmo tempo em que existe uma disputa onde, de um lado, temos questões ligadas à memória e ao patrimônio. Do outro lado, temos o turismo predatório e a exigência de modernização das cidades, em consonância como os apontamentos de Julia Pereira e Sonia Regina Miranda, indicados abaixo:

Ao mesmo tempo, evidenciam-se “ilhas de história”, por meio das quais se intenciona garantir o direito ao passado e as condições de criação da memória histórica: os monumentos, os marcos de patrimônio, os objetos celebrativos, as cidades históricas... instaura-se uma dinâmica de vida e morte nessa realidade às voltas com os ditames da modernidade e com os compromissos com o legado histórico, com repercussões nos modos de viver, sentir, pensar e agir dos sujeitos no tempo presente (PEREIRA; MIRANDA, 2014, p.12).

Nesse ponto, buscamos trabalhar com a história da cidade, dando sentido a essas “ilhas” de história, a partir dos seus bens culturais, pois o sentimento de pertença só existe se houver identificação e essa vem – muitas vezes – a partir da memória. Nesta direção, Candau indica que:

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si (CANDAU, 2012, p. 59 -60).

Quando falamos da cidade em que vivemos, muitas vezes, talvez não tenhamos conhecido determinados lugares mas, temos algumas lembranças para contar sobre como era o local, que atividades existiam em determinada fábrica, por exemplo, quem trabalhava naquele local, etc. Sabemos destas informações porque, em algum momento, alguém nos contou/abordou o assunto; isto é, nos apropriamos destas memórias ao ponto de falarmos sobre os lugares como se tivéssemos vivenciado determinadas situações, tal qual aponta Ecléa Bosi, no momento em que afirma que “suas histórias se misturam e nós começamos a enxergar nas ruas o que nunca víamos, mas nos contaram. Quando a fisionomia do bairro se humaniza pode continuar se transformando e vivendo ou pode ser golpeada de morte” (BOSI, 2003, p. 204). Em outras palavras, esse processo depende da nossa interpretação, da

apropriação que fazemos de determinado local, ou seja, “nesse sentido, todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade” (CANDAUI, 2012, p. 74).

Sabemos que o campo da História, memória e patrimônio é de muitos conflitos e para trazer esse tema para as aulas, durante o desenrolar das atividades, buscamos trabalhar as memórias individuais dos alunos e, ao ser compartilhada na sala com os colegas, ou mesmo no momento em que houve o cruzamento de informações que, muitas vezes, se completam, essas histórias passam a fazer parte da memória coletiva da turma. Sendo assim, ao visitarmos os locais, ao andarmos nas ruas da cidade, os alunos vão passar a ver esses lugares com outros olhos, a partir de suas memórias.

No capítulo, a seguir, vamos falar sobre os locais visitados ao longo do projeto; além disso, iremos trabalhar com o histórico dos lugares que foram foco das nossas aulas, ao longo do ano de 2014.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ESPAÇO FORMAL DE ENSINO

Nos últimos anos muito se tem discutido entre os responsáveis da área sobre o ensino de História; autores como Circe Bittencourt, Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelli, Carmem Zeli Gil, entre outros, têm pensado e discutido novos métodos relativos ao incentivo da participação dos alunos nas aulas. Em outras palavras, estes autores refletem formas para se fazer com que este ensino tenha um sentido para alunos que, muitas vezes, já têm a opinião formada e pensam que a História é algo muito chato, vazio e que “não serve para nada”.

Com base nessas considerações, neste capítulo vamos apresentar o projeto de pesquisa, ele será desenvolvido em uma turma de 4º ano da Escola Círculo Operário Riograndino Colégio Sagrado Coração de Jesus, período onde os alunos trabalham/estudam a história da cidade. Para desenvolver este trabalho utilizaremos a metodologia da Educação Patrimonial, já que esta permite o contato direto do aluno com o bem cultural, que está sendo trabalhado; sendo assim, estão previstas aulas ministradas no ambiente escolar, seguidas de saídas de campo na cidade, com vistas a aproximar a História dos alunos, fazendo-os, sentir-se pertencentes e com a compreensão deles também serem parte dessa história, a mesma que lhes é ensinada dentro da sala de aula.

2.1 UM POUCO DO INÍCIO...

A Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil na década de 1980, tendo como marco inicial o I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos, este foi realizado na década de 1980, no Museu Imperial. Todavia, somente recentemente vem sendo amplamente utilizada, deixando a área dos museus para tornar-se um campo mais vasto, atuando nas instituições de tutela patrimonial, de memória e de cultura e, entre estes meios de atuação, estão as Escolas, conforme Simone Scifoni:

Passadas mais de duas décadas, a Educação Patrimonial ultrapassou as ações centradas nos acervos e construções isoladas para a compreensão da própria cidade como documento da história e de cultura, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas

estratégias educativas (SCIFONI, 2012, p. 30).

Com a intenção de despertar o pertencimento, não como uma imposição, mas a partir dos olhares dos alunos, com os percursos eles irão observar e refletir sobre o bem e, então, se sentirão pertencentes ou não; “em outras palavras, a educação patrimonial foi admitida como uma estratégia fundamental para a transmissão dos valores atribuídos aos bens culturais” (PELEGRINI, 2009, p.36). Com base nessas considerações, o meio educacional tem o papel de incentivar a preservação da cultura e, nesta direção, o presente capítulo visa à apresentação do trabalho realizado com uma turma de 4º ano da Escola Círculo Operário Sagrado Coração de Jesus, a partir da metodologia da Educação Patrimonial, no momento em que se trabalha o conteúdo “história da cidade”, tendo em vista que:

[..] antes de pensarmos a Educação Patrimonial como sinônimo de preservação, devemos pensá-la enquanto um “mecanismo de conhecimento”, uma “ferramenta” para a leitura dos símbolos culturais representadas através dos patrimônios, ou seja, antes de se “levantar a bandeira da preservação”, é preciso estimular a reflexão sobre o porquê aquilo está sendo preservado, pois, são os valores que atribuímos aos bens culturais que justificam ou não a necessidade de preservá-los (NUÑEZ, 2011, p. 20).

A escolha de se trabalhar com o tema Educação Patrimonial e o Ensino de História por meio de bens patrimoniais da cidade do Rio Grande se deu, devido aos poucos trabalhos realizados a respeito desse tema na cidade. Justamente, em um tempo onde o município vive um período onde se operam algumas transformações tais como: mudanças econômicas e culturais, devido ao grande número de pessoas de outros Estados que migraram para o município na busca de emprego, como aponta Luiz Henrique Torres:

[...] esta cidade flutuante do Polo Naval utilizou pouco os fornecedores locais para viabilizar a parte física da construção, porém, necessitou muito da estrutura da cidade do Rio Grande para seu funcionamento (alimentação, moradia, estrutura médico-hospitalar, prestação de serviços, comércio, bancos, logística etc.). Do outro lado do discurso está a cidade real, a que deve cumprir o sacrifício de acomodar este crescimento avassalador em sua infraestrutura precária (TORRES, 2015, p. 68).

Com esse aumento populacional e econômico, muitas transformações espaciais aconteceram e, continuam a acontecer. Os rio-grandinos estão observando diversas mudanças no cenário da cidade, com a instalação do Polo

Naval, novas moradias sendo construídas, o comércio mudando de forma. Como consequência direta, observamos os impactos diretos na cultura da cidade e, muito embora, o foco do presente trabalho não consista na análise da economia da cidade, torna-se importante destacar o crescimento que o município vem passando nestes últimos tempos, de modo a entendermos o porquê, por exemplo, da especulação imobiliária representar um dos grandes vilões para os bens culturais que estão tombando, literalmente, como muitos dos nossos patrimônios; assim como a poluição das águas, ocasionando uma diminuição na pesca e, com isso, vão se perdendo patrimônios materiais, além de saberes e fazeres relacionados ao cotidiano da cidade.

Com esse crescimento acelerado e desordenado, aqui abordado de modo muito sucinto, haja vista que não representa o foco dessa pesquisa, vemos a necessidade de trabalhos como esse, os quais demonstram para os alunos a riqueza e a diversidade de bens culturais locais. Não obstante, como o tempo para o trabalho é curto, frente a tudo que a cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul tem a mostrar, o objetivo desta Dissertação consiste em desenvolver um projeto de Educação Patrimonial, na Escola Sagrado Coração de Jesus, com a turma do 4º ano, na cidade do Rio Grande. Com base nesse pressuposto, almejamos uma apropriação dos alunos com a história local.

Para tanto, vamos trabalhar com bens patrimoniais locais e abordagens diferentes, como museus, biblioteca e a catedral da cidade, bem como, com alguns prédios do centro histórico, praças, lugares esses que retratam a história da cidade. Assim, a ideia principal do projeto consiste no fato de que uma “semente” seja plantada para que no futuro estes alunos busquem conhecer mais – e preservem – os bens patrimoniais que correm o risco de desaparecerem se não houver o trabalho com o pertencimento local, afinal, “as ações educativas permitem às populações a compreensão, o reconhecimento, a valorização e a preservação dos aspectos ligados ao patrimônio material e imaterial de suas localidades” (PINHEIRO, 2010, p. 39).

Nesta direção, a primeira saída de campo contemplou algumas praças rio-grandinas. Entretanto, neste momento do texto, é importante ressaltar que este percurso já estava agendado pela professora titular da turma – em momento anterior ao meu trabalho com a mesma. Logo, a partir deste momento, foi possível observar nas narrativas apresentadas pelos alunos que outros locais despertavam interesse

neles e, foi com base nessa informação, que diferentes espaços foram acrescentados ao roteiro original (o das Praças).

Para que as atividades fossem desenvolvidas nos utilizamos da metodologia da Educação Patrimonial, conforme já destacado, buscando a efetivação de saídas de campo por diferentes percursos patrimoniais pela cidade, de modo a propiciar o desenvolvimento das principais etapas dessa metodologia. Com base nestas ações, buscamos a observação e o registro por parte dos alunos a partir da elaboração de desenhos, construção de pequenas narrativas; enfim, uma atividade que registre e faça com que o aluno explore estes locais, abordando os aspectos mais destacado por eles na atividade – se conheciam o lugar ou não, entre outros aspectos.

A justificativa para utilizarmos esta metodologia, encontra-se no fato de que a Educação Patrimonial é capaz de aproximar os conteúdos trabalhados em sala de aula com o campo do patrimônio cultural. Representado no cotidiano da cidade e nas suas memórias, enriquecendo o aprendizado e fazendo com que o aluno tenha mais interesse no trabalho com a história da cidade, conforme indica Juciene Apolinário:

O ensino de História é um espaço rico de possibilidades de se trabalhar com a Educação Patrimonial. Desde a primeira fase escolar é possível falar em história, memória, cidadania. Os alunos e alunas podem se sentir herdeiros das suas próprias historicidades fincadas nos seus espaços locais. Pode ainda compreender como a memória local – individual, familiar e coletiva – está na configuração do que entendemos como “patrimônio cultural” (APOLINÁRIO, 2012, p. 63).

Desse modo, os alunos irão voltar seu olhar com mais atenção para o que existe na cidade, conhecendo a história de lugares até “desapercebidos”, passando a dar novos valores à história da cidade onde vivem. Nesta direção, a historiadora Áurea da Paz Pinheiro destaca a necessidade dessas atividades se estenderem às Escolas, tendo em vista que:

É preciso que a temática e as metodologias associadas à Educação Patrimonial estendam-se às escolas, e que as crianças, desde cedo, tenham contato com o Patrimônio Cultural. Assim, a escola, a família, os alunos e os educadores assumirão a responsabilidade para com o conhecimento e a preservação patrimonial em suas comunidades. É possível afirmar que a Educação patrimonial estimula e valoriza a apropriação da herança cultural pela sociedade, sendo uma apropriação que orienta a preservação sustentável dos bens, fortalecendo os sentimentos de identidade e

de cidadania de um povo, de uma nação (PINHEIRO, 2010, p.48).

Assim, o projeto desenvolvido na Escola, visa mostrar a cidade como um verdadeiro documento para o ensino de História, sempre ligando os encontros ministrados em sala de aula, com saídas de campo para observarmos o que foi tratado, de modo que o aluno tenha a “compreensão da própria cidade como documento da história e de cultura” (SCIFONI, 2012, p. 30) e assim reconheçam os pontos positivos e negativos, quais seriam as mudanças, saber o que podemos ou não fazer com este bem, como cuidar do nosso patrimônio, entre outros aspectos.

A partir dos conteúdos trabalhados e, dos princípios da metodologia da Educação Patrimonial, as atividades decorreram do trabalho com alguns pontos considerados patrimônios pelos alunos, os quais contam a história do Rio Grande; já que “essa metodologia tem demonstrado o quanto se pode refletir e problematizar com relação à cidade e à sua história, tomando os monumentos históricos como ponto de partida para o processo de ensino-aprendizagem” (FRAGA, 2010, p. 224). Para tanto, tomaremos como ponto de partida, para as saídas de campo as Praças, sendo elas: Barão de São José do Norte, Praça Xavier Ferreira, Praça Tamandaré e a Praça Sete de Setembro. Esses lugares já tinham sido escolhidos pela professora titular da turma, quando começamos a pesquisa dessa Dissertação¹².

Partindo destes pontos, trabalhamos a utilização dessas Praças abordando aspectos ligados à sua formação (abordando aspectos condizentes à utilização destas antigamente e, também, aspectos da sua utilização atual), partimos desta escolha – já feita pela professora da turma – por entendermos que a partir das Praças poderemos começar a observar a cidade, identificando os seus arredores, assim como os bens culturais encontrados no interior das Praças.

Deste modo, é importante destacarmos que nos grandes centros urbanos, os locais de uso coletivo, no caso as Praças, vêm se tornando cada vez mais difíceis de se encontrar, em decorrência das pressões do mercado imobiliário, o qual vem ocupando estes espaços, ainda “livres” para a construção. No caso da cidade do Rio Grande estes espaços são presentes, as Praças a serem trabalhadas servem, em sua maioria, para a circulação de pessoas, as quais se deslocam pelo centro comercial local e, muitas vezes, não visualizam, de fato, o que existe nestes

¹² Ao fazermos o primeiro contato com a professora titular da turma a mesma nos colocou a par do que estava sendo trabalhado, já que começamos a realizar o trabalho no mês de abril, e as aulas já estavam em andamento. Neste momento, nos foi passado que a turma tinha uma saída de campo já acertada para algumas praças da cidade, sendo assim começamos as atividades com os alunos a partir destas visitas.

espaços.

Começando a abordar as praças abordamos a Praça Tamandaré, que no seu interior possui muitos monumentos: o Monumento Túmulo à figura de Bento Gonçalves, “um dos principais líderes da Revolução Farroupilha. Foi Bento Gonçalves da Silva que se destacou como comandante militar nas lutas platinas e também como presidente da República Rio-Grandense” (TORRES, 2008, p. 69). No ano de 1909, foram depositados, junto ao monumento, seus restos mortais.

Figura 1: Monumento Túmulo a Bento Gonçalves da Silva, 2007¹³



Fonte: Belas Imagens Rio-Grandinas.

O Monumento Túmulo localiza-se bem no centro da Praça Tamandaré; conforme podemos observar na imagem, seu entorno é livre para circulação, possibilitando uma melhor visualização de qualquer um dos ângulos.

Na segunda metade do século XIX, acontecia um processo de mitificação da

¹³ “A obra em bronze foi feita em Portugal pelo escultor Antonio Teixeira Lopes e retrata, representado por leões, a luta entre a república e a monarquia. No Monumento ainda encontra-se referências ao italiano Garibaldi e a Antonio de Souza Netto, general farroupilha nascido em Rio Grande” (TORRES, 2008, p. 69).

Revolução Farroupilha e, conseqüentemente, de seus heróis, “um grupo de rio-grandinos liderados pelo historiador Alfredo Ferreira Rodrigues teve a iniciativa da formação de uma comissão incumbida para o erguimento de um monumento em homenagem a Bento Gonçalves da Silva, na cidade do Rio Grande” (FUÃO, 2005, p. 61). Para este Projeto, o grupo contou com a ajuda financeira dos mais diferentes seguimentos da sociedade, de empresários a classe popular todos colaboraram, outras cidades também ajudaram para a construção do monumento, como Bagé, esse município se destacou pela grande quantia doada pela sua população.

Os restos mortais de Bento Gonçalves vieram para a cidade do Rio Grande em meados de 1900, “encontrando na população o entusiasmo capaz de dar ao projeto a viabilidade financeira e simbólica necessária para a concretização de uma obra de grande vulto” (FUÃO, 2005, p. 62), a população participou ativamente desse projeto, discutindo onde ia ser colocada a obra, já que o líder da comissão Alfredo Ferreira Rodrigues queria que o monumento fosse alocado na Praça General Telles (atual Praça Xavier Ferreira) mas, a população defendia a colocação na Praça Tamandaré. No entanto, devido a algumas mudanças na obra e desentendimentos da comissão, o monumento só foi inaugurado em 1909.

Figura 2: Monumento Túmulo a Bento Gonçalves da Silva, com ênfase para os leões que representam a luta entre a monarquia e a república, data desconhecida



Fonte: Belas Imagens Rio-Grandinas, Marcio Gandra.

Nesta Praça também encontramos um mini zoológico com um pequeno número de animais como patos, macacos, coelhos, entre outros. Um grande chafariz de origem francesa – o terceiro a ser instalado em Rio Grande em 1876 pela Companhia Hidráulica (Figura 3) –, ele foi colocado, primeiramente, onde hoje se encontra o Monumento Túmulo a Bento Gonçalves, sendo removido para o Lago para a colocação do monumento (TORRES, 2015).

A Praça Tamandaré, sofre com a falta de manutenção, como aponta o professor Luiz Henrique Torres, “devido a grande dimensão de 44.124 metros quadrados, 316 metros de comprimento por 140 metros de largura, a manutenção deste espaço público tem sido um desafio para os governos municipais” (TORRES, 2008, p. 33). Desse modo, com a realização deste trabalho, a partir da Educação Patrimonial, a ideia é fazer com que os alunos se sintam pertencentes ao local e, a partir de então, possam ajudar de alguma forma na conservação do mesmo.

Figura 3: Chafariz da Praça Tamandaré, data desconhecida



Fonte: Rio Grande – Cidade Histórica, Paulo Ávila.

Ao trabalharmos com a Praça Tamandaré, assim como as outras, abordamos o seu histórico, já que este local era antigamente chamado de Geribanda segundo o historiador Luiz Henrique Torres, era o “local de decomposturas pela aglomeração popular na coleta de água por aguadeiros e escravos, além da lavagem de roupa por lavadeiras” (TORRES, 2008, p. 28), ou seja, o local foi um dos principais pontos de

abastecimento de água da cidade. No início da década de 1870, quando os poços começaram a ser fechados, existiam 5 exemplares. A área se valorizou com o crescimento da cidade, sendo assim a Praça começou a receber projetos, como o de plantação de árvores, visto que, neste local, só existiam combros de areia, também foi feito um ajardinamento e a construção de lagos e ilhotas (TORRES, 2008). Como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 4: Cartão Postal da Praça Tamandaré, 1908



Fonte: Belas Imagens Rio-Grandinas.

A realização deste percurso foi pensada de modo que os alunos caminhassem por esses locais e vivenciassem esta experiência, isto é, para que reconheçam o objeto do estudo por eles vivenciado, como destaca Juciene Ricarte Apolinário:

[...] levando alunos e alunas para caminhar pelas cidades, observar seus prédios, visitar espaços de memória (museus, bibliotecas, arquivos) igrejas, entrevistar moradores, degustar as peculiaridades culinárias, observar práticas culturais como saberes e fazeres das artes populares locais, além de documentos produzidos em outras épocas, constitui diretrizes necessárias para se trabalhar com a Educação Patrimonial (APOLINÁRIO, 2012, p. 65).

A Praça Barão de São José do Norte tem uma história muito incomum em relação às outras. Neste local, inicialmente cercado de madeira, realizava-se o enforcamento dos condenados à morte na cidade até o ano de 1855, quando a pena de morte foi abolida no Brasil. Também neste local, conforme indica uma planta de

1767, ficava o pelourinho – símbolo do poder judiciário luso-brasileiro onde eram publicadas as normas legais e aplicação de castigos, inclusive, açoite em escravos (TORRES, 2008, p. 58). Estes chegavam através do Porto do Rio Grande, alguns ficavam por aqui e, outros eram comercializados pela região sul. Na cidade do Rio Grande, cerca de 25% da população era constituída por escravos, eles eram grande parte da mão-de-obra da cidade. Trabalhando nas mais diferentes atividades, entre elas, ama-de-leite, cozinheiro, lavadeiras, pedreiro, etc.; devido ao grande movimento de barcos no porto da cidade, muitos escravos trabalhavam embarcados (TORRES, 2008, p. 19), também vendiam hortaliças, tais como alface, couve, cebola e laranjas. Ao trabalhar com a história deste local com os alunos, abordamos a presença do trabalho escravo na cidade do Rio Grande. Veremos o quanto, aqui, eles eram tratados com a mesma crueldade, que em outras localidades do país, pois havia na cidade um lugar para os castigar; desconstruindo a ideia muito comum na historiografia tradicional de que, em Rio Grande, a escravidão foi um pouco branda¹⁴.

O local já foi chamado de Largo do Moinho, depois passou a chamar-se Largo da Praça da Caridade com o início da construção do hospital da Santa Casa, na década de 1850 e, posteriormente, foi denominado de Praça Barão de São José do Norte. Na década de 1930, a praça foi dividida em duas partes para possibilitar o escoamento do trânsito, em especial, dos bondes da linha Cidade Nova, os quais eram obrigados a fazer duas acentuadas curvas para seguirem para a Rua Aquidaban (TORRES, 2008). Ao falarmos deste ponto, o porquê de a praça ter sido dividida, abordaremos temas como o processo de modernização da cidade e os bens patrimoniais locais. Além disto, neste local, os alunos irão poder observar “o último dos quatro chafarizes franceses colocados na cidade” (TORRES, 2015, p. 86).

Seguindo com as Praças, pois elas fizeram parte de uma das nossas saídas

¹⁴ Na cidade do Rio Grande muitas pessoas têm a falsa ideia de que a escravidão foi pouco intensa no local, mas, ao fazermos uma rápida pesquisa em jornais da época, já é possível observarmos que essa não foi tão branda assim, já que os anúncios de venda, aluguel e compra de escravos eram muitos. Muitos escravos chegavam através do Porto do Rio Grande, alguns ficavam por aqui, e outros eram comercializados pela região sul. Na cidade do Rio Grande, cerca de 25% da população era de escravos, estes eram grande parte da mão de obra da cidade; trabalhavam nas mais diferentes atividades, conforme indica Torres: “cerca de 25% da população da cidade era constituída por escravos trazidos ao Rio Grande para atividade no porto ou como escravos urbanos domésticos ou de ganho. O fluxo financeiro e a necessidade de mão-de-obra impulsionavam esta presença que se prolongou até os últimos anos que antecederam a abolição da escravatura em 1888” (TORRES, 2008, p. 19).

de campo, temos a Praça Sete de Setembro, nessa praça abordamos a colonização da cidade, retomamos o assunto referente à chegada do Brigadeiro José da Silva Paes, a colonização da Vila do Rio Grande de São Pedro, sendo que a “Praça Sete de Setembro, inicialmente, chamava-se ‘Praça do Poço’, foi assim denominada por ali ter sido construído um poço ou cacimba nos primeiros momentos de ocupação em 1737” (TORRES, 2008, p. 35), estando próximo ao Forte Jesus-Maria-José. Neste local, conforme aponta Luiz Henrique Torres, aconteceram as primeiras experiências de convívio da cidade. Neste local foi instalado, em janeiro de 1874, o primeiro dos quatro chafarizes importados da França pela Companhia Hidráulica, sendo o de maior porte que a cidade recebeu; este “foi removido da Praça Sete de Setembro, a mando da Intendência no ano de 1914 e desapareceu (virando uma lenda urbana). Em 1925, nesta praça, foi inaugurado o monumento ao Barão do Rio Branco” (TORRES, 2015, p. 86).

Ao focarmos/trabalharmos com a Praça Xavier Ferreira, não temos como desvincular o centro histórico da cidade, tendo em vista ser ela, praticamente, o “coração” do mesmo. Este local foi delimitado na “década de 1810 e se tornou, com as obras de melhoramento, o “Boulevard Rio-Grandense” a partir da década de 1870” (TORRES, 2015, p. 32). Posteriormente, o entorno da Praça foi ganhando um novo contorno, em consonância com as informações, abaixo:

[...] estendendo-se até a década de 1860. Com a construção do casarão do Rasgado em 1824 (atual Prefeitura Municipal), segundo prédio da Alfândega (1829), antigo Mercado Público (1842), antigo prédio da Câmara Municipal em 1850 (local onde hoje está o prédio da Biblioteca Rio Grandense), e o antigo prédio da Câmara do Comércio (1847), os limites da praça foram sendo definidos pelas edificações urbanas (TORRES, 2008, p. 50).

A Praça Xavier Ferreira, ao longo de sua história, recebeu diferentes denominações, conforme indica o historiador Luiz Henrique Torres:

Praça da Constituição (relativa ao juramento da Constituição de Lisboa em 14 de abril de 1821); Praça do Império (1824); Praça da Alfândega (com a construção do segundo prédio da Alfândega em 1829); Praça do Mercado (após a construção do antigo Mercado em 1842); Praça Municipal (denominação mais usada no século 19); Praça Dona Isabel (1885); Praça General Teles (1894); Praça Xavier Ferreira (1935). (Jornal *Agora*, s/p. Disponível em: <http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=46¬icia=45085>. Acesso em 10/06/2016)

Por fim, destacamos sobre a última denominação da Praça Xavier Ferreira, ela ocorreu na forma de uma homenagem “ao autor do projeto de elevação da então Vila do Rio Grande de São Pedro para Cidade do Rio Grande, o boticário e jornalista Francisco Xavier Ferreira” (TORRES, 2008, p. 43).

Nesta saída observamos a Praça, os monumentos que fazem parte dela, como o Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, fundador da cidade, inaugurado em 1939, o Monumento à Liberdade, retratando o fim da escravidão (figura 5), sendo que este foi o primeiro monumento erguido em praça pública na cidade, em 1889. Também vimos o Chafariz das Três Graças que, assim como os outros, é de origem francesa e foi instalado em Rio Grande no ano de 1875, este era um dos principais cartões de visita da cidade, no século XX (TORRES, 2008). Também foi possível observarmos neste local o Lago dos Cisnes, este lago é assim chamado por ter possuído belos exemplares dessa ave, sendo que os primeiros vieram da Alemanha, em 1936; depois, no início da década de 60, um casal vindo de Portugal nadava no Lago, ainda nos anos 60, vieram cisnes da estirpe inglesa, mas, nascidos no Brasil; por último, tivemos um casal de cisnes negros, vindos da Holanda, que ainda na década de 80, encontravam-se no lago (SOARES, 2010, p. 47).

Atualmente, encontramos no lago duas esculturas o “Guri de Tonietti”, como é conhecida uma delas – esculpida por Matteo Tonietti –, sabemos que ele usou como modelo um menino que na época tinha aproximadamente 11 anos (este fato teria acontecido no ano de 1942), segundo entrevista com a própria “estátua viva” ao jornal *Agora*,¹⁵ em janeiro de 2016. A outra estátua recebeu o nome de “O Jornaleiro” e, teria sido feita por Érico Gobbi¹⁶, segundo o entrevistado. Os Guris como são popularmente conhecidos, foram colocados, originalmente, na Praça Dr. Pio, onde ficaram até a construção do prédio dos Correios e Telégrafos, já que com esta obra, a Praça deixou de existir e as esculturas foram transferidas para onde se encontram, atualmente (NERY, 2013).

O local também possui um número bastante diversificado de árvores, que compõem aquele cenário, sendo que a Praça Xavier Ferreira era um “local de passeio das famílias ao entardecer e nos finais de semana” (TORRES, 2008, p.43).

¹⁵ KAIRALLA, Bruno Zanini. O avô que é uma estátua viva da cidade. Jornal *Agora*, Rio Grande, 28 jan. 2016. Felicidade, p. 4-5.

¹⁶ Há controvérsias quanto a informação sobre quem foi o escultor da obra.

Figura 5: Monumento à Liberdade, data da foto desconhecida



Fonte: Rio Grande – Cidade Histórica, Fernando Marrera.

Além disso, também trabalhamos o entorno da Praça Xavier Ferreira, os prédios ali situados, como o Mercado Municipal da Cidade e as Docas do Mercado, que se localizam junto ao cais do Porto Velho e de frente para a Praça Xavier Ferreira. O primeiro Mercado Público foi construído em 1842, apresentando um grande pátio interno, nele existiam bancas para a realização do comércio de frutas e legumes, ou seja, o local constituía ponto de reunião de produtores e comerciantes das ilhas vizinhas e da zona rural, com o objetivo de realizarem o comércio dos seus produtos. Frente às necessidades da época foi realizada a construção do Novo Mercado Público, a qual durou de 1853 a 1863. Por este local “transitaram mercadorias variadas, alimentos essenciais para a população, dinheiro que alimentou o capitalismo comercial e gerou empregos” (TORRES, 2008, p. 56). Este, ainda hoje, é um lugar de vivência de várias pessoas que circulam durante o dia, para tomar um cafezinho, para comprar peixe, entre outras coisas que se encontram no Mercado.

Por sua vez, o Prédio da Prefeitura Municipal do Rio Grande (O Paço Municipal), inicialmente conhecido como Casarão do Rasgado, pois um comerciante chamado Joaquim Rasgado mandou construir, em 1824, era um prédio de destaque frente “as poucas construções para moradia particular de grandes dimensões que

existiam na Vila do Rio Grande naquela época. O destaque obtido por este morador fez com que a rua que passava em frente à residência fosse denominada de Beco do Rasgado” (TORRES, 2008, p. 34). O estilo da fachada do prédio foi alterado, passando de colonial para o neoclássico renascentista e, essas mudanças podem ser mostradas para os alunos através de imagens presentes no livro *Rio Grande: Patrimônio e Cartões-Postais na Belle Époque*, nele há uma imagem do sobrado, com sua arquitetura original, datada de 1888; logo depois, mais quatro imagens do prédio, já reformado, datando de 1906, 1907 e duas de 1920. Ele passou a ser ocupado em 1900 pela Intendência Municipal do Rio Grande.

A Prefeitura Municipal do Rio Grande, após um violento incêndio no ano de 2006, o qual destruiu parte de sua estrutura, passou por restauração sendo inaugurada em janeiro de 2013, e voltou a ser ocupado como o Paço Municipal. Com esse prédio, podemos trabalhar com as imagens de dois momentos, o primeiro com as imagens de sua arquitetura original e as mudanças ocorridas a partir das fotos das primeiras décadas do século XX e, como ele era antes do incêndio; o segundo diz respeito à forma como está agora, se sofreu algum tipo de modificação, etc.

Juntamente com o Prédio da Prefeitura Municipal do Rio Grande, observamos o Quartel General de Guarnição e Fronteira (1892), localizado no entorno da Praça Xavier Ferreira, ao lado do Prédio da Prefeitura. Este foi sede do Comando do 6º distrito Militar; sendo adquirido em 1900, pela Prefeitura do Rio Grande. O imóvel foi restaurado na segunda metade da década de 1990, passando a sediar secretarias do município e, com o incêndio de 2006, que atingiu o Prédio da Prefeitura, aquele passou a abrigá-la, até a reinauguração do Prédio do Paço Municipal. Apontamos que, estes prédios citados, à exceção do Mercado Público, não podem ser visitados com os alunos; sendo assim, os discentes tiveram apenas uma visão de como eles estão por fora.

Em outro momento, continuando a trabalhar com o entorno da Praça Xavier Ferreira, abordamos outros locais do Centro Histórico, como o Prédio da Alfândega, Biblioteca Rio-Grandense, Catedral de São Pedro e Porto Velho, locais estes que têm sua história entrelaçada com a história da cidade e com seu crescimento. Nestes espaços é possível encontrar uma variedade de bens culturais a serem observados, analisados pelos educandos, conforme menciona Hilda Jaqueline Fraga, no momento em que aponta:

Sua finalidade é oportunizar aos alunos e alunas experiências significativas com base na construção de um conhecimento que lhes permita entender os processos histórico-culturais que envolvam e/ou envolveram sua realidade no presente ou em um passado recente ou remoto. Ao mesmo tempo, esse conhecimento tem de lhes possibilitar o exercício do direito à memória a partir do acesso ao patrimônio do qual todos são herdeiros (FRAGA, 2010, p. 221).

A Catedral de São Pedro será um lugar com o qual também vamos trabalhar, com os alunos, uma vez que este é o "mais antigo e ainda ativo templo erguido no cenário Sul-rio-grandense" (ALVES, 2004, p.15). Construída no século XVIII, é o único prédio remanescente deste período na cidade do Rio Grande. Sua construção data de 1755, na pequena Vila do Rio Grande e a edificação tinha papel importante, pois além de um templo religioso, também seria lugar de concentração e sociabilidade para a comunidade rio-grandina.

Figura 6: Catedral de São Pedro, data desconhecida



Fonte: Belas Imagens Rio- Grandinas.

Figura 7: Foto feita no interior da Catedral, Missa relativa a 277º aniversário do Rio Grande, 2014



Fonte: Belas Imagens Rio-Grandinas, Marcio Gandra.

Ao longo de seus mais de 250 anos, a Catedral esteve presente em diferentes momentos históricos da cidade. Sofreu com a invasão dos espanhóis, sendo invadida e saqueada (ALVES, 2004, p.20), “tornou-se o templo também uma presa de guerra, utilizado como hospital e despojado de vários objetos de culto” (ALVES, 2004, pp. 37-38).

No século XIX, passou por constantes ameaças de ser destruída para a construção de uma igreja maior e mais moderna, para os padrões da época. Visto que, ela se encontrava em meio a outras construções maiores, as quais faziam com que ela ficasse pequena e desvalorizada, frente a tudo que estava a sua volta. Os planos para a Nova Matriz ficaram por um tempo interrompidos, voltando a ser discutido no final do século XIX, com uma comissão a qual “era presidida pelo próprio vigário e formada por alguns dos representantes das “forças vivas” cidadinas, reunindo-se na sacristia da Matriz de São Pedro” (ALVES, 2004, p. 62). Se existia um discurso de que a “Antiga Matriz” não comportava mais a demanda da população, por isso a necessidade de construir uma nova, no próximo século as disputas se intensificariam “entre a tendência da modernização em oposição à tradição histórica” (ALVES, 2004, p. 63).

Esta batalha onde, de um lado tínhamos os modernizadores e, do outro os conservadores, adentrou o século XX. Com o crescimento das atividades mercantis

e a modernização da cidade, a qual passou a ter aspectos europeus, como ruas largas e jardins graciosos, o projeto de construção da Nova Matriz ganhava mais espaço, sendo constantes as discussões entre os dois lados (ALVES, 2004). Segundo o historiador Francisco das Neves Alves:

A tomada de posição quanto ao estabelecimento de um patrimônio histórico nacional teria no Brasil, institucionalmente, os primeiros ecos em abril de 1936, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na cidade do Rio Grande, tendo em vista os já recorrentes projetos de erguimento de uma nova Matriz, houve certa mobilização no intento de preservar o histórico templo (ALVES, 2004, p. 76).

Após muitos embates, como cita Luiz Henrique Torres, com as discussões “sendo intensificadas na década de 1930, porém, com o tombamento como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938, uma parte fundamental da história luso-brasileira no sul do Brasil foi preservada” (TORRES, 2008, p. 15). Desta forma, os conservadores ganharam a “batalha”, e a Matriz de São Pedro continuou fazendo parte do cotidiano dos rio-grandinos. Tal fato não quer dizer que novos desafios não tenham sido enfrentados, inclusive, a Igreja passou por alguns pequenos reparos ao longo de sua história. Posteriormente, em decorrência da ação do tempo, a Igreja passou por uma restauração completa, em 1997. Neste processo, as imagens que estavam repintadas de forma inadequada, foram recuperadas voltando, assim, à sua aparência original, com os “onze altares do templo também foram restaurados e na capela-mor decidiu-se pela manutenção da “escaiola”, completando-se o quadro geral de reformas do prédio” (ALVES, 2004, p.138).

Destacamos que com a revalorização deste patrimônio histórico-cultural, a partir da restauração volta-se o olhar dos rio-grandinos, para a representação de um aspecto da memória da cidade. Tanto que, o mesmo se tornou um símbolo do Rio Grande. O motivo de trabalharmos com esse patrimônio encontra respaldo junto à riqueza histórica do local, sendo esse o único prédio remanescente do século XVIII, ou seja, representa uma oportunidade para que os alunos entendam porque esse foi o primeiro bem tombado na cidade do Rio Grande.

Outro ponto visitado é a Biblioteca Rio-Grandense, a mais antiga do Estado, localizada no Centro Histórico, foi fundada em 1846, como Gabinete de Leitura por João Barbosa Coelho. No ano de 1878, acontece uma mudança na razão social “o Gabinete de Leitura passa a se chamar Bibliotheca Rio-Grandense, com o objetivo

de ser uma “sociedade de recreio espiritual e de difusão cultural” (SILVA, 2011, p. 59). Ciente do seu objetivo, a diretoria inaugurou em 1879 um curso noturno e gratuito de alfabetização, essas aulas existiram durante uns sessenta anos, “sendo extintas devido à criação da rede oficial de educação” (SILVA, 2011, p. 59). Também funcionou neste local, no andar superior da instituição, a Fundação Cidade do Rio Grande, com o curso de Engenharia Industrial, permanecendo neste local até 1959.

Atualmente, estima-se que a Biblioteca possua um acervo de “meio milhão de livros, jornais, revistas, fotografias, e documentos que remontam aos últimos 500 anos da história da humanidade” (TORRES, 2015, p. 94) possuindo uma vasta coleção de jornais históricos, obras raras; e, como as visitas são permitidas, na parte interna do seu acervo, os alunos foram levados a observar como é a gestão de uma biblioteca, de que forma o acervo é guardado, quais cuidados devem ser tomados para que este não se estrague facilmente. A partir disso, vão saber quais tipos de documentos podem ser encontrados na biblioteca, estando os mesmo à disposição para pesquisa. Além de, também, conhecerem o seu histórico, bem como o seu papel à cultura rio-grandina, em um momento onde não havia escolas da rede oficial de ensino. Em visita ao local, os alunos puderam conhecer um pouco como era o ensino antigamente na cidade e, como se encontra a biblioteca atualmente, concordando com a colocação da historiadora Áurea Pinheiro:

[..] Acredito que um ensino de História no qual os professores utilizem metodologias de educação patrimonial pode promover as interfaces entre história, memória e patrimônio cultural, possibilitando, assim, o reconhecimento e a preservação de manifestações culturais significativas para a cultura local. É importante recuperar, conhecer e saber preservar elementos importantes do patrimônio cultural brasileiro, não apenas para apreciar, mas para democratizar o acesso e sugerir políticas de uso sustentável desse patrimônio para gerações futuras e para a melhoria das condições de vida e de trabalho de seus produtores (PINHEIRO, 2010, p.51).

As políticas de usos sustentáveis são importantes para que as futuras gerações tenham acesso aos bens culturais, mas elas só vão ser levadas a sério, de fato, se as pessoas conhecerem e se (re) conhecerem nesses patrimônios; com o intuito de acontecer isto, é preciso trabalharmos com as gerações de agora, fazendo-as eleger seus patrimônios, além de preservar e valorizar suas histórias e suas memórias.

Sabemos que a cidade do Rio Grande teve seu desenvolvimento sempre

ligado ao Porto e, partindo do entendimento que, o aprendizado se fixa mediante as experiências pessoais dos alunos, trabalhamos com o Porto Velho, o Porto Novo e o Super Porto, seguindo a mesma linha. Em outras palavras, desenvolvendo uma conversa a partir de materiais que falam sobre o Porto e, logo em seguida, uma saída de campo para bem de ser observada a utilização atual dos armazéns do Porto Velho, de modo que os alunos tenham uma dimensão de como era este local.

Antigamente, a movimentação de embarcações no Porto da cidade, hoje conhecido como Porto Velho, era intensa, afinal, “o cais do Porto Velho acompanhou o perfil do centro da cidade desde os primórdios do século 19” (TORRES, 2008, p. 22); onde já era o principal centro de comércio da Capitania, estando seu crescimento ligado diretamente à movimentação portuária. A Vila do Rio Grande de São Pedro vai mudando suas características “de praça militarizada, passando para centro portuário de escoamento de toda a produção da Capitania dirigido ao mercado interno brasileiro” (TORRES, 2008, p. 41). O centro urbano tinha um forte vínculo com o universo portuário, as grandes casas de comércio localizavam-se nas ruas perto do Porto, hoje, é muito fácil de observar essa ligação antiga da cidade com o mar, tendo em vista que o Centro Histórico da cidade se localiza nos arredores do Porto Velho. Como indica Luiz Henrique Torres:

Mesmo com a inauguração do Porto Novo em 1915, a importância do Porto Velho persistirá como ancoradouro de embarcações de pequeno e médio porte, descarga de pescados e tráfego de passageiros, ligando São José do Norte, a Ilha dos Marinheiros, Torotama, Leonídio e o Rio Grande (TORRES, 2008, p. 42).

Em um próximo momento das atividades, seguimos para o Porto Novo, como já foi citado, o local foi inaugurado em 1915, permitindo a navios de grande porte atracar na cidade do Rio Grande. O Porto conta com um projeto, atualmente, chamado “Escola no Porto”. É interessante o professor estar sempre atualizado e informado dos acontecimentos na cidade, a fim de poder aproveitar estas ferramentas para o ensino, como é o caso da palestra no Porto, com a intenção de o aluno perceber outras visões daquilo que está sendo trabalhado.

O Projeto Escola no Porto oferece às Escolas uma palestra com uma monitora do Porto, onde a mesma faz um apanhado geral da história do local na cidade do Rio Grande. Contando, desde o início no Porto Velho, falando para que serve um porto, quais mercadorias chegam através dele, assim como suas

expansões para a área conhecida como Super Porto. Também são comentados aspectos do meio ambiente, como por exemplo, de qual forma o Porto cuida para não haver impactos no meio ambiente, além das medidas a serem tomadas, caso venha a acontecer, tais como, um derramamento de óleo no mar. Após a palestra, foi realizada uma visita guiada no cais do porto, onde os alunos puderam observar o funcionamento do mesmo.

Um local citado na palestra do Porto que, muitas crianças costumam visitar, para andar de vagoneta, pescar, mas, por ventura, elas não conheçam a real importância da sua construção e, ao trabalhar a história do Porto na cidade do Rio Grande, não podemos deixar de falar são os Molhes da Barra¹⁷, visto que, esse tem sua história entrelaçada com a do Porto. Sua inauguração ocorreu no ano de 1915, após muitas reivindicações da população local, pois esta era conhecida como “Barra Diabólica”, devido ao grande número de navios já encalhados no local, ao tentar transpô-la. É possível encontrar os relatos desses acidentes em diários e livros de viajantes, os quais passaram por Rio Grande, como aponta Luiz Henrique Torres:

Aos viajantes estrangeiros que conheceram a cidade e publicaram livros sobre o Rio Grande do Sul no século 19, a travessia da barra constitui um momento de ansiedade antes do desembarque na cidade. Registros da passagem pela “barra diabólica” e suas dificuldades são um lugar comum nos escritos que edificaram um imaginário de proeminência da natureza sobre a civilização (TORRES, 2008, p. 52).

Com a construção dos Molhes leste e oeste, o acesso se tornou mais seguro ao Porto do Rio Grande, acarretando um crescente movimento de navios. Estes “braços de pedra”, que adentram ao mar, também se tornaram refúgio de algumas espécies de animais, como os leões e lobos-marinhos, estes ficam em grande quantidade no molhe leste, descansando sobre as pedras e tetrápodes (blocos de concreto).

Após trabalharmos com o Centro Histórico, as Praças e a História do Porto do Rio Grande, vamos abordar os museus da cidade. Seguindo os preceitos assinalados por Sandra Pelegrini, no que se refere à reflexão sobre seus significados e preservação:

¹⁷ Sua construção teve início em outubro de 1911, e sua inauguração se deu no ano de 1915 quando o navio-escola Benjamin Constant atracou no Porto Novo com um calado de 6,35 metros. Essa foi uma das mais importantes obras de engenharia hidráulica da época, neste local trabalharam mais de quatro mil homens. Para a construção foram utilizadas cerca de 3,4 milhões de toneladas de rochas, esse material vinha de pedreiras de Capão do Leão, e o deslocamento era feito via férrea e via marítima/terrestre até Rio Grande (TORRES, 2008).

Por conseguinte, o empenho sistemático e duradouro da educação patrimonial torna-se eficiente se for capaz de promover a formação e a informação acerca do processo de construção de identidades plurais e de propiciar o desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo da história e das políticas de preservação (PELEGRINI, 2009, p.37).

Tendo em vista que essa é uma maneira dos alunos conhecerem as realizações ocorridas com certos bens entendidos como patrimônio para alguns, de qual forma eles são preservados, quais coleções são abrigadas por estas instituições, entre outras assertivas.

2.2 Os Museus

Durante muito tempo os museus e a população foram afastados um do outro, não se pensava estes locais como espaços de formação. Conforme apontam Carmem Zeli de Vargas Gil e Dóris Bittencourt Almeida, “o museu servia para guardar e expor objetos de poucos, ‘figuras ilustres’, ‘raridades’ ou ‘elementos exóticos’; a farda do general, o retrato do governante, a caneta do escritor, o vestido da rainha (GIL, ALMEIDA, 2012, p. 76). Atualmente, estas instituições vêm passando por mudanças significativas e o papel do museu não consiste mais em, somente expor objetos com grande valor histórico, ou seja, “o objetivo não é mais a celebração de personagens ou a classificação enciclopédica da natureza, mas a reflexão crítica” (GIL, ALMEIDA, 2012, p. 77). Sendo assim, estes lugares vêm buscando a interação dos objetos com os visitantes e ao utilizarmos eles como espaços de ensino, devemos fazer com que os alunos encontrem pontos em comum tanto com os conteúdos estudado por eles, bem como, com o que está sendo exposto no museu a ser visitado. Desse modo, uma visita ao Museu deve ser antecipada de preparação/planejamento e apresentada, preliminarmente, na sala de aula, com a finalidade de os alunos conseguirem aproveitar melhor o que estão vendo, “pois a relação entre o que é visto e quem vê necessita de preparação. Do contrário, não se vê ou pouco se vê” (GIL, ALMEIDA, 2012, p. 77).

Assim, o ensino de História nos museus se faz por objetos e pela cultura material, como apontado por Fraga, “está atrelado à capacidade de suas ações educativas tornarem inteligíveis aos alunos e professores as tramas históricas visíveis e invisíveis que os envolvem, a fim de incitar à construção do conhecimento

histórico diverso do saber histórico de sala de aula” (FRAGA, 2013, p. 108). Seguindo os preceitos assinalados por Sandra Pelegrini no que tange à reflexão sobre seus significados e preservação:

Por conseguinte, o empenho sistemático e duradouro da educação patrimonial torna-se eficiente se for capaz de promover a formação e a informação acerca do processo de construção de identidades plurais e de propiciar o desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo da história e das políticas de preservação (PELEGRINI, 2009, p.37).

Os museus visitados foram: Museu Náutico, Museu do Porto e Museu Oceanográfico, os dois primeiros têm uma ligação com o Porto do Rio Grande.

O Museu Náutico está instalado no armazém 4 do Porto Velho, localizado no Centro Histórico da cidade. O local mostra uma cidade com uma forte ligação com o mar, o seu acervo conta com embarcações, equipamentos de navegação, sinalização náutica entre outros objetos, todos sempre nesta linha, fazendo a ligação da cidade com o mar e a Lagoa dos Patos.

O Museu do Porto, também localizado em um dos armazéns, junto ao Porto Velho, possui um acervo, o qual conta com a evolução dos equipamentos de navegação, de transportes de mercadorias, todos utilizados em atividades do complexo portuário. Lá, podemos encontrar fotos, mapas, cartas náuticas, a primeira locomotiva do DEPREC (Departamento de Portos, Rios e Canais), entre outros objetos.

A partir das visitas aos museus, trabalhamos com a consciência preservacionista dos alunos, com narrativas para entender se eles consideram importante visitar os museus; conhecer o que está exposto nestes locais, bem como o sentido da preservação dos objetos lá expostos, pois como bem trata Londres:

A formação dessa “consciência preservacionista” junto às novas gerações é, portanto, fundamental para a continuidade da preservação dos bens culturais, cujo, desaparecimento, sabemos bem, constitui, em geral, uma perda irreparável, seja de um monumento antigo, seja de uma espécie da fauna ou da flora, e também de conhecimentos, de formas de expressão, de modos de vida (LONDRES, 2012, p.14).

Outro museu que estava dentro do plano de pesquisa para ser visitado é o Museu Oceanográfico Professor Eliézer Carvalho Rios. Sua história tem início com o desejo de criação de um centro para estudos ligados ao oceano, a aspiração tornou-

se realidade, com a criação da Sociedade de Estudos Oceanográficos do Rio Grande (SEORG), fundada em 20 de março de 1953. Os profissionais, que fizeram parte deste projeto, foram: Eliezer Carvalho Rios, Boaventura Barcellos, Nicolas Vilhar e Cícero Vassão. Inicialmente, buscou-se um prédio para estabelecer o Museu Oceanográfico, como aponta Luiz Henrique Torres:

[...] pois neste local seriam realizadas as pesquisas de laboratório e também a exposição do acervo para os visitantes. Este prédio do início do século 20, foi obtido junto à Prefeitura Municipal ainda em 1953, localizando-se na Praça Tamandaré e funcionando a sociedade neste local de 1953 a 1972, quando mudou-se para o prédio atual. Entre os principais fatores que levaram ao surgimento desta sociedade na década de 1950 está o interesse de seus fundadores pelos estudos oceanográficos – alguns deles já desenvolviam trabalhos nessa área, ligados à indústria pesqueira e suas possibilidades de incremento (TORRES, 2015, p. 58).

O local possui um acervo variado, entre suas coleções podemos encontrar réplicas de aves marinhas, peixes e crustáceos; seus painéis falam da dinâmica da vida no oceano e, também, estão em exposição várias conchas que fazem parte da coleção de moluscos. Esse museu deu origem ao complexo de museus e centros associados da Fundação Universidade do Rio Grande; atualmente, fazem parte deste complexo o Museu Antártico, o Museu Náutico, o Eco- Museu da Ilha da Pólvora, o Centro de Recuperação de Animais Marinhos (CRAM) e o Centro de Educação e Formação Ambiental Marinha (CEFAM).

O Museu Antártico localiza-se juntamente com o Museu Oceanográfico, esse reproduz as primeiras instalações da Estação Brasileira “Comandante Ferraz”, na Antártica. Seu acervo apresenta objetos utilizados pelos brasileiros e os painéis contam sobre a vida no Pólo Sul, indicam os animais que vivem neste ambiente, além de falarem sobre o esforço brasileiro em manter uma base em ambiente tão inóspito.

O Eco-Museu da Ilha da Pólvora localiza-se no estuário da Laguna dos Patos (figura 8) e, para chegar à Ilha, a travessia é feita através de barcos, eles saem do píer do Museu Oceanográfico. A Ilha da Pólvora é um lugar que mantém preservado os marismas, servindo de habitat para inúmeras espécies existentes na Laguna. Hoje, este lugar é sede do Eco-museu; porém, antigamente, abrigava o paiol do

exército¹⁸.

Figura 8: Ilha da Pólvora, data desconhecida



Fonte: Belas Imagens Rio- Grandinas, Elisabeth Pereira Bandeira.

Ainda temos dentro deste complexo museológico o CRAM (Centro de Recuperação de Animais Marinhos); nesse local é possível observar alguns animais como pinguins, leões-marinhos, tartarugas e aves, os quais foram encontrados debilitados na costa e, estão em tratamento, para depois serem devolvidos ao seu habitat natural.

A partir deste Complexo de Museus, trabalhamos com a Educação Ambiental, alicerçado em sua preservação; lá podemos ver como funcionam os oceanos, as vidas existentes nos mares, além de termos um contato direto com as consequências das intervenções do homem no espaço; através do CRAM onde é possível observar os animais, algumas vezes, bastante debilitados, por terem entrado em contato com óleo descartado de maneira errada no mar. “Tanto a Educação Patrimonial, quanto a Educação Museal estão comprometidas com o

¹⁸ A Ilha da Pólvora foi comprada pela Fazenda Pública (1854), sendo usada pelo exército por mais de cem anos, como base para armazenagem de munição. Foi emprestada, em regime de comodato (1995) à Fundação Universidade do Rio Grande, pelo Ministério do Exército. “Ali eram depositados não só a pólvora pertencente aos ministérios da Guerra e da Marinha, mas também a do comércio que em virtude de disposição proibitiva das leis municipais não poderia conservá-la dentro da cidade” (SILVA, FREITAS, 1997, p. 29). Atualmente, neste local também encontramos dois mirantes de onde é possível observarmos a cidade do Rio Grande.

homem em transformação e com o desenvolvimento da sua capacidade do conhecer sua realidade e poder transformá-la” (CABRAL, 2012, p. 43). Sendo assim, os alunos tiveram a oportunidade de pensar o meio ambiente, os impactos do lixo nos mares, além de entenderem a importância de valorizar estes espaços, tal qual destaca Apolinário:

A necessidade de trabalhar o patrimônio cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do patrimônio e fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social (APOLINÁRIO, 2012, p. 57).

Além das saídas de campo onde os alunos tiveram a vivência com o conteúdo, era necessário que eles tivessem aulas dentro da sala de aula, pois elas iam preparar os estudantes a partir de subsídios teóricos para os trabalhos fora da Escola, e, neste momento, era possível escutar os alunos, suas curiosidades e suas perguntas; enfim, era possível saber sobre os lugares que eles gostariam de conhecer.

2.3 Na sala de aula...

É importante salientar que, antes das saídas de campo, os alunos sempre tiveram uma aula, onde passamos algumas informações sobre o local, seu histórico, para quais fins o local era utilizado; ou seja, nessa aula buscamos trabalhar com fontes como, cartões postais, fotos antigas da cidade, etc. Essas imagens foram utilizadas para introduzir o tema da aula, sendo assim, o aluno tentava identificar sobre o que se trata a aula, localizar qual lugar estava sendo mostrado nas imagens. Essas fotos e cartões-postais também podem ser utilizados como fonte de informação, imagens com datas diferentes são um exemplo de fonte de informação, visto que o aluno pode, através delas, apontar mudanças e permanências na cidade, nos bens patrimoniais a serem estudados pois, como aponta Bittencourt:

O uso da fotografia pode favorecer o entendimento das mudanças e permanências, por intermédio de um estudo comparativo. Uma proposta frequente, ao estudar-se a história local, é apresentar fotos do mesmo lugar em momentos diferentes (BITTENCOURT, 2011, p. 369).

Não obstante, precisamos ter o cuidado no momento de separar o material a ser trabalhado nas aulas, pois como alerta Bittencourt, “na escolha é necessário lembrar que eles devem ser motivadores e não podem constituir em texto de leitura que produza mais dificuldade do que interesse e curiosidade” (BITTENCOURT, 2011, p. 330).

Pensando em desenvolver o interesse e a curiosidade dos alunos como salienta Bittencourt, para desenvolver o projeto na sala de aula, as imagens selecionadas para serem trabalhadas com a turma são de dois livros “Rio Grande: cartões-postais contam a história” e “Rio Grande: Patrimônio e Cartões-Postais na Belle Époque”, ambos trazem imagens de cartões comemorativos, prédios, ruas, indústrias, etc., da cidade do Rio Grande. A escolha das imagens parece ser a mais motivadora, uma vez que por meio das observações e comparações de imagens com datas diferentes, mexe com a curiosidade de muitos que, depois, nas saídas de campo, oportunizando aos alunos o estabelecimento de relações, a partir do observado por eles nas imagens e aquelas, ainda, existe, atualmente. Nas palavras de Luporini:

A utilização desse material á disposição dos professores para a realização de estudos do meio, quando bem aproveitados, podem servir para uma excelente formação intelectual e cívica dos alunos, favorecendo a compreensão das diferentes temporalidades – tempo curto, médio e longo – e a formação para a preservação das diferentes expressões patrimoniais da comunidade (LUPORINI, 2002, p. 335).

A escolha das imagens também ocorreu em razão da idade dos alunos, pois estes têm entre 9 e 10 anos de idade e, outros tipos de fontes podem ser de mais difícil compreensão – ao menos em um primeiro contato – deixando “claro que o uso de documentos históricos em sala de aula, em nenhum momento, poderá ter a função de transformá-lo em historiador ou substituir a intervenção do professor no processo ensino-aprendizagem” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 117). O professor, nesse momento, faz o papel de mediador entre o aluno e o bem que está sendo trabalhado, apresentando o(s) documento(s); no caso, o mais trabalhado nesse projeto serão as imagens. Tendo em vista que o aluno terá a oportunidade de conhecer o histórico do local, mas sempre deixando espaço para as conclusões do próprio aluno, não com a intenção de transformá-lo em um historiador, como fala Schmidt e Cainelli, mas, deixando-o trazer suas percepções acerca do que está

sendo trabalhado, haja vista o “uso do documento histórico na escola exige tratamento didático, oportunizando ao aluno dialogar com realidades do passado, construindo o sentido de análise e contribuindo para a significação do saber histórico adquirido” (LUPORINI, 2002, p. 325).

Outra fonte utilizada, em um dos encontros na sala de aula, foi a imprensa escrita, ela serviu para discutirmos sobre a Fábrica Rheingantz, o futuro das instalações do Complexo da fábrica e, para introduzirmos o assunto, falamos do histórico dessa indústria, a qual foi a pioneira na cidade. “No caso específico do patrimônio Industrial essa educação do olhar e dos sentidos ainda não entrou como um elemento do repertório dos projetos de Educação Patrimonial” (FERREIRA, 2009, p. 189), mas como na história da cidade a Fábrica Rheingantz se faz muito presente, sentimos a necessidade de trabalhar com a mesma.

Rio Grande já foi considerada uma das cidades mais industrializadas do Estado, essa industrialização aconteceu a partir do final do século XIX, no ano de 1873, no momento do surgimento da Fábrica Rheingantz & Vater; depois dessa, muitas surgiram, como a Fábrica de Charutos Pooch, entre outras. Eram estabelecimentos com um grande investimento e uma pequena diversificação nos ramos, o de maior destaque era o ramo da tecelagem, charutos e conservas de alimentos, porém, com o passar dos anos, no século XX, essa indústria foi se diversificando e, no ano de 1913, a cidade abrigava cerca de 18 indústrias (PAULITSCH, 2008).

Não obstante, ressaltamos ser a fábrica Rheingantz o foco do presente trabalho, a qual teve sua primeira sede em frente à cadeia da cidade, “a localização inicial da fábrica era em frente à cadeia, no quarteirão formado pelas ruas Conde de Porto Alegre, Almirante Barroso, General Câmara e Coronel Sampaio” (PAULITSCH, 2008, p. 56). No início, essa fábrica trabalhava com uma produção em pequena escala, apesar de seu tímido início, conforme destaca Simone Sola Bobadilho:

A trajetória dessa fábrica é marcada por algumas características que lhe dão o título de uma das maiores fábricas de tecidos do estado do Rio Grande do Sul, pertencente a um dos marcos da industrialização na cidade do Rio Grande e como pioneira na produção de lã, fiação penteada para a fabricação de tecidos finos e o empreendedorismo de seus dirigentes (BOBADILHO, 2012, p. 1010).

No período de 1883 a 1885, a fábrica de tecidos mudou-se para uma nova sede, localizada onde hoje se encontra o Complexo Industrial da Rheingantz, a

expansão da empresa aconteceu devido ao mercado consumidor. Um ponto importante, o qual auxiliou a favor para a escolha do local para a construção da nova fábrica, foi a aproximação com a Estação Ferroviária Central, tendo em vista a facilidade para o recebimento de material de construção e o carvão, já que tudo vinha através de trens; em outras palavras, o fator escoamento da produção – mercadorias – foi levado em consideração. Assim, a nova sede localizava-se longe do centro da cidade e, devido à precariedade de transporte, foi necessário a construção da Vila Operária, de modo a atender melhor seus operários, esta contava com um grande complexo onde existia a maioria das coisas necessárias para os trabalhadores, “casas enfileiradas, casas isoladas para mestres, casas para técnicos, um grupo escolar, jardim de infância, cassino dos mestres, ambulatório médico e armazém cooperativo” (PAULITSCH, 2008, p. 62). É importante salientar que era abatido 10% no aluguel das casas para os moradores, os quais assumissem a obrigação de acudir, caso acontecesse qualquer incêndio no local (PAULITSCH, 2008). Leticia Ferreira cita algumas medidas que eram tomadas em benefício dos operários, e essas resultaram:

A adoção de um conjunto de medidas que visavam beneficiar e criar vínculos fortes do operário com a empresa resultou na fundação da Sociedade de Mutualidade, mantida por contribuições dos empregados da empresa e atuando no atendimento à saúde do operário e sua família, na concessão do auxílio pecuniário aos sócios temporariamente impedidos de trabalhar e do auxílio funeral. O surgimento do “Fundo de Auxílios Carlos G. Rheingantz” será o ponto máximo dessas ações, instaurando benefícios tidos como extraordinários, tais como aqueles concedidos em razão da viuvez feminina, do amparo concedido aos filhos menores, da invalidez resultante de algum acidente na fábrica, e do casamento de operárias, formalmente consentido pelos pais. A organização de uma biblioteca e das aulas, direcionadas aos empregados, são reflexos desse perfil do fundador, representado como um erudito (FERREIRA, 2009, pp. 196-197).

Com a responsabilidade social, assumida com os operários, a Fábrica ganhou grande espaço na história da cidade e, ainda está muito viva na memória dos rio-grandinos. Não podemos deixar de citar o quanto a Rheingantz foi de grande importância econômica para nossa cidade, haja vista os muitos trabalhadores que passaram por este local, tanto que era normal em uma família, no mínimo, um integrante trabalhar, ou já ter trabalhado nesta fábrica.

A mão-de-obra da fábrica era constituída por dois terços de mulheres e um terço de homens. As mulheres trabalhavam na produção e os

homens na manutenção. A fábrica possuía uma produção de abrangência regional, nacional e de exportação, para os Estados Unidos e Europa. Fornecia capas e cobertores para o Exército Brasileiro, atingindo seu auge de produção na época da Primeira Guerra Mundial, quando chegaram a trabalhar 2000 pessoas na fábrica (PAULITSCH, 2008, p. 65).

Todavia, com o passar do tempo, a empresa, muitas vezes, já havia trocado de nomes de Rheingantz & Valter para Fábrica Nacional de Tecidos de Lã, Rheingantz e Cia; em 1891, foi transformada em sociedade anônima sob o nome de União Fabril e Pastoril, a razão social sofreu mudança, novamente, no ano de 1895, para Companhia União Fabril. Por volta de 1968, a “falência da companhia deu-se pela concorrência de confecções e magazines que importava lãs e produtos do Uruguai a preços mais baixos” (PAULITSCH, 2008, p. 65). Sendo assim, a fábrica foi vendida para a firma João Abdalla & Cia e, em 1970, a mesma, por sua vez foi vendida para um grupo de Pelotas, da família Loréa, adquirindo então o nome de Companhia Inca Têxtil, entretanto, os negócios já não estavam indo bem, pois 81% das ações eram da família, os 19% restantes estavam em poder dos operários, como forma de pagamento de indenizações pela falência e desemprego em massa. “A mesma se manteve funcionando parcialmente até o final da década de 1980” (FERREIRA, 2009, p. 198).

Hoje em dia, a fábrica encontra-se fechada, de todo o Complexo continuam sendo utilizadas somente as casas; outros se encontram em completo abandono, como é o caso do Cassino dos Mestres, o qual encontra-se “comprometimento da estrutura, como vidros quebrados, portas destruídas, roubos de peças e maquinários e cobertura ruindo” (SILVA, 2013, p. 93), tal qual relata Rogério Piva da Silva:

Todo esse complexo que, através da produção fabril ajudou a impulsionar a economia local e está marcado na memória da população como parte integrante de sua identidade, encontra-se abandonado, sem qualquer função, abrigando desocupados e sendo alvo de vândalos (SILVA, 2013, p. 92).

Nos últimos anos, a Rheingantz passou por um leilão, foi vendida, tombada pelo IPHAE e, muito, tem-se ouvido falar na mídia local, sobre o que vai acontecer com esse complexo fabril, como fala Rogério Piva da Silva é “um dos últimos sítios industriais urbano-histórico do Estado do Rio Grande do Sul que ainda mantém grande parte de sua estrutura edificada” (SILVA, 2013, p. 94). No que tange ao tombamento, este aconteceu no ano de 2012 e, como fala no *site* do IPHAE estão

inseridos no tombamento:

Estão inseridas na poligonal tombada as edificações e estruturas que correspondem ao núcleo original da Antiga Fábrica Rheingantz e Vila Operária, como os pavilhões industriais e administrativos, as residências, o cassino dos mestres, a escola e a creche, além de todas as instalações e estruturas do sítio ferroviário de Rio Grande. Estão tombados a volumetria original de todos os edifícios, a modenatura das fachadas e vãos de todas as edificações, as esquadrias externas, a cobertura original e demais detalhes construtivos que caracterizam a concepção original do complexo. Informação disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br>. Acesso em 02/12/2015.

Sendo assim, para trabalharmos com os alunos na sala de aula, escolhemos duas notícias uma do Jornal *Zero Hora* e outra do Jornal *Agora*. A primeira com o título “Complexo da Rheingantz dará lugar a um novo bairro em Rio Grande”, publicado no jornal *Zero Hora*, em 09/12/2012. Esta fala do leilão, ele foi vencido por uma empresa e ela pretende construir um novo bairro em Rio Grande no local das antigas instalações da fábrica, também traz questões sobre a construção do novo bairro, onde fala que a ideia é construir um centro comercial na frente e um condomínio residencial no fundo. Na reportagem, ainda é abordado, sobre as obras, as quais, ainda não começaram, pois é preciso fazer um levantamento, já que parte do prédio é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e, outros setores ainda poderão ser tombados.

A outra notícia trabalhada na sala de aula, tem como título: “Apresentado projeto para o complexo da antiga fábrica Rheingantz” e ela fala sobre o projeto e destaca qual construção pretendem-se realizar no local, essa notícia foi publicada no Jornal *Agora* em 17/10/2013. Nessa reportagem, os responsáveis afirmam que as atuais edificações existentes serão mantidas, e, as dependências da antiga fábrica, nelas está previsto a construção de um *shopping Center*. Como podemos ver no trecho da reportagem, abaixo:

Estão previstas a construção de 1.500 unidades habitacionais distribuídas em vários edifícios, um hotel com grande capacidade de ocupação, centro de convenções e eventos e áreas de lazer. “Pretende-se unir o lazer, a cultura, o comércio, o social e a área residencial no fundo comum conjunto de edificações”, explicaram os empresários. Jornal *Agora*, 17/10/2013, acesso ao site do jornal em 15/09/2014.

Nas imagens, a seguir, podemos ver o projeto, que foi pensado/elaborado

para o Complexo Rheingantz.

Figura 9: Projeto imobiliário a ser construído no antigo Complexo da Fábrica Rheingantz



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1671088>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

Figura 10: Projeto imobiliário a ser construído no antigo Complexo da Fábrica Rheingantz



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1671088>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

A partir da aula ministrada, trabalhando o histórico, assim como os outros

pontos com imagens, tal atividade contou com as fontes jornalísticas citadas acima. O objetivo era mostrar como estava sendo tratado um bem cultural da cidade, mas sempre levando em conta como fala Bittencourt sobre o discurso, este nunca é neutro, pois:

O importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia com um discurso que jamais é neutro ou imparcial. A veiculação das notícias e informações, com ou sem análise por parte dos jornalistas, precisa ser apreendida em sua ausência de imparcialidade, para que se possa realizar uma crítica referente aos limites do texto e aos interesses de poder implícitos nele (BITTENCOURT, 2011, p. 337).

Desse modo, estas atividades visavam fazer com que os alunos pensassem a respeito do tema abordado e, se, realmente, eles acreditavam no cumprimento ou não das expectativas apresentadas. Além dos cuidados referentes ao tombamento, os quais relacionam este bem com outros da cidade. Destacamos sobre a realização dessas atividades, a qual ocorreu somente com a Fábrica Rheingantz, pois queríamos observar, por meio de narrativas escritas, a opinião de cada um dos alunos as suas percepções sobre o que eles consideravam importante parar ser feito da antiga Fábrica Rheingantz e o porquê dessas escolhas.

2.4 Aprendendo com o(s) objeto(s)...

Para trabalharmos com a Educação Patrimonial buscamos apoio no “Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial” da autora Evelina Grunberg, o qual destaca a ênfase no desenvolvimento de um trabalho com vistas a:

[...] desenvolver a percepção e o espírito crítico, através de uma metodologia específica de trabalho, propiciando experiências e contato direto com as manifestações culturais, sejam bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalhos, etc. ou bens imateriais como música, danças, festas religiosas, ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares etc. (GRUNBERG, 2007, p. 04).

Esse Manual contém a indicação de inúmeras atividades, as quais podem ser desenvolvidas com crianças, como é o caso desse trabalho, mas também, contempla atividades para jovens e adultos, todas elas podem ser realizadas, tanto no ensino formal, quanto no informal.

Nesta direção, uma das atividades que consta no Manual e foi realizada na sala de aula está descrita no título “Os bens culturais e suas histórias”. Esta atividade é relevante pois, muitas vezes, os alunos, ao se depararem com a palavra “patrimônio”, logo, lembram de um grande casarão, localizado no centro da cidade. Porém, desconhecem que, por exemplo; um porta joias possuído por uma aluna, no interior de sua residência, pertencente a sua avó e guardado por ela, com carinho, pode ser seu patrimônio do mesmo modo, como uma cantiga de roda. Então, esta atividade visa chamar a atenção dos alunos para qualquer “coisa”, algo pelo qual eles tenham pertencimento, é seu patrimônio, tendo em vista que, o importante é o valor atribuído e, não estamos falando aqui em valores, no sentido de dinheiro, mas sim, o valor sentimental, aquele impossível de medir. Tal qual explicam Funari e Pelegrini:

Hoje, quando falamos em patrimônio, duas idéias diferentes, mas relacionadas, vêm à nossa mente. Em primeiro lugar, pensamos nos bens que transmitimos aos nossos herdeiros – e que podem ser materiais, como uma casa ou uma jóia, com valor monetário determinado pelo mercado. Legamos, também, bens materiais de pouco valor comercial, mas de grande significado emocional, como uma foto, um livro autografado ou uma imagem religiosa do nosso altar doméstico. Tudo isso pode ser mencionado em um testamento e constitui o patrimônio de um indivíduo.

A esse sentido legal do termo, devemos acrescentar outro, não menos importante: o patrimônio espiritual. Quando pensamos no que recebemos de nossos antepassados, lembramo-nos não apenas dos bens materiais, mas também da infinidade de ensinamentos e lições de vida que eles nos deixaram (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 8).

Para este exercício foi solicitado aos alunos para trazerem de casa um ou mais patrimônios individuais, algum objeto guardado por ele em casa, algo bastante significativo a ele; pode ser algo seu ou de sua família. Nessa atividade, Evelina Grunberg sugere que os alunos respondam as seguintes perguntas, presentes no Manual a respeito do seu objeto (GRUNBERG, 2007, p. 09):

Qual a cor, a forma e a textura? Tem cheiro ou gosto? Faz barulho? Está completo ou falta alguma parte? Já foi consertado ou adaptado? Está usado ou é novo? Foi feito à mão ou à máquina? Quem o fez? Quem o usou? O uso foi mudado? Numa peça única ou em partes separadas? São montáveis (parafusos, encaixes, cola)? Com molde ou a mão? É decorado ou ornamentado? Quem o fez? Para que fim? Quem usou? Como foi ou é usado? O uso inicial foi mudado? Gosta

da sua aparência? Que valor tem para as pessoas que o usaram ou usam? Para quem fabricou? Para quem o guardou? Para quem o vendeu? Para você? Para um museu? Para um banco? Se você o encontrasse na rua, o que faria com ele?

Essas perguntas fazem com que o aluno pare e reflita, observe o objeto escolhido para trazer para aula; então, a partir das primeiras etapas da metodologia da educação patrimonial, os alunos descreveram por escrito o mesmo, respondendo às perguntas que lhes foram passadas (citadas anteriormente). Após responderem esses questionamentos, cada educando apresentou para a turma seu bem patrimonial, contou a história do objeto, o porquê da sua escolha, chegando, então, na questão de valor, visando a percepção de que nem tudo é patrimônio, ou tem um valor monetário instituído pelo mercado, como já foi citado por Funari e Pelegrini, nem mesmo precisa estar em destaque no centro histórico da cidade, ou em um lugar onde todos vejam. Em um segundo momento, os estudantes se juntaram em pequenos grupos e, em conjunto, criaram e contaram uma história com os objetos dos integrantes do grupo.

A partir desta atividade, visamos o desenvolvimento e o trabalho com o sentido de Patrimônio Cultural. Como trata Evelina Grunberg no Manual, a partir da realização dessa atividade, “poderemos também desenvolver atividades de pesquisa com os familiares, entrevistas com os mais velhos e identificação de objetos, documentos e histórias orais que eles possam contar” (GRUNBERG, 2007, p. 10).

Com base nessas informações, trabalhamos com a memória de pessoas mais experientes da família desses alunos, fazendo com que eles realizassem pequenas entrevistas, para bem de conhecerem um pouco da história de sua família, fazendo-os perceber o quanto a história da cidade está próxima deles, de modo a se sentirem herdeiros desta. Além disso, as entrevistas foram registradas pelos alunos de forma escrita, tendo em vista o tempo para realização da pesquisa, afinal este será pequeno. Assim, para trabalharmos com a metodologia da História Oral, seria necessário um tempo só para preparar os alunos para gravar, transcrever as entrevistas e, não sendo possível isto, os alunos entregar esta parte do trabalho em formato de texto.

Antes de falarmos sobre o trabalho, o qual seria efetuado pelos alunos, uma leitura e uma roda de conversa serão realizadas sobre o livro “As aventuras do Gato Caixeiro em Londrina”. Tal livro foi pensado para se trabalhar com crianças, nas primeiras séries do Ensino Fundamental e, é resultado de um projeto desenvolvido

na cidade de Londrina, no ano de 2010 (o projeto intitulado “Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua”)¹⁹. A história do livro conta com um personagem principal: o Gatão – o contador da história –, ele narra a história do Gato Caixeiro, um gato chegado à cidade de Londrina no final da década de 1930, quando o local recém estava crescendo. Durante a história, o Gato conta costumes da cidade, fala sobre como eram as ruas, como a mesma foi se desenvolvendo, aborda alguns acontecimentos da cidade, enquanto os dois gatinhos, que escutam a história, estão muito atentos e fazem algumas perguntas. No final da história, o Gatão, contador de histórias, fala que essa história lhe foi contada quando ele ainda era muito pequeno, pelo Gato Caixeiro, sendo ele o seu avô.

Assim, o livro busca valorizar a relação da família a partir do ato de sentar e escutar as histórias dos mais velhos. A partir da leitura e discussão sobre este livro, foi proposto aos alunos que entrevistassem seus avós, pessoas mais velhas, alguém que eles conhecessem para saber como era a cidade antigamente, sobre o que existia aqui, etc.

Para trabalharmos com entrevistas é necessário ter um ponto de partida, um acontecimento, um local, enfim, algo que marque o início da entrevista, de modo que os alunos conseguissem se organizar melhor ao realizarem o trabalho. O ponto de partida para essas entrevistas foi a Fábrica Rheingantz, foi escolhido esse local para trabalharmos com as entrevistas, porque a história desse local está vinculada a várias famílias da cidade, pois a fábrica empregou muitos rio-grandinos durante o final do século XIX e XX; portanto, muitas famílias tiveram algum membro trabalhador desse lugar e, esta memória, ainda, encontra-se muito presente na sociedade. Aproveitando também que, atualmente, o Complexo Rheingantz esteve em alta na mídia, já que a área a qual abrigou as instalações, foi leiloada e vendida no final do ano de 2012, existindo muitas discussões em torno do Complexo, referente a conservar ou não o mesmo. Dessa forma, ficou fácil para alunos terem acesso a informações sobre o local, uma vez que as memórias estão vivas na sociedade e, sendo “mexidas” nesse momento. Todavia, os alunos pesquisaram como era a cidade antigamente, como viviam seus familiares, quais práticas eram comuns naquele tempo. Em razão de muitos jovens não terem o costume de escutar as histórias contadas por seus avós, alguns não dão muito valor às histórias

¹⁹ Site para pesquisa sobre o Projeto: <http://www.educacaopatrimonial.com.br>

daqueles “arquivos vivos”, como apontam Carmem Gil e Dóris Almeida, esta prática de escutar os mais velhos está se perdendo no tempo e deixando de ser usada:

Pense bem: antes, quando uma professora solicitava aos seus alunos uma pesquisa sobre determinado assunto, era comum que muitas crianças procurassem os mais velhos da família, sábios pela vivência, para ajudarem a resolver a tarefa. As crianças tinham confiança nos mais velhos, aliada ao respeito pela sabedoria. Atualmente, o que acontece? De forma crescente, a internet parece ocupar o lugar que os mais velhos mantinham de depósito de informações (GIL; ALMEIDA, 2012, p. 55).

Dessa forma, com base em atividades, como entrevistas, será necessário que os alunos voltem seus olhares para as narrativas dos mais velhos, as histórias a serem contadas; deixando de lado um pouco o meio da *internet*, não que esta seja vista como algo negativo, pois devemos tê-la como aliada na construção do conhecimento. Entretanto, não podemos deixar de lado práticas como a conversa olho no olho, haja vista que passamos a conhecer melhor tudo ao nosso lado, a partir dessa atividade e, também, do que faz parte da nossa história e memória.

A partir da realização dessas entrevistas com seus familiares e com a comunidade, onde os alunos desempenharam um papel de detetives, para saber como era Rio Grande antigamente. O objetivo consistia em mexer com a curiosidade da turma e, principalmente, fazer com que cada um deles se sentisse pertencente, como parte das histórias contadas, deixando, assim, uma “semente” para novas conversas, sendo elas realizadas, pois “as redescobertas de suas identidades individuais e coletivas se processa pela pesquisa e observação, enquanto o aprendizado se fixa mediante as experiências vivenciadas pelos atores sociais envolvidos” (PELEGRINI, 2009, p. 47).

Por meio dessas novas estratégias para auxiliar no ensino de História, trabalhando com os bens culturais como fonte, documentos para o ensino, podemos (re)construir com os alunos a história da cidade, amparadas na metodologia da Educação Patrimonial. Tendo em vista que, a simples preservação não garante a vivência das pessoas com o patrimônio, a vivência ocorre por meio da experiência. Não se faz, e não se apreende História somente na sala de aula; com as saídas de campo tornamos o ensino mais dinâmico e, foi possível ter a vivência com os bens culturais, uma vez que esta acontece a partir da experiência prática.

No próximo capítulo abordaremos as atividades realizadas e analisaremos os

trabalhos elaborados pelos alunos, tendo em vista que ao final de cada atividade foram confeccionados pequenos trabalhos e práticas compostas por desenhos, narrativas, entre outros. Também avaliaremos a produção realizada com os responsáveis pelos alunos, de modo a identificarmos a repercussão dessas atividades de Educação Patrimonial fora do ambiente escolar.

CAPÍTULO III – O PATRIMÔNIO EM DESTAQUE: NARRATIVAS E PRODUÇÕES ACERCA DOS BENS CULTURAIS RIO-GRANDINOS

Neste capítulo abordaremos as atividades realizadas com os alunos e as percepções dos mesmos, a partir dos desenhos, das narrativas construídas pelos discentes ao longo do desenvolvimento do Projeto de Educação Patrimonial, no momento em que o espaço da sala de aula foi transposto para determinados locais da cidade do Rio Grande/RS, tal como sugere Jaqueline Zarbato,

A metodologia da Educação Patrimonial pode contribuir para a compreensão do passado, instigando nos/as alunos/as os sentimentos de pertencimento ao seu lugar, com a inserção e utilização de procedimentos que podem constituir relações identitárias entre o educando e a história local através da construção de saberes sobre o patrimônio cultural (ZARBATO, 2015, p. 85).

Nas aulas desenvolvidas, procuramos sempre buscar os saberes prévios dos estudantes, tal prática difere, muitas vezes, da rotina habitual, tendo em vista que o aluno aprende a “história oficial” e, essa se torna tão distante dele, não fazendo nenhum sentido para si. Em contrapartida, muitas histórias contadas em casa por seus familiares têm ligação, inúmeras vezes, com o(s) conteúdo(s) trabalhado(s) na sala de aula, porém, não são escutadas; em outras palavras, perdem seu valor perante à “história curricular”.

Ainda, neste capítulo, também será analisada a atividade realizada com os responsáveis pelos estudantes, cuja foi efetivada por eles mesmos, a partir da análise do trabalho com as produções/reproduções feitas com base nos depoimentos dos alunos ao chegarem em casa após as aulas. Essa perspectiva deriva do fato de ser, a partir desses discursos – feitos fora do ambiente escolar –, que teremos a real dimensão do estabelecido com base no trabalho realizado na sala de aula.

3.1 UM POUCO DO INÍCIO

Para a realização deste Projeto, optamos pelo seu desenvolvimento em uma escola particular devido à possibilidade de acesso, já que a ideia, em um primeiro

momento, consistia em realizar as atividades em uma escola pública, entretanto, como o Projeto apresentava-se um pouco extenso, não obtivemos uma boa receptividade nestes locais.

Nesta direção, é importante frisar que a turma com a qual foi desenvolvido o Projeto foi cedida, já que a mestrandia ainda não atua em Escolas; portanto, em um primeiro momento, foi necessário um contato com a diretora e com o setor de orientação pedagógica da Escola para que os objetivos do trabalho fossem explicados. Tão logo organizadas essas ações, foi marcada uma reunião com a professora titular da turma e, nesta ocasião, a mesma explicou sobre o trabalho em andamento, os pontos já programados com a turma, entre outras informações. Além disso, nesta reunião, a professora titular passou a informação de haver já uma saída de campo marcada para visitar quatro praças da cidade.

Com base nessas informações, o ponto de início do nosso trabalho compreendeu a visita às quatro praças, já escolhidas pela professora titular; são elas: Barão de São José do Norte, Tamandaré, Xavier Ferreira e Sete de Setembro. Na primeira aula, momento em que houve o nosso primeiro contato de fato com os discentes, explicamos como iam ser realizadas as aulas e, nesta ocasião, já foi necessário usar a palavra “patrimônio”, porque a Escola, há uns dois anos atrás, havia realizado um projeto sobre patrimônio e, ao chegarmos na sala de aula, de pronto, um aluno falou saber que iríamos trabalhar com patrimônio. Então, ao realizar a pergunta sobre o entendimento deles sobre o “patrimônio”, a resposta obtida foi “patrimônio é aqueles prédios muito antigos que não podem ser destruídos” (P. M²⁰, 2014). Após essa conversa, momento em que foi possível ter uma primeira noção sobre o entendimento da turma acerca do que consideravam como “patrimônio” – tendo em vista que em outro momento já haviam trabalhado com o tema –, começamos a conversar sobre a saída de campo, a qual seria realizada naquela mesma semana. Assim, a partir dos apontamentos da historiadora Sandra de Cássia Pelegrini, de que “esses possíveis infortúnios podem ser driblados se procurarmos sondar previamente as curiosidades que os alunos têm em relação à temática do patrimônio e se alterarmos as aulas expositivas, as leituras dirigidas e a ludicidade” (PELEGRINI, 2009, p. 46), começamos a sondar as curiosidades dos alunos, de modo a tentar ampliar a ideia de patrimônio referenciada pelo aluno P. M.

²⁰ Optamos pelo anonimato dos alunos e, desta forma, vamos utilizar somente as iniciais dos seus nomes.

anteriormente.

Para essa primeira aula – realizada no dia 03/06/2014 – trabalhamos como tema central a história das quatro Praças – já citadas. A justificativa para este trabalho consiste em trabalhar a história da cidade do Rio Grande por meio destes espaços culturais e, para tanto, optamos por abordar a formação destas, a riqueza material e natural dos espaços e, ainda, alguns pontos atuais, como é o caso do abandono destes espaços por parte do poder público e, até mesmo, por parte da população local. Desse modo, para a primeira aula, traçamos alguns objetivos: trabalhar a utilização das praças antigamente e atualmente; observar as mudanças e permanências, assim como o atual estado de conservação delas, em consonância com os apontamentos apresentados por Cleber Sberni Jr, Flávio H. S. Saraiva e Vânia de Fátima Martino:

[...] a Educação Patrimonial traz consigo reflexões, que perpassam a prática e a teoria, mostrando aos alunos um encontro com mundo material, ou seja, a expressão da cultura material interiorizada em diferentes documentos históricos, ou seja: edifícios, praças, ruas entre outros (SBERNI JR. SARAIVA, MARTINO, 2006, p. 480).

Para essa primeira aula foram separadas algumas fotos dos livros “Rio Grande: Patrimônio e Cartões-Postais na Belle Époque” e “Rio Grande: Cartões-Postais contam a história”, os dois livros são de autoria do professor Luiz Henrique Torres e trazem uma coletânea de imagens de diferentes locais da cidade; sendo assim, foram separadas as imagens das Praças, juntamente com alguns *banners* de pesquisas sobre esses locais. Na sequência do trabalho, solicitamos aos alunos para observarem as imagens e falar se conheciam o local, se frequentavam aqueles espaços, se sabiam algo sobre a história daqueles locais, etc. Abaixo, podemos observar algumas imagens trabalhadas com os alunos nesse momento.

Figura 11: Cartão-Postal da Praça Xavier Ferreira (década de 1935)



Fonte: Imagem do livro Rio Grande: cartões-postais contam a história, p. 27.

Figura 12: Cartão-Postal da Praça Tamandaré, 1908



Fonte: Imagem do livro Rio Grande: cartões-postais contam a história, p. 29.

Após a observação das imagens e, principalmente, escutar as histórias dos alunos sobre esses locais, trabalhamos com pequenos textos (Anexos 01,02,03,04), os quais traziam um pouco do histórico destes lugares.

No dia 6 de junho foi realizada a saída de campo, nós tínhamos das 14h até as 17h para visitarmos as quatro praças programadas, sendo elas: Barão de São

José do Norte, Almirante Tamandaré, Xavier Ferreira e Sete de Setembro. O objetivo era que eles realizassem caminhadas e observassem o que se encontra nestes locais; algumas questões já havíamos conversado em sala de aula, como é o caso da Coluna comemorativa à libertação dos escravos, que ao mostrar uma imagem na aula, os alunos não sabiam onde se localizava, nunca tinham visto e, neste dia, tivemos a oportunidade de observarmos com calma os detalhes deste monumento.

Para o aluno, pode ser a oportunidade de um entendimento distinto do mundo que o cerca, além da possibilidade de criação de laços íntimos com o espaço, na tentativa de se evitar a depredação de bens e locais públicos, bem como pensar a importância destes para a paisagem urbana e o espaço comum de convivência (SBERNI JR; SARAIVA; MARTINO, 2006, p. 481).

A primeira Praça visitada foi a Barão de São José do Norte. Os alunos estavam muito curiosos para conhecer a tão falada “Praça dos Enforcados”; esse local fica no meio do caminho para o centro comercial da cidade e, por isso, acaba tornando-se um local onde somente se passa e pouco se observa; enfim, aproveita-se pouco esse espaço. Inclusive, alguns alunos, durante a saída de campo, comentaram que nunca tinham adentrado no espaço interior desta Praça. Na imagem a seguir podemos observar a Praça como um todo, a localização do chafariz (1), a Rua Aquidabam que atualmente corta o local ao meio (2), e o monumento a Antonio Carlos Lopes (3).

Figura 13: Imagem aérea da Praça Barão de São José do Norte



Fonte: Imagem retirada do Google Maps. Acesso em 11/07/2016.

Após a visitação, nos dirigimos para a Praça Tamandaré, a maior da cidade do Rio Grande. Começamos nossa caminhada pelo chafariz e “a escuta atenta sobre as interpretações que as crianças fazem sobre o entorno conduz nosso olhar para outros cenários que os olhos já viciados não buscariam” (OLIVEIRA, 2014, p. 122), tanto que os alunos chamaram a atenção para as tartarugas existentes na volta do chafariz; seguimos o percurso e o que mais chamou a atenção dos discentes durante a visita foi o Mini Zoo, o qual conta com alguns macacos, coelhos, patos, porcos da índia, aves. Também observamos alguns monumentos, as crianças brincaram no Coreto mas, durante a visita, no que se refere aos monumentos, os alunos se fixaram muito no grande número de pichações existentes, principalmente, no monumento a Bento Gonçalves, conforme indica a foto, a seguir:

Figura 14: Os alunos observando as pichações no monumento Túmulo a Bento Gonçalves da Silva



Fonte: Foto de Camila Rola Alves, 2014.

Em linhas gerais, percebemos que nos momentos das saídas de campo, os alunos tiveram a oportunidade de terem a real dimensão de todo o conteúdo tratado na sala de aula e, então, passaram a problematizar como indica a foto acima. Na ocasião, os alunos ao se depararem com as pichações no monumento, por si só começaram a conversar e a chamar os outros colegas para verem o que se passava com o monumento. Em alguns momentos, podíamos observar a indignação por parte de alguns alunos com o que estavam presenciando; por isso, nos valem das palavras de Sberni Jr. Saraiva e Martino, pois também acreditamos que:

Os caminhos da preservação passam necessariamente pelo conhecimento da população dos edifícios e monumentos que se relacionam à cultura material de determinada localidade. O conhecimento pode possibilitar uma reação afetiva ou degenerativa em relação ao bem, observada na quantidade de pichações e ações de vandalismo em uma infinidade de monumentos erguidos ao passado. Em contrapartida, quando existe uma identificação com esse bem patrimonial há assim uma afinidade que se transforma em respeito e até admiração (SBERNI JR; SARAIVA; MARTINO, 2006, p. 490-491).

Esperamos que através das aulas os alunos conheçam alguns bens culturais,

como é o caso citado acima do monumento e possam observá-los para, então, desenvolverem uma reação afetiva, tendo conhecimento do vandalismo constante em nossa cidade com estes bens para, se for o caso, desenvolverem um sentimento de pertença, para assim colaborem na conservação e na preservação dos patrimônios e referências culturais rio-grandinas.

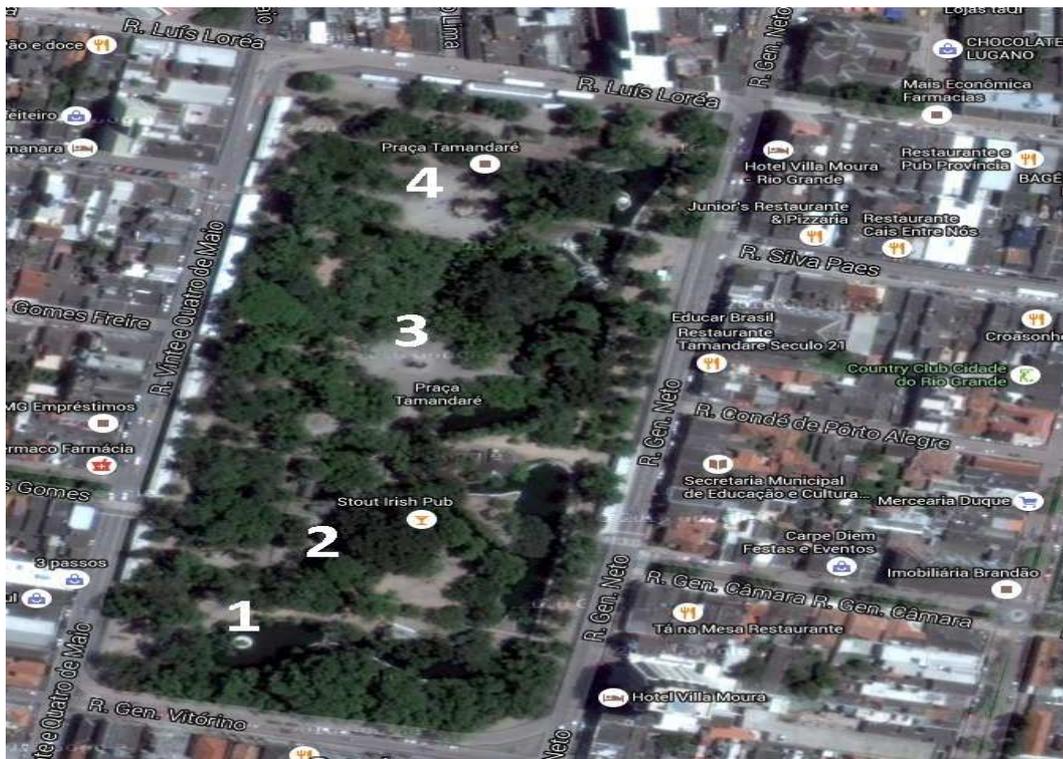
Figura 15: Alunos realizando percurso pela Praça Tamandaré



Fonte: Foto de Camila Rola Alves, 2014.

Na imagem a seguir é possível observarmos a dimensão da Praça Tamandaré, e a localização de alguns pontos que foram citados como: Chafariz (1), Mini Zoo (2), Monumento Túmulo a Bento Gonçalves da Silva (3), e o Coreto (4).

Figura 16: Imagem aérea da Praça Tamandaré



Fonte: Imagem retirada do Google Maps. Acesso em 11/07/2016

Em razão da Praça Xavier Ferreira se localizar bem no meio do centro histórico, optamos por fazer uma caminhada para bem de eles observarem a Praça em si; após este momento, realizamos uma caminhada por fora da Praça, de modo a atentarmos para alguns prédios, localizados nos arredores e que havíamos conversado em aula. No interior da Praça, o que mais chamou a atenção dos alunos foi o Lago dos Cisnes, o Chafariz, e o Monumento à Liberdade que, conforme citado anteriormente, muitos alunos nunca tinham visto; aproveitando esta motivação, abordamos a presença de escravos negros na cidade do Rio Grande e, nesta ocasião, indicamos algumas atividades que eram desenvolvidas pela mão de obra escrava, bem como apontamos e refletimos sobre a forte influência negra na história e na cultura local. Neste sentido, os alunos demonstraram forte surpresa ao saberem, por exemplo, o quanto antigamente, no local, o qual estávamos visitando, as lavadeiras utilizavam as águas dos poços existentes da Praça Tamandaré para lavar as roupas; além do fato de que muitos escravos buscavam água nesse mesmo local, além de as escravas venderem frutas e legumes naquele mesmo espaço. Também foi chamada a atenção dos alunos para as árvores existentes no local, já que existe uma diversidade de espécies muito grande. Na próxima imagem

podemos observar a Praça Xavier Ferreira em uma vista aérea, é a localização de alguns bens observados pelos alunos. Lago dos Cisnes (1), Monumento a Mãe (2), Monumento à Liberdade (3), Chafariz (4), e Monumento a Brigadeiro José da Silva Paes (5).

Figura 17: Imagem aérea da Praça Xavier Ferreira



Fonte: Imagem retirada do Google Maps. Acesso em 11/07/2016

Durante a aula, ao falarmos sobre a colonização da cidade, os alunos indicaram já terem estudado o tema com a professora titular; então, visitamos o monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes e os alunos lembraram que a professora titular havia mencionado ser nessa localidade que ocorria o desembarque dos militares, etc. Naquele momento, falamos sobre as dificuldades enfrentadas pelos primeiros habitantes, os produtos comercializados na época, entre outros aspectos.

Figura 18: Alunos no Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes



Fonte: Foto de Camila Rola Alves, 2014.

Sobre o entorno da Praça Xavier Ferreira, foi explicado que a cidade começou a tomar forma ali onde nos encontrávamos, os prédios mais antigos localizam-se nos arredores e, por isso, chamamos essa parte da cidade de Centro Histórico e citamos, então, o Mercado Público Municipal local, o Antigo Quartel General de Guarnição e Fronteira, o Prédio da Prefeitura (O Paço Municipal) e os alunos observaram estes prédios, visitaram o interior do Mercado Público, falaram sobre a conservação destes, já que a Prefeitura tinha passado recentemente por um restauro; o Mercado Público estava em obras, podemos então conversar sobre como deve ser feita tais reformas, bem como de alguns cuidados a serem tomados, já que esses prédios devem se manter iguais, diferente do que acontecia antigamente, em comparação com o observado nos postais alguns prédios como o da Prefeitura, o qual passou por grandes mudanças na sua arquitetura original, mudanças observadas por eles mesmos, a partir dos cartões-postais vistos na sala de aula, de diferentes épocas e como esse prédio encontra-se hoje. Abaixo, apresentamos alguns dos postais utilizados na aula.

Figura 19: Arquitetura original do “Sobrado do Rasgado” como era conhecido, inicialmente, o Prédio da Prefeitura (1888)



Fonte: Imagem do livro Rio Grande: Patrimônio e Cartões-Postais na Belle Époque, p. 22.

Figura 20: Prédio da Prefeitura, aproximadamente década de 1920



Fonte: Imagem do livro Rio Grande: Patrimônio e Cartões-Postais na Belle Époque, p. 26.

E, por último, visitamos a Praça Sete de Setembro. Nesse local, acredita-se que ocorreram as primeiras experiências de convívio da cidade; então, tivemos a

oportunidade de continuar a falar sobre a colonização local, já que neste espaço localizava-se um poço que ficava próximo ao Forte Jesus-Maria-José²¹.

Nesta Praça, após a fala sobre o Forte que, ao que tudo indica, localizava-se naquela área, os alunos não se sentiram muito entusiasmados em fazer outras observações; por esta razão, eles foram liberados para brincar na área de brinquedos da Praça. Nesta direção, é importante ressaltar que nem sempre as coisas acontecem como imaginamos e, com a experiência da atividade realizada na presente Praça, podemos notar a falta de interesse demonstrada pelos alunos de conhecer o local, talvez não tenham se sentido pertencentes ao local, logo, foi respeitada a vontade dos mesmos. Na imagem a seguir podemos observar a Praça, marcamos como 1 o local onde foram realizadas as escavações arqueológicas que apontaram alguns indícios sobre a localização do Forte Jesus-Maria- José, e o monumento ao Barão do Rio Branco (2).

Figura 21: Imagem aérea da Praça Sete de Setembro



Fonte: Imagem retirada do Google Maps. Acesso em 11/07/2016

²¹ O Forte Jesus- Maria-José foi erguido em 1737 pelos portugueses que aqui chegaram neste mesmo ano, este deu origem à cidade do Rio Grande. Sua função era garantir a defesa e a conquista portuguesa deste espaço.

3.2 O SEGUNDO ATO: DE VOLTA PARA A SALA DE AULA

Após a primeira saída de campo, momento em que os alunos tiveram contato direto com as Praças e alguns prédios históricos, começou a surgir o interesse e a curiosidade de conhecerem outros locais. Como este nosso momento inicial de saída de campo concentrou-se nas Praças e em parte do centro histórico, um aluno comentou da sua forte vontade de conhecer a Biblioteca Rio-Grandense, local no qual ele nunca havia entrado; outro comentou sobre a Catedral, dizendo já ter frequentado algumas missas na Catedral de São Pedro e, dessa forma, foram surgindo alguns lugares “comuns” de interesse da turma – para serem estudados. A partir destes comentários, a próxima aula foi planejada/elaborada com o objetivo dos alunos conhecerem locais que fossem do seu interesse, ou seja, espaços dos quais eles já ouviram falar e tinham o desejo de visitar, pessoalmente.

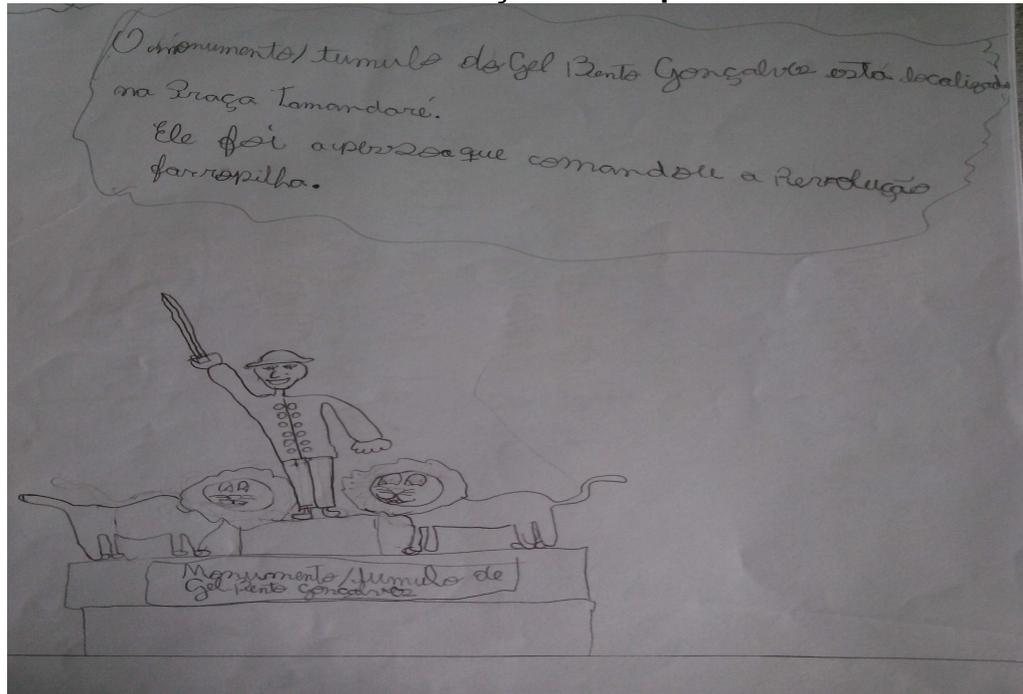
Para iniciar esta aula, foi pensada uma atividade de registro sobre a primeira saída de campo. Neste sentido, foi solicitado aos alunos para desenharem, ou escreverem, algo relacionado à saída de campo e/ou um fato de destaque a eles naquele momento. Dessa forma, dos 15 (quinze) trabalhos entregues, 3 (três) foram sobre o Monumento de Brigadeiro José da Silva Paes, 1 (um) do Monumento Tumulo à Bento Gonçalves, 1 (um) da Coluna da Liberdade, 1 (um) sobre o Monumento à Mãe e 9 (nove) deles foram sobre o Mini Zoo da Praça Tamandaré.

Sobre o trabalho da Coluna da Liberdade, gostaríamos de comentar a narrativa do aluno A., mais precisamente, o momento no qual ele destaca “coluna a liberdade celebra quando proibiram a escravidão a mulher esta olhando para o mar porque de lá viam o escravo”. Realmente, essa estátua está virada para a Laguna dos Patos mas, em nenhum momento, durante a atividade pedagógica, essa associação, foi feita; na verdade, foi comentado durante a aula em relação aos escravos, eles, de fato, chegavam na cidade pelo Porto. Em outras palavras, a partir de narrativas como esta, é possível perceber que, realmente, as aulas tiveram algum sentido para os alunos, haja vista o fato de eles conseguirem, com base no conhecimento trabalhado na saída de campo, apresentar as suas próprias leituras do espaço.

Os trabalhos referentes ao Monumento do Brigadeiro José da Silva Paes, aparecem com narrativas abordando a data de fundação da cidade do Rio Grande (1737), localização do mesmo, etc. Com relação a essas informações, acreditamos que a aula com os dados, previamente passados pela professora titular da turma,

tenha feito mais sentido depois deles conhecerem o monumento. Isto é, a saída de campo acabou servindo para eles fixarem o todo trabalhado anteriormente, uma vez que, no momento da visita, eles indicaram inúmeras informações sobre este ponto da história rio-grandina. O trabalho sobre o Monumento de Bento Gonçalves também foi composto nessa mesma perspectiva, como poderemos observar abaixo:

Figura 22: Trabalho do aluno J. R. “O monumento tumulo do Gel Bento Gonçalves está localizado na Praça Tamandaré. Ele foi a pessoa que comandou a Revolução Farroupilha”



Fonte: Produção discente, 2014.

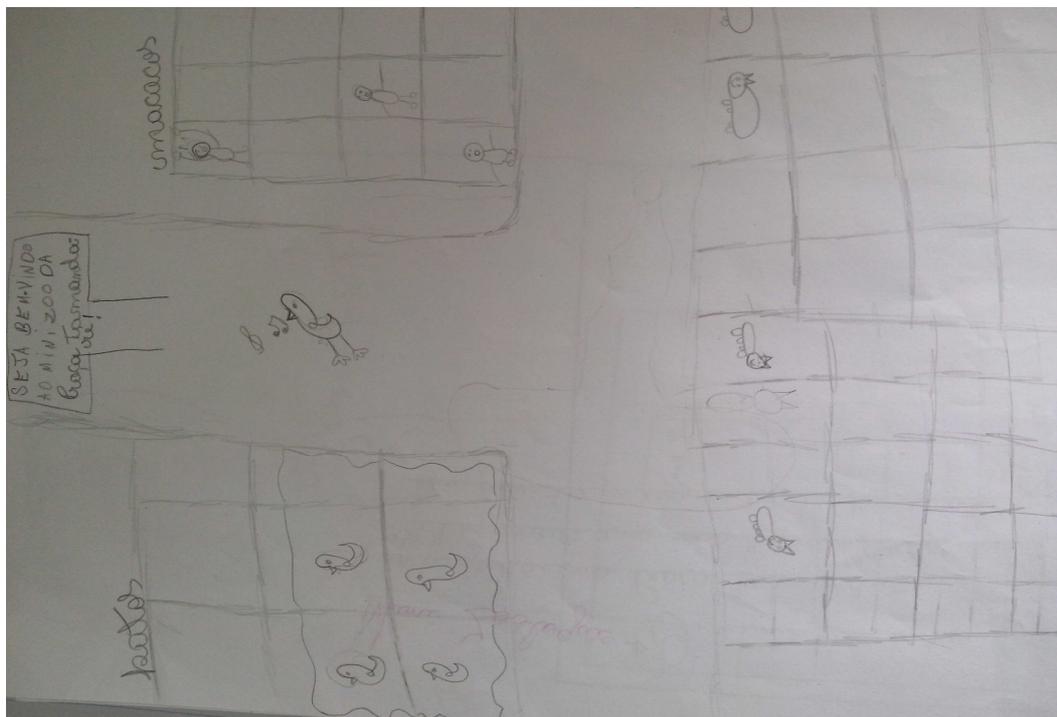
Nesta atividade o assunto mais comentado – e isso já podia ser observado ao longo da visitação – era o interesse dos alunos pelo Mini Zoológico, localizado na Praça Tamandaré. Além disso, também aparecem nos trabalhos comentários sobre o chafariz.

Figura 23: Trabalho referente à Praça Tamandaré



Fonte: Produção discente, 2014.

Figura 24: Trabalho referente ao Mini Zoológico

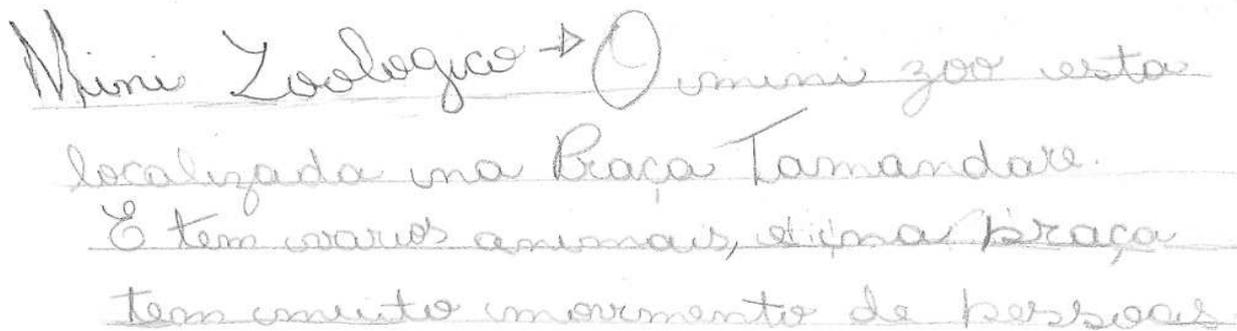


Fonte: Produção discente, 2014.

Observamos que a primeira saída de campo teve aspectos muito positivos, em razão dos alunos elencarem, nos trabalhos de registro, diferentes pontos da saída, bem como estabeleceram conexões entre os locais estudados e o ensino de

História. Além disso, os discentes trouxeram conhecimentos das aulas anteriores para esses momentos. Outro aspecto a ser evidenciado é o destaque direcionado ao mini zoológico da Praça Tamandaré, o qual ganhou destaque com novos olhares e significados, aparecendo, na maior parte dos trabalhos realizados, neste dia. Não podemos esquecer da meta ao se trabalhar com estes bens, ela consiste em levar o aluno “a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadã, em suas atividades profissionais, e de lazer, de criação e de interrelação com os outros e com o mundo” (LONDRES, 2012, p. 16).

Figura 25: Trabalho sobre o Mini Zoológico



Mini Zoológico -> O mini zoo está localizada na Praça Tamandaré. E tem vários animais, e na praça tem muito movimento de pessoas.

Fonte: Produção discente, 2014.

Nessa pequena narrativa retirada de um dos trabalhos podemos ver o destaque para o Mini Zoológico; contudo, o aluno já coloca uma informação diferente dos demais colegas, no momento em que ele menciona sobre a praça, dizendo: “na praça tem muito movimento de pessoas”. Essa foi uma observação bastante particular, pois sabemos que na Praça Tamandaré, o movimento de pessoas é intenso, talvez ele tenha feito uma comparação com as outras praças, onde o movimento é bem menor. No trabalho da figura 19 é citado o chafariz da Praça Tamandaré e, ao vermos os desenhos e as narrativas, podemos notar os diferentes olhares dos alunos. Mesmo todos tendo visitado o mesmo local, contudo, na hora de expressarem seus olhares, cada um buscou o que lhe tocou mais; muito embora, tenha existido uma predominância maior sobre o Mini Zoo.

Em linhas gerais, percebemos que as produções discentes se relacionam ao

apontado por Cláudia Adriana R. Teixeira, onde ela destaca o seguinte “é a partir do processo educacional que se articulam as possibilidades de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos indivíduos para a importância da preservação desses bens culturais” (TEIXEIRA, 2008, p. 201), ou seja, esses alunos vão passar a ver com “outros olhos” o conteúdo estudado. E, a partir de então, vão construir suas ideias sobre o local, sobre o porquê do mesmo ser preservado – ou não –, e assim vão construindo seus próprios argumentos sobre a questão da preservação dos espaços e manifestações culturais na cidade.

3.2.1 A terceira aula

Para o desenvolvimento da segunda aula levamos algumas imagens da Catedral de São Pedro, da Biblioteca Rio-Grandense e do prédio da Alfândega. Este não foi citado pelos alunos, porém como o objetivo central do Projeto consistia em trabalhar com a história da cidade, aproveitando o seu patrimônio cultural, sendo esse prédio localizado próximo aos locais anteriores, optamos por incluí-lo na atividade.

Metodologicamente falando, a aula aconteceu da mesma forma da primeira, ou seja, a partir da exploração de imagens, conversamos sobre o que estávamos vendo, problematizando algumas mudanças e permanências; assim como exploramos os conhecimentos prévios dos alunos e, como atividade final, apresentamos o histórico desses locais, em consonância com os apontamentos de Juciene Apolinário, pois:

Trabalhar com a Educação Patrimonial e o ensino de História não deve ser um ato de repasse de conhecimentos mecanicistas e metodologicamente cartesiano. Ao contrário, “é preciso levar o educando no processo de conhecimento, a identificar o significado atribuído às coisas por uma determinada cultura e sua historicidade” para que se sinta herdeiro da memória e da história da sociedade a que pertence (APOLINÁRIO, 2012, p. 63).

Buscando este processo de conhecimento junto com os alunos, as aulas sempre tiveram como ponto de partida o próprio interesse/fala deles mesmo. Isto é, os conhecimentos prévios deles acerca do que iria ser trabalhado. Em outras palavras, buscamos sempre a construção coletiva do conhecimento, tendo em vista que “suscitando um grau de pertencimento, fazendo com que o indivíduo adquira o hábito de valorizar e preservar neste caso, praticando a cidadania” (TEIXEIRA,

2008, p. 199).

3.2.2 A quarta aula

Para a próxima saída de campo foi marcado uma visitação interna à Biblioteca Rio-Grandense. Nesta ocasião, os alunos conheceram seu interior, a sala de leitura, o local para a pesquisa em jornais. Além disso, os discentes tiveram a oportunidade de observar algumas pessoas realizando pesquisas em jornais antigos – aproveitamos esse fato para chamarmos a atenção dos estudantes acerca da necessidade de uso de luvas para o manuseio de jornais, assim como da importância de proteção destes materiais do contato direto com as nossas mãos. Seguindo a visitação, guiada pela bibliotecária Heloísa, fomos, então, para a parte onde poucas pessoas têm acesso na Biblioteca: o espaço onde fica o acervo da instituição.

Neste momento da visitação, os alunos conheceram todo o trajeto feito por um documento, desde o momento da sua chegada no local – a contar da triagem –, pois foi explicado sobre a impossibilidade de eles permanecerem juntamente com todos os livros doados, posto que, para isto, não existe espaço suficiente, sendo assim, é necessário fazer uma seleção, antes desse material constituir parte do acervo. Assim, os alunos conheceram o espaço onde são armazenados os jornais, visualizaram o jornal mais antigo da Biblioteca (datado da década de 1830), sendo possível a eles observarem como estes eram encadernados antigamente e, atualmente, devido à falta de recursos da Biblioteca, como eles vêm sendo armazenados, em pacotes feitos com papel a metro. Em síntese, os alunos tiveram contato direto com alguns livros, onde puderam observar a ação de brocas e traças, as quais acabam estragando o livro, quando o mesmo, não recebe a atenção necessária, assim como a higienização necessária, o local apropriado para seu armazenamento e etc.

Na visita ao Prédio da Alfândega²² os alunos visitaram o saguão de entrada, uma das salas onde acontecem palestras e pequenos eventos e o primeiro pátio do prédio. Na ocasião, foi possível aos alunos observarem os ornamentos do teto, assim como alguns outros detalhes arquitetônicos. Lembrando que a visitação a este

²² “O atual prédio da Alfândega foi o terceiro construído naquele entorno e suas obras foram realizadas entre 1874-79. A ordem de serviço foi dada pelo Visconde do Rio Branco e o estilo do monumental prédio que ocupa todo um quarteirão é o neoclássico” (TORRES, 2013, p. 32). Esta foi a maior obra civil realizada na cidade do Rio Grande, no século XIX.

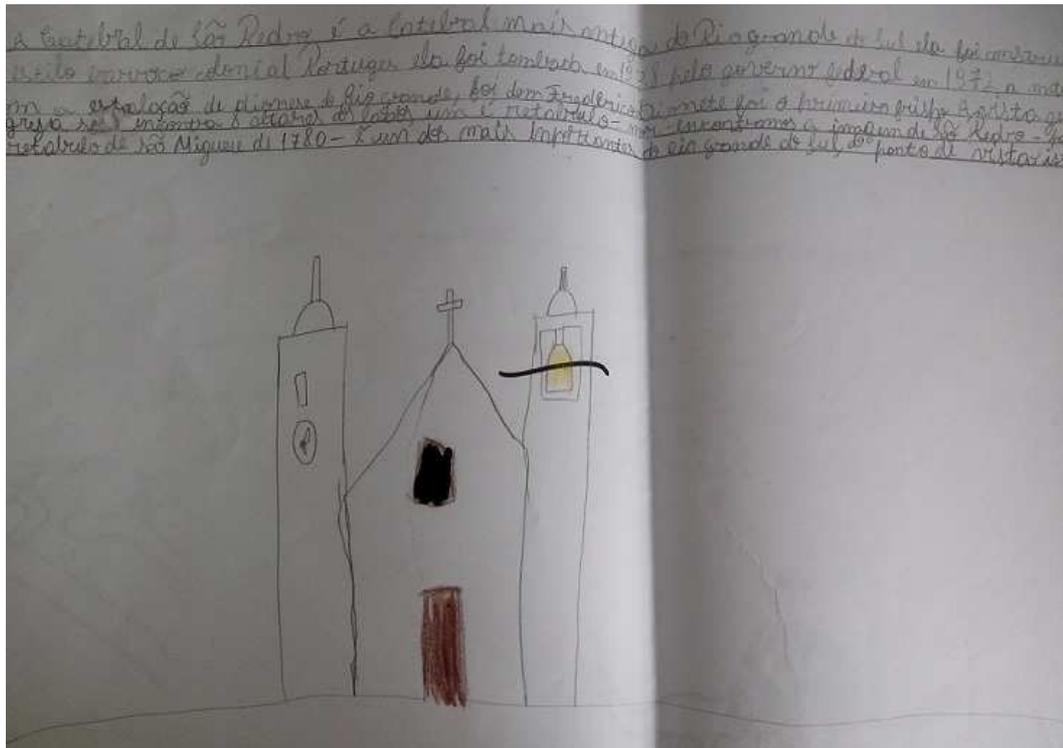
local é restrita, pois no mesmo funciona, atualmente, a Receita Federal. E na outra parte do prédio, onde fica o Museu da Cidade, não foi possível visitar, pois o mesmo estava passando por restauro. Além dessas informações gerais, foram estabelecidas conexões com conteúdos trabalhados em aula, referentes às funções do Prédio antigamente.

Seguindo a nossa aula, nos dirigimos para a Catedral de São Pedro; neste local foi possível trabalharmos a história do Rio Grande, já que estamos falando do prédio mais antigo da cidade, datado do século XVIII, ainda em funcionamento até os dias de hoje, passando por muitas dificuldades; em alguns momentos foi invadida e saqueada, como em 1763²³. Ainda, falamos sobre a história do prédio, das imagens e retábulos. Abordamos as diferentes formas das pessoas assistirem à missa dependendo do seu poder econômico: os mais pobres ficavam atrás e em pé, enquanto as famílias mais abastadas, localizavam-se mais à frente e sentadas – sendo que algumas tinham seus próprios retábulos, onde o padre rezava algumas missas, especialmente, para tais famílias.

Sobre essa saída de campo, os alunos realizaram, em um outro dia, um trabalho em grupo com a supervisão da professora titular; na ocasião, cada discente escolheu um lugar visitado para escrever e/ou desenhar. Entre as produções dos alunos, escolhemos para ilustrar uma relacionada à Biblioteca Rio-Grandense e outra sobre a Catedral.

²³ "Nem uma década passara do erguimento do templo e o Rio Grande sofreria um de seus mais graves revezes, em 1763, com a invasão das tropas espanholas, que submeteram estas terras a 13 anos de domínio hispânico. Durante a invasão, em nome de uma política de terra arrasada e da disputa entre as nações, a Igreja de São Pedro seria invadida, violada, saqueada e dilapidada". (ALVES, 2004, p. 20).

Figura 26: Trabalho sobre a Catedral de São Pedro

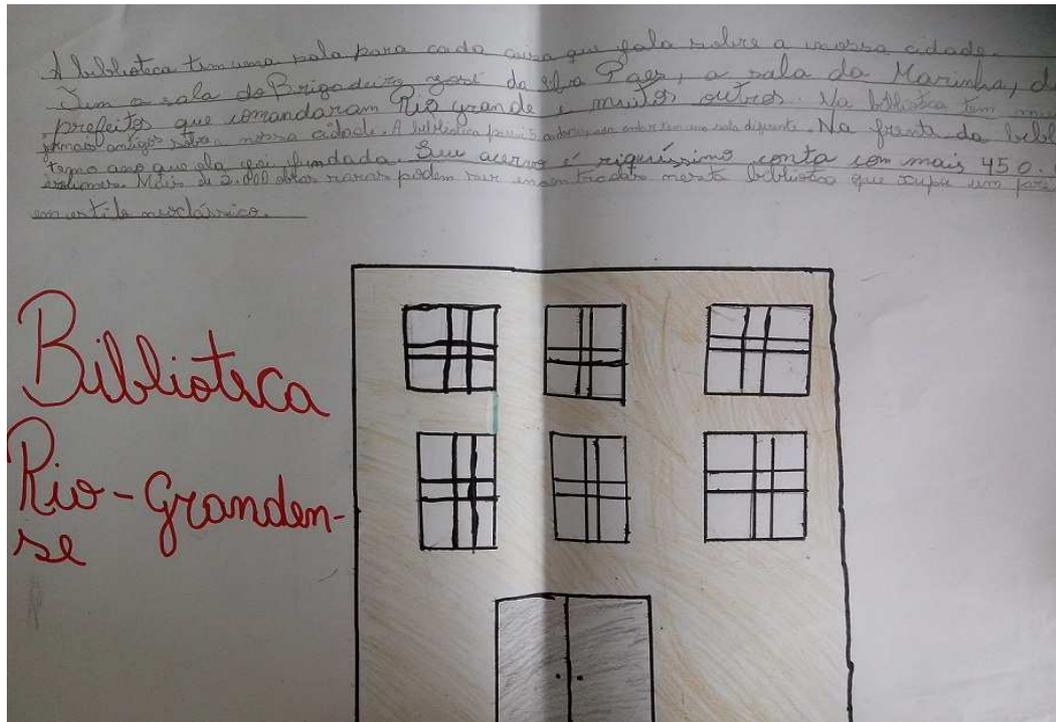


Fonte: Produção discente, 2014.

Este trabalho foi feito por um grupo de alunos e, percebe-se com a descrição²⁴ a aproximação ocorrida e identificação com este local, a partir do trabalho na aula juntamente com a saída de campo, onde podemos ter uma aula dentro da Catedral, os alunos observaram tudo que tínhamos conversado e ao analisarmos o trabalho vimos o quanto foi positivo, já que os estudantes conseguiram expressar no seu desenho muito da arquitetura da Catedral de São Pedro e, ainda, contam boa parte da história dessa Igreja.

²⁴ Transcrição da produção discente: “A Catedral de São Pedro é a mais antiga do Rio Grande do Sul ela foi construída em 1755 seu prédio e estilo barroco colonial Portugues ela foi tombada em 1938 pelo governo federal em 1972 a matriz é elevada e, com a estalação de diocese de Rio Grande, foi dom Frederico Dinete foi o primeiro bispo. A vista geral de dentro da igreja se encontra 8 altares dos lados é retabulo-mor encontramos a imagem de São Pedro padroeiro do Rio Grande do Sul. O retabulo de são Miguel de 1780 – é um dos mais importantes do Rio Grande do Sul, do ponto de vista historico artistico”.

Figura 27: Trabalho sobre a Biblioteca Rio-Grandense



Fonte: produção discente (2014).

No trabalho sobre a Biblioteca Rio-Grandense vemos um misto de informações, algumas passadas pela pessoa encarregada por nos guiar na visita, como quando destacam sobre a biblioteca ocupar um prédio em estilo neoclássico²⁵, mas, na sua maioria, é a visão do grupo, quando falam nos jornais, nos diferentes espaços que o local possui, essas informações partiram da vivência tida durante a visita, são as suas percepções.

Apesar de alguns equívocos dos alunos, podemos perceber o quanto tudo passado para eles, durante as visitas, ficou na memória deles e isto deixa claro sobre “a necessidade de trabalhar o patrimônio cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens culturais” (APOLINÁRIO, 2012, p. 57). Ao analisarmos esses dois trabalhos – da Biblioteca Rio-Grandense e da Catedral de São Pedro – temos a convicção de que, nas próximas vezes, estes alunos passarão

²⁵ Transcrição da produção discente: “A biblioteca tem uma sala para cada coisa que fala sobre a nossa cidade. Tem a sala do Brigadeiro José da Silva Paes, a sala da Marinha, dos prefeitos que comandaram Rio Grande e muitos outros. Na biblioteca tem muitos jornais antigos sobre a nossa cidade. A biblioteca possui 5 andares, cada andar com salas diferentes. Na frente da biblioteca tem o ano que ela foi fundada. Seu acervo é riquíssimo conta com mais de 450.000 volumes. Mais de 2.000 obras raras podem ser encontradas nesta biblioteca que ocupa um prédio em estilo neoclássico”.

por estes lugares e não irão mais olhar para eles da mesma forma de antes, afinal, agora, eles conhecem os locais, as funções de cada um, o que faz parte, por exemplo, do acervo da Biblioteca Rio-Grandense, tendo em vista o contato direto com o acervo da instituição, vivenciado por eles.

3.2.3 A quinta aula: um pouco das observações

O quinto encontro com os alunos consistiu em uma observação acerca das apresentações dos trabalhos que a professora titular havia solicitado para os alunos. Para tanto, ela fez um sorteio com alguns lugares da cidade e os alunos deviam fazer uma pesquisa e apresentar aos colegas. Neste ponto, precisamos apontar a nossa falta de concordância com a forma como o trabalho foi solicitado, pois acreditamos que os alunos deveriam ter tido a opção de escolha dos temas de suas pesquisas, já que estavam conhecendo a cidade e, assim, poderiam trazer outros locais, aqueles com os quais eles tivessem interesse em estudar/conhecer.

No dia marcado para as apresentações, participamos da aula para prestigiar as produções dos alunos e, para a nossa surpresa e satisfação, muitos alunos haviam se inspirado no modelo das aulas por nós apresentado para trabalhar com eles; sendo assim, eles trouxeram muitas imagens para os colegas conhecerem o local, falaram sobre o seu histórico, apresentaram curiosidades, etc.

Os locais pesquisados foram: Prédio da Alfândega, Praça Xavier Ferreira, Praça Tamandaré, Quartel General, Praia do Cassino, Biblioteca Rio-Grandense, Praça Barão de São José do Norte, Catedral de São Pedro, Mercado Público Municipal, Museu Oceanográfico, Museu Antártico, Estação Ecológica do Taim, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Praça Sete de Setembro, Molhes da Barra e Sobrado dos Azulejos.

Na imagem, a seguir, podemos observar alguns trabalhos apresentados pelos alunos e, como a apresentação desses foi livre, alguns discentes levaram cartazes somente com imagens e explicaram para os colegas do que se tratavam; outros, por sua vez, apresentaram cartazes que contavam com imagens e pequenos textos; alguns imprimiram imagens em tamanho maior para circular pela sala.

Figura 28: Os alunos apresentando suas pesquisas



Fonte: Fotos de Camila Rola Alves, 2014.

3.2.4 A sexta aula: uma visita aos museus

Durante as apresentações dos alunos foi falado somente do Museu Oceanográfico²⁶ e, como nós queríamos trabalhar o histórico do Porto do Rio Grande, agendamos uma aula no Museu Oceanográfico, no Acervo Histórico do Porto e no Museu Náutico, tendo em vista que, “mais do que um lugar que agrega objetos, artefatos, imagens, esse espaço pode ser compreendido como um lugar que reconhece a relevância do reconhecimento do patrimônio como elo de entendimento da diversidade cultural brasileira” (ZARBATO, 2015, p. 86). Assim, escolhemos esses três locais para que os alunos tivessem a oportunidade de observar um pouco da cultura e da memória rio-grandina. O primeiro local escolhido teve o intuito dos discentes conhecerem o local escolhido por um dos colegas. A razão de escolha dos

²⁶ Este mantém uma exposição sobre a dinâmica dos oceanos, possui uma coleção de moluscos (atualmente com 51.000 lotes) e esta é considerada a coleção mais importante da América do Sul. O Museu Oceanográfico “Prof. Eliézer de Carvalho Rios” deu origem ao Complexo de Museus e Centros Associados da Universidade Federal do Rio Grande. Fazem parte desse Complexo: o Museu Oceanográfico, o Museu Antártico, o Museu Náutico, o Eco-Museu da Ilha da Pólvora e os Centros Associados Centro de Recuperação de Animais Marinhos (CRAM) e Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMar).

outros dois locais, se deu com a finalidade dos estudantes conhecerem um pouco da história do Porto da cidade, isto é, uma oportunidade para eles de poder observar o Porto Velho, já que o Acervo Histórico e o Museu Náutico localizam-se nas antigas dependências do Porto, o então chamado Porto Velho. Destacamos que, essa saída de campo foi pensada como algo não cansativo, de modo que os alunos não fossem obrigados a anotar tudo, porém o fato preponderante, era dar a eles a chance de conhecer o ambiente, bem como de fazê-los saber do que se trata, conforme aponta Fraga:

Partindo da proposição dos museus como laboratórios de História, a exposição adquire uma intencionalidade educacional que vai além do clássico objetivo de desencadear a absorção de informação pelo público e que resume a visitação, a incursão solitária do visitante pelas salas dos museus, a explanação exaustiva e extensa dos monitores ou, ainda, o desespero desenfreado dos alunos em anotar e memorizar as informações das etiquetas e das explicações dos monitores que serão cobradas mais tarde pelo professor, em forma de relatório (FRAGA, 2013, p. 105-106).

Na aula nos museus conseguimos agregar a temática da educação ambiental, tendo em vista que, no Museu Oceanográfico, falamos sobre o Centro de Recuperação de Animais Marinhos (o CRAM), local onde os animais debilitados e resgatados na costa brasileira – muitas vezes banhados de óleo, como é o caso de inúmeros pinguins, ou por comerem lixo descartado de maneira indevida nos mares pelo ser humano – são tratados e, em seguida, devolvidos ao seu *habitat* natural.

No Acervo Histórico do Porto, o que mais prendeu a atenção de alguns alunos foram as imagens da construção dos molhes da Barra; nesse local, os discentes foram acompanhados por uma monitora, durante a visita ela falou sobre o acervo, contou como foi feita a obra dos molhes da Barra, bem como as pedras chegavam até a cidade do Rio Grande.

Ao voltarmos para a Escola conversamos sobre tudo observado e, realizamos uma atividade onde eles escreveram sobre a importância das saídas de campo, enfatizando o pensamento deles sobre esse modelo de aula que vinha sendo aplicado. A seguir, apresentamos algumas produções discentes relacionadas a esse tema:

Eu acho muito importante ir nos passeios, porque eu e os meus colegas conseguimos aprender muito mais do que agente já tinha aprendido com a professora, e agente visualizar as coisas, tipo no

dia no passeio do dia 15, que nós fomos aos museus Antártico, Oceanográfico, DPREC e o museu Naltico, nós só falávamos sobre eles, mas quando nós fomos neles, nós aprendemos sobre os animais, sobre os Molhes da Barra (J. O., 2014).

Acho importante porque a gente respira e aprende melhor. Hoje aprendi muita coisa (M. A. P., 2014).

Eu acho que é importante os passeios. Porque nós aprendemos sobre muitos lugares, em sala de aula nós não podemos ver o que estamos aprendendo (J. F., 2014)

Eu acho melhor os passeios porque agente ve ao vivo o que a gente ve na aula, é bom porque aprende mais, gostei muito os passeios que já fizemos, achei educativos e divertidos. Eles são bem interessantes, muito bons (M. S., 2014).

A partir da leitura das produções dos alunos, concluímos o quanto foi positivo a execução desse modelo de aula, na própria percepção dos alunos. É visível, na fala de mais de um aluno, a ideia de que aprendem mais porque conseguem ver o assunto estudado na sala de aula; isto é, ao conhecerem o local, tudo visto na sala de aula, passa a fazer sentido para os alunos.

3.2.5 A sétima aula: histórias que instigam

Para este encontro foi pensado uma aula/atividade onde os alunos saíssem da questão material, principalmente do patrimônio considerado de “pedra e cal”, e pudessem expandir mais o seu olhar. Para esta atividade foi escolhido o livro “As Aventuras do Gato Caixeiro em Londrina”²⁷ para ser lido com os discentes em roda. Cada um leu um trecho e, a partir, desta leitura voltada para crianças conseguimos trazer para a realidade do aluno algumas situações ocorridas no livro. Muitos falaram de algumas histórias contadas pelos seus avós, assim como no livro, onde o ator principal é o Gatão, o qual conta para dois gatinhos como era a cidade de Londrina quando o Gato Caixeiro chegou no lá, há muitos anos atrás e, no final, após as histórias, ele conta que o Gato era seu avô, sendo ele a lhe contou todas aquelas histórias.

Após a leitura do livro foi proposto a realização de uma atividade onde os alunos deveriam entrevistar seus avôs, ou pessoas com mais experiência em termos de anos de vida, para saberem mais sobre a forma como era a cidade do Rio

²⁷ TREVISAN, Ana Cláudia Cerini; MAGALHÃES, Leandro Henrique. **As aventuras do gato caixeiro em Londrina**. Ilustrador Gustavo Sandoval Dantas. Londrina: EdUnifil, 2011. O livro está disponível, para *download*, no *site*: <http://www.educacaopatrimonial.com.br>

Grande antigamente, o que existia aqui. Essa atividade tinha como objetivo aproximar os mais novos das pessoas com mais idade, de modo que eles percebessem como os idosos têm muito a ensinar, além de todos fazerem parte da história da cidade em não se encontrando ela tão distante deles – como muitos imaginam e relatam.

Pensando em como elaborar esta atividade surgiu a ideia de eles começarem conversando sobre a Fábrica Rheingantz, já que, em muitos momentos das aulas, esse assunto havia surgido²⁸.

Nessa mesma aula também foi pedido aos alunos para trazerem para o próximo encontro um objeto, algo considerado importante por eles – algo de real significado para eles –, o mesmo poderia ser de uso pessoal ou familiar.

3.2.6 A oitava aula: “Oficina de Objetos”

Em sequência às aulas baseadas na metodologia da Educação Patrimonial, uma atividade que buscamos no “Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial”, de Evelina Grunberg²⁹, consistiu na atividade denominada de “Os bens culturais e suas histórias”.

Para esta atividade, foi solicitado aos alunos para trazerem algo de significado e/ou valor afetivo para eles. Desse modo, no primeiro momento da aula, os discentes responderam uma ficha com as seguintes perguntas, as quais constam no Manual, na página 09:

- 1) Qual a cor, a forma e a textura?
- 2) Tem cheiro, gosto?
- 3) Faz barulho?
- 4) Está completo ou falta alguma parte?
- 5) Já foi consertado ou adaptado?
- 6) Está usado ou é novo?
- 7) Foi feito à mão ou a máquina?
- 8) Numa peça única ou em partes separadas? São montáveis (parafusos, encaixes, cola)?

²⁸ Atividade proposta: realizar uma entrevista com pessoas mais experientes e perguntar sobre a vida na cidade do Rio Grande antigamente, isto é, os alunos deveriam perguntar sobre a cidade e a Fábrica Rheingantz.

²⁹ GRUNBERG, Evelina. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. O livro está disponível para *download* no *site*: <http://portal.iphan.gov.br/>

- 9) Com molde ou a mão?
- 10) É decorado ou ornamentado?
- 11) Quem fez?
- 12) Para que fim?
- 13) Quem usou?
- 14) Como foi ou é usado?
- 15) O uso inicial foi mudado?
- 16) Gosta da sua aparência?
- 17) Que valor tem para as pessoas que o usaram ou usam?
- 18) Para quem o fabricou?
- 19) Para quem o guardou?
- 20) Para quem o vendeu?
- 21) Para você?
- 22) Para um museu?
- 23) Para um banco?
- 24) Se você encontrasse na rua, o que faria com ele?

Tais perguntas fizeram os alunos parar e refletir, a fim observarem o objeto escolhido para a aula. Então, a partir das primeiras etapas da metodologia da Educação Patrimonial, os alunos foram descrevendo – por escrito – os objetos selecionados, respondendo às perguntas que lhes foram passadas (citadas anteriormente). Após responderem estes questionamentos, cada educando apresentou para a turma seu bem patrimonial, contaram as histórias dos objetos, o porquê das suas escolhas, chegando, então, na questão de valor; visando a percepção de que nem tudo é patrimônio, ou tem um valor monetário instituído pelo mercado, como já foi citado por Funari e Pelegrini, nem mesmo precisa estar em destaque no centro histórico da cidade ou em um lugar onde todos vejam. Com base nessas considerações, destacamos a variedade dos objetos levados para a sala de aula, como medalhas, dinheiro antigo, prato, pertencente a avó – a mesma havia ganhado como presente de casamento –, um banco que a aluna ganhou no seu aniversário de 1º ano de vida, um baú, moedas antigas, um medalhão e um troféu de esporte – levado pelo aluno B. A., que era de seu avô e, atualmente, ele guarda.

Já, no segundo momento da aula, os estudantes reuniram-se em pequenos grupos e, em conjunto, criaram e contaram histórias com os objetos dos integrantes.

Histórias com títulos como: “Os patrimônios”, “A procura dos Três Baús”, “A Menina e a Cadela”, “A Guerra”. Enfim, neste momento, os estudantes pensaram sobre os objetos e criaram novas histórias para os mesmos.

Figura 29: A turma com os objetos



Fonte: Foto de Camila Rola Alves, 2014.

Ainda, neste encontro, os alunos entregaram os trabalhos das entrevistas e deixamos um espaço para eles conversarem sobre o que haviam descoberto/aprendido com a realização dessa atividade. No relato da experiência, constatamos que muitos alunos acabavam completando um a história do outro, já que alguns entrevistados falaram “coisas” e fatos muito próximos.

Com base nas informações trazidas pelos alunos, trabalhamos com a memória de pessoas mais experientes da família destes discentes, fazendo com que eles realizassem pequenas entrevistas, para conhecerem um pouco da história de suas famílias, levando-os a perceber o quanto a história da cidade está próxima deles, de modo a se sentirem herdeiros desta. Como destaca Jaqueline Zarbato:

Pensar numa educação voltada para a preservação, divulgação, socialização e produção do conhecimento sobre o patrimônio cultural material e imaterial coloca em discussão as ações que são realizadas nas aulas de história. Em que assumimos o compromisso com a memória de diferentes gerações, que exprimem novas abordagens

curriculares, posicionamentos profissionais, aproximando o passado histórico do presente e fundamentando práticas de valorização no futuro (ZARBATO, 2015, p. 89).

Com base nesta atividade, conseguimos juntar memórias de diferentes gerações e, a partir daquele momento, essas histórias contadas pelos seus entrevistados, passaram a fazer parte da memória dos alunos envolvidos com o Projeto.

As entrevistas foram registradas pelos alunos na forma escrita, tendo em vista o tempo para realização da pesquisa. Assim, para trabalharmos com a metodologia da História Oral, seria necessário um tempo só para preparar os alunos para gravar, transcrever as entrevistas e, não sendo possível isto, os alunos entregaram essa parte do trabalho em formato de texto.

No momento da conversa, quando os alunos deveriam falar sobre os resultados de suas pesquisas, a empolgação, a pressa em contar para os colegas o que tinham escutado em suas entrevistas era visível, tendo em vista o que tinha sido trabalhado era a história de suas famílias. Diante desse quadro, optamos por uma conversa onde cada discente teria a oportunidade de expor as suas experiências. E o resultado dessa aula foi muito positivo, pois, a partir do que eles falaram, foi possível abordar vários aspectos da história da cidade como, por exemplo, o transporte em épocas anteriores: “antigamente o transporte das pessoas que vinham de outra cidade era feito atrás de trem, e dentro da cidade atrás do bonde” (Narrativa do aluno A. S, 2014). O comércio e as fábricas constituíram outro ponto abordado na aula, visto que, muitas narrativas, traziam informações e indicavam aspectos ligados à comercialização de produtos na cidade, como é o caso da informação de que “não existiam supermercados, somente armazéns, um em cada esquina que vendiam de tudo desde legumes até querosene, carvão e panelas” (Narrativa do aluno B. A, 2014).

Com relação à história do período fabril em Rio Grande, temos esta narrativa que conta sobre as várias fábricas existentes, na época, na cidade: “Em Rio Grande antigamente tinha muitas fábricas de peixes, de doces, de tecidos, de bolacha e de café. A fábrica mais conhecida era a Rheingantz” (Narrativa do aluno J. F., 2014). Além desses aspectos, as narrativas também indicavam informações ligadas ao cotidiano e ao lazer em Rio Grande e, nesta direção, foram citadas brincadeiras de crianças, conforme destaca uma das narrativas, a qual informa que “as crianças

podiam brincar na rua, pulavam corda, brincavam de boneca, jogavam amarelinha, hoje os jogos são completamente eletrônicos” (Narrativa do aluno A. S., 2014). Outros costumes também apareceram, como “a guarda noturna para cuidar das residências, e as fotografias eram tiradas na praça Tamandaré e saiam na hora, preto e branco” (Narrativa do aluno B. 9 anos, 2014). Em linhas gerais, esses relatos guardam relação com as ressalvas apontadas pela professora Vânia Chaigar, no momento em que ela destaca “por mais simples que pareçam as descobertas, é bom lembrar que a simplicidade e a dimensão do pequeno são muito difíceis de serem experimentadas face ao predomínio do global ante o local” (CHAIGAR, 2014, p. 07); sendo assim, é importante que o professor dê atenção a cada descoberta que seus alunos vão realizando ao longo do processo.

Alguns desses pontos citados acima, se fossem trazidos por nós/docentes, talvez não tivessem tanto sentido, mas, como foram informações obtidas – em sua maioria – pelo depoimento de avós, pais, enfim, pessoas próximas dos educandos, e relacionadas às suas vivências particulares, estas ocasionaram um estímulo maior no aprendizado dos discentes.

3.2.7 A nona aula: a palestra no Porto Novo

Continuando com a nossa aula sobre o Porto da cidade do Rio Grande, tínhamos uma visitação agendada para o Porto Novo, com o objetivo de assistirmos a uma palestra do *Projeto Escola no Porto*³⁰. Ao chegarmos no local fomos imediatamente recebidos pela monitora Rosangela, a qual nos acompanhou durante toda a visitação; começamos a palestra falando sobre o funcionamento do Complexo Portuário, segurança do local, já que para a liberação da entrada de todos, existe uma série de regras e elas devem ser seguidas pelo grupo, para que nenhum acidente venha a acontecer. Posteriormente, foi passado pela monitora um histórico geral do Porto do Rio Grande, momento, no qual ela abordou diversos aspectos, inclusive, sobre as atividades que aconteciam no Porto – hoje, chamado de Porto Velho – e, já haviam conhecido pelos alunos; tendo em vista que, em um primeiro momento, toda a movimentação portuária se dava por aquele lugar, as estradas ainda nem existiam; logo, o acesso era feito quase, exclusivamente, pelo mar.

³⁰ O projeto foi elaborado para transformar o Porto do Rio Grande em uma ferramenta pedagógica a ser utilizada por educadores e estudantes. Escolas públicas e privadas podem realizar agendamento para visitação. “O objetivo maior é a aproximação da atividade portuária com as crianças e, por consequência, as famílias destas”. Para ver mais, acesse o *site*: http://www.portoriogrande.com.br/site/escolas_agende_sua_visita.php

Na ocasião, também foi abordada a construção do Porto Novo, fato decorrente da intensa movimentação portuária, a qual exigia um local maior, com a possibilidade de entrada de navios com maior calado no Porto; em razão disto, houve a construção dos Molhes da Barra³¹, fato de grande relevância, uma vez que, muitos navios acabavam naufragando ao chegar nesse local, por conta disso, o referido local ficou conhecido como a “Barra Diabólica”.

A expansão do Porto para a nova área deu origem ao Super Porto. Na ocasião, os alunos ficaram sabendo quais tipos de mercadorias são comercializadas na atualidade (como grãos, carros, etc.). Com relação ao Porto Velho (localizado na região central da cidade do Rio Grande), o local recebe somente os barcos pesqueiros de pequeno porte.

Além desses aspectos, também foram trabalhadas questões ambientais, os cuidados tomados pelo Porto para não acontecer nenhum desastre ambiental, sendo que os discentes conheceram algumas espécies de animais marinhos, os quais dividem seu *habitat* com os navios que entram e saem diariamente pela Barra do Rio Grande, fazendo deste, seu local de moradia, como é o caso dos Leões e dos Lobos Marinhos.

E, por último, passamos pelo cais do Porto, dentro do ônibus para os alunos conhecerem o local, observarem a movimentação de cargas. Naquele momento foi possível ver os guindastes em pleno funcionamento, retirando mercadorias de dentro dos navios e colocando-as em caminhões para a posterior distribuição pelo Estado do Rio Grande do Sul, principalmente.

3.2.8 A décima aula: a Fábrica Rheingantz

Ao observarmos o andar das aulas, optamos por separar um encontro para tratarmos, especificamente, da Fábrica Rheingantz, já que ela vinha aparecendo durante as aulas nas falas dos alunos; por exemplo, em vários momentos, os alunos comentaram sobre um ou outro parente ter sido trabalhador do local. Acreditamos que essas lembranças tenham vindo à tona em decorrência do fato da Fábrica, constantemente, estar presente na mídia, pois, a todo o momento, aparece alguma coisa sobre o local – divulgação decorrente, principalmente, do leilão onde o Complexo da Rheingantz foi vendido. Diante de tal quadro, optamos por utilizar uma

³¹ Sobre a construção dos Molhes da Barra, ver: ALVES, Francisco das Neves. **Porto e Barra do Rio Grande: uma secular aspiração que se tornou realidade** (uma introdução ao tema). Porto Alegre: CORAG, 2007.

aula para falar sobre esse local, o qual faz parte da memória e história rio-grandina.

A partir das entrevistas realizadas pelos próprios alunos, observamos que os discentes pesquisaram mais sobre a Fábrica e, a partir disto, focamos a nossa aula nas informações trazidas pelas pesquisas deles próprios, por meio de suas entrevistas, lembrando que “as práticas de Educação Patrimonial se inserem, com a proposta ao aluno, de uma troca entre as diferentes leituras sobre o espaço que os cerca, decodificando na sala de aula este Patrimônio Cultural” (SBERNI JR; SARAIVA; MARTINO, 2006, p. 481). No material separado para ser utilizado na aula tínhamos fotos antigas, reportagens de dois jornais falando sobre o leilão, assim como as projeções do que está previsto – em termos de construções – para o local. A seguir, apresentamos algumas destas imagens.

Figura 30: Fábrica Rheingantz (em torno de 1910)



Fonte: Imagem do livro Rio Grande: cartões-postais contam a história p. 23.

Figura 31: Fábrica Rheingantz (em torno de 1930)



Fonte: Imagem do livro Rio Grande: cartões-postais contam a história, p. 24.

Após a realização de uma roda de conversa, ocasião na qual os alunos tinham muito a expor, tendo em vista, conforme citado anteriormente, o local ter estado presente nas falas de muitos entrevistados, alguns discentes contaram histórias de parentes que trabalharam no local, falaram sobre os tipos de produtos fabricados no local antigamente, como era a fábrica em épocas anteriores, entre outras informações. Em linhas gerais, foi feita a exposição dos materiais separados para trabalharmos nesse encontro: primeiro algumas imagens, depois para fecharmos a parte do histórico do local – de modo a colaborarmos com as informações dos alunos – foi trabalhado um texto e nele eram apresentadas informações gerais sobre a Fábrica, como é o caso do número de horas da jornada de trabalho dos empregados (era de 10 horas), a utilização da mão-de-obra, constituída por dois terços de mulheres e um terço de homens, entre outras informações. Além desses aspectos, também abordamos duas reportagens, com os seguintes títulos: “Leilão da antiga fábrica têxtil atraiu 11 interessados no Sul do Estado”, do jornal *Zero Hora*, que foi publicado em 09 de dezembro de 2012, e a outra reportagem “Apresentado projeto para o complexo da antiga fábrica Rheingantz”, do jornal *Agora*, publicada em 17 de outubro de 2013.

Após essa conversa, momento onde muitos dos discentes mostraram-se preocupados com os acontecimentos seguintes no local – talvez por indignação das

peessoas entrevistadas, as quais não concordam com a destruição do local –, foi solicitado aos alunos para escreverem uma narrativa expondo suas ideias à respeito do que deveria ser feito no local, se eles consideravam possível, o local virar mesmo um condomínio, se podiam derrubar as construções do complexo industrial, etc. Nesse sentido, as respostas foram muito claras e expostas nas narrativas dos estudantes, conforme podemos observar abaixo:

Eu acho que eles apenas podem derrubar a parte mais acabada da Fabrica Rheingantz, a parte que ta quase caindo.

Eu acho que presiza preservar a fabrica, (a parte que não vai ser derrubada), mas também pode ter alguns eventos da cidade lá na fabrica.

Mas eu acho importante não derrubar toda a fabrica, por que é um patrimônio estorico, e é importante pra cidade e o meu avô já trabalhou lá e a minha mãe e a minha avó morarão lá.

A parte que eles vão derrubar, vai ser um condomínio e o nome vai ser Nova Rio Grande, eu não concordo com o nome, poderia ser Nova Rheingantz (narrativa de J. O., 2014).

A minha ideia é que a parte tombada pelo patrimonio pode virar o Museu Rheingantz e usar os materiais usados na época.

Eles podem deixar a faixada construída pegar tudo o que tem importância e o resto que não é valioso eles destroem (narrativa de J. R, 2014).

Eu acho que a Fabrica Rheingantz foi muito importante para o estado do Rio Grande do Sul, e acho que tínhamos que reconstruir a fabrica. Minha vó conhece uma mulher que trabalhou na Fabrica Rheingantz, e mora em uma das casas da fabrica. E invéz de fazer um condomínio fazer um museu da Rheingantz (narrativa de J. F., 2014).

Eu gostei da aula de hoje porque nos aprendemos sobre a fabrica Rheingantz e se eu fosse compra-lá eu faria um hotel histórico onde em cada quarto teria um livro sobre a fabrica rhengantz para aprender sobre ela porque eu acho que a istoria é importante e quem comprou deveria fazer isso.

Eles vão demolir e construir um condomínio só que eu não gostei do nome eu queria que fosse novo condomínio rheigantz” (narrativa de B. A., 2014).

A partir dessas narrativas – elencadas acima –, fica visível a opinião formada dos alunos sobre o assunto discutido, indicando o quanto eles se mostram contrários à ideia da Fábrica ser destruída e, para tanto, cada um tem uma justificativa bem fundamentada sobre as razões para tal fato não acontecer. Em alguns casos, esta justificativa é mais geral, voltada para o valor histórico do local como é o caso, por exemplo, do trecho do trabalho onde o aluno J. R. aponta “a minha ideia é que a parte tombada pelo patrimonio pode virar o Museu Rheingantz e usar os materiais

usados na época” (narrativa de J. R., 2014).

As produções discentes também apresentam justificativas mais pessoais, como podemos observar na narrativa do aluno J. O., na qual ele destaca “o meu avó trabalhou lá e a minha mãe e a minha avó morarão lá” ou, ainda, na fala de J. F. “minha avó conhece uma mulher que trabalhou na Fábrica Rheingantz, e mora em uma das casas da fabrica”. As narrativas dos alunos indicam que eles se apropriaram da história de suas famílias e amigos próximos para justificarem suas escolhas e, muito destas histórias, passaram a fazer parte dos conhecimentos desses jovens, juntamente com o trabalho de entrevistas realizado com pessoas mais experientes. Tais informações fizeram com que eles se apropriassem destas histórias e, a partir deste momento, essas histórias também passaram a fazer parte da vida dos alunos e, a Fábrica ganhou novos *status* na vida dos mesmos, fazendo com que a turma, em sua maioria, optasse pela adoção do posicionamento pela sua preservação.

3.2.9 A décima primeira aula: a despedida...

Nosso último encontro foi direcionado ao Super Porto, para o Complexo industrial da cidade do Rio Grande, assim como para uma visitação ao Molhe Leste da Barra e ao Balneário Cassino. Nesta saída de campo, devido ao curto espaço de tempo, tendo em vista o nosso trabalho estar se encerrando, a aula (as explicações) foi acontecendo dentro do próprio ônibus. Nessa visitação, tivemos uma vista do Super Porto – o qual já tinha sido trabalhado na palestra do *Projeto Escola no Porto* –, e aproveitamos o caminho para mostrar o Complexo Industrial da cidade do Rio Grande. Chegando nos Molhes da Barra – fizemos questão de ir até este local, já que o mesmo havia sido citado pelos alunos em diferentes saídas de campo: quando falamos do Porto do Rio Grande, do Porto Velho e do Porto Novo; na visita ao Acervo Histórico do Porto, onde os alunos observaram fotos da sua construção e a guia do local elencou alguns pontos da sua construção; na palestra que assistimos no Porto Novo, momento em que a temática dos Molhes da Barra também foi abordada. Desta forma, para fecharmos essa parte do trabalho, apresentamos algumas observações pontuais, pois todos conheciam o local.

Nesta visitação, não foi possível fazer o passeio de vagonetas³² devido ao

³² Vagoneta é um veículo descoberto que se movimenta sobre trilhos, é movida à vela e é utilizado para o transporte de pessoas pelos Molhes da Barra.

curto espaço de tempo, pois ainda íamos até o Cassino e precisávamos voltar para a Escola às 17h, no horário em que os pais buscam seus filhos. Sendo assim, por último, nos dirigimos para o Balneário Cassino³³ e, na Avenida principal, contamos um pouco da história do local; entretanto, os alunos estavam bem agitados com a ideia do piquenique, sendo assim encerramos nosso trabalho com essa atividade em uma praça que se localiza na Avenida principal do Balneário. Naquele momento, os alunos ficaram livres para fazer o lanche, brincar e, ainda, apreciarem as referências culturais do referido Balneário.

3.2.10 O trabalho realizado com os pais dos discentes

Posteriormente, em um dos dias de trabalho na Escola, estava por acontecer a reunião para entrega dos boletins dos alunos e, ao terminar a aula, uma mãe entrou na sala e perguntou quem era a Estagiária? Em conversa informal, ela elogiou o trabalho realizado, informando que a sua filha sempre chegava em casa com uma novidade para contar sobre a história da cidade e que, por isso, ela estava aprendendo muito junto com a sua filha. Assim, partindo desse episódio, decidimos realizar uma pesquisa com os pais para sabermos um pouco mais sobre as repercussões do nosso trabalho junto aos responsáveis pelos alunos. Para tanto, enviamos uma carta com as seguintes perguntas:

1. O(a) aluno(a) comenta o que apreendeu nas aulas de História? O que ele(a) comentou que mais chamou a sua atenção?
2. Qual sua opinião sobre as aulas de História de seu filho(a)?

O retorno apresentado pelos alunos foi considerado satisfatório, tendo em vista que de uma turma de 16 alunos, obtivemos repostas de 12 pais e/ou responsáveis e, dentro desse total, 10 pais e/ou responsáveis responderam que os alunos, ao chegarem em casa, comentando sobre tudo visto durante as aulas³⁴, inclusive, elencando aqueles pontos que mais chamaram a atenção deles e a

³³ O início de sua história remonta ao século XIX, no ano de 1885 surge a ideia de construir uma estrada de ferro que ligasse Rio Grande até o Balneário, que era chamado oficialmente de Balneário Vila Siqueira. Este local surge com motivações terapêuticas, era frequentado pela elite rio-grandina e de outras localidades, foi muito procurado pela fama que conquistou pelos ares europeus que possuía. “O termo Casino era muito difundido na Itália significando casa de diversões, com salão de jogos e espaço para festas e representações teatrais. Cada vez será mais utilizado a partir da década de 1910, Casino para referir-se a praia e balneário superando anteriores denominações” (TORRES, Luiz Henrique. Balneário Cassino: o nascimento do banho de mar planejado no Brasil. Rio Grande: FURG, 2009).

³⁴ Com relação às demais repostas, um pai e/ou responsável indicou que seu filho não comentava nada sobre as aulas e o outro deixou esta pergunta em branco.

metodologia de trabalho desenvolvida, como é o caso da resposta, a seguir:

O que mais me chamou a atenção foi ver a importância que ele deu ao conhecer pessoalmente o que foi estudado na sala aula durante os passeios. Achei a dinâmica muito interessante, principalmente pela importância dada ao que foi vivenciado pelas pessoas mais velhas na nossa cidade (Mãe do aluno J. F., 2014).

Outras respostas dos pais e/ou responsáveis colocavam em destaque a aprendizagem obtida a partir dos relatos e informações repassadas pelos discentes, como é o destaque ao histórico de alguns locais, tal qual se observa, abaixo:

Durante este ano escolar percebemos que as aulas de história foram estimulantes, pois além de debates a respeito do conteúdo, os alunos tiveram a oportunidade de visitarem os pontos históricos da cidade e se aprofundarem no conhecimento. Muitas vezes nos familiares aprendemos com as crianças detalhes que não sabíamos a respeito da Catedral de São Pedro ou sobre a Fabrica Rheingantz e outros pontos” (Mãe do aluno G. C., 2014).

Sobre a segunda pergunta enviada – Qual sua opinião sobre as aulas de História de seu filho(a)? – para os pais e/ou responsáveis, as respostas foram bastante positivas e houve, inclusive, a indicação das atividades mais apreciadas pelos alunos, como é o caso do seguinte relato: “nós adoramos, a [...] em cada passeio chegava muito empolgada, contando fatos que muitas vezes eram desconhecidos, o resgate do passado, da história foi fascinante. São iniciativas como essas que gostamos nas pessoas, de não apenas ensinar, mas de passar a vontade do saber para os alunos” (Mãe da aluna M. S., 2014).

As respostas dos pais e/ou responsáveis, ainda, indicaram a satisfação deles com a metodologia de trabalho utilizada, pois, segundo eles, as aulas “foram bem ministradas, trazendo muitos conhecimentos sobre a cidade, visto que temos pouca bibliografia sobre a mesma e, levando em conta a riqueza histórica da nossa cidade” (Mãe da aluna M. A. P., 2014). Outra resposta exalta o aprofundamento dos aspectos sociais da cidade do Rio Grande, destacando que atividades como este Projeto “são fundamentais para o desenvolvimento da criança. Gostaria que as aulas fossem mais dinâmicas e voltadas para a prática associada aos ensinamentos de sala de aula. Porém, neste ano especificamente os alunos puderam vivenciar um pouco mais da realidade social da nossa sociedade” (Mãe da aluna I. A, 2014).

Com base nessas respostas, evidenciamos a nossa satisfação ao realizarmos

este Projeto, haja vista o cumprimento dos nossos objetivos principais. Além disso, precisamos evidenciar que durante a realização das atividades, procuramos seguir a metodologia da Educação Patrimonial, embora em alguns momentos, as atividades precisaram acontecer de maneira mais rápida, mesmo sabendo que a Educação Patrimonial acontece em um processo mais gradual. Sendo assim, consideramos válido lembrar que esta turma foi cedida para ser realizado o trabalho; dessa forma, foi necessário encaixar as atividades nos dias e horários liberados pela professora titular as nossas atividades e, neste sentido, destacamos, que todas as atividades, aconteceram dentro do horário das aulas, ou seja, no espaço das 14h às 17h; por isso, a última etapa do trabalho, a da valorização dos bens culturais por parte dos discentes, ficou um pouco prejudicada.

Não obstante, acreditamos que os alunos vão se tornar multiplicadores quanto às atividades desenvolvidas, inclusive, tal fato já pode ser comprovado a partir das respostas dos pais e/ou responsáveis, julgando pelos mesmos contaram que seus filhos, quando chegavam em casa, contavam para os familiares o todas as coisas apreendidas e, os mesmos acabaram tendo o conhecimento sobre lugares e “coisas”, antes desconhecidas. Além disso, a troca de informações com pessoas mais experientes sobre costumes, cultura, como era a vida na cidade do Rio Grande em tempos passados, entre outros aspectos, veio a fortalecer o nosso trabalho, assim como os laços dos alunos com estas pessoas, de forma a oportunizar não somente um espaço de aprendizagem, mas também, o fortalecimento de laços identitários com a cidade do Rio Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme relatado na introdução desta Dissertação, a partir de observações casuais pela cidade, podemos notar que muitos bens culturais da cidade do Rio Grande vêm, literalmente, tombando e nada de efetivo contra esse descaso com os bens culturais tem sido feito. Além disso, são muitas as práticas de vandalismos e, nesta direção, podemos citar os exemplos de esculturas em bronze, as quais têm seus pedaços arrancados; monumentos, prédios e chafarizes são pichados, como foi observado pelos alunos no caso da Praça Tamandaré, junto ao Monumento Túmulo a Bento Gonçalves (o mesmo se encontrava com inúmeras pichações). Além desses exemplos, também poderíamos citar outros casos de locais aguardando restauro – alguns já em ruínas ou muito próximos dessa situação –, e nada tem sido feito, parece-nos, a partir do descaso, que existe um desejo que esses bens tombem, no sentido literal da palavra ou, ainda, bens de natureza intangível, os quais estão se perdendo por falta de incentivo, ou, até mesmo, pela inexistência de conhecimento sobre formas de seu registro e conservação.

Dentro desta situação, com pesquisas sobre a cidade, as quais foram se desenvolvendo ao longo da graduação da pesquisadora, juntamente com o trabalho realizado dentro do Programa de Educação Patrimonial da Universidade Federal do Rio Grande, tivemos a motivação para pensarmos um trabalho que, de alguma forma, conseguisse unir o Ensino de História – foco deste Mestrado Profissional – com a história (parte desta) da cidade, por intermédio da metodologia da Educação Patrimonial; dessa forma, surgiu o projeto para este Trabalho de Conclusão do Mestrado.

Durante o ano de 2014, buscamos desenvolver um Projeto de ensino/aprendizagem voltado para a história da cidade do Rio Grande, de uma maneira que os alunos realmente obtivessem conhecimento acerca da história local e se sentissem pertencentes à mesma, ou seja, para não ser apenas as aulas de História entendidas como um conteúdo distante, sem nenhuma ligação com o cotidiano discente.

Com base nesta perspectiva, nos debruçamos sobre a metodologia da Educação Patrimonial, que tem como ponto principal a interação com os bens culturais. Desse modo, buscamos uma aproximação dos discentes com algumas

referências patrimoniais locais de modo a incentivar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Deste modo, o presente trabalho se mostrou relevante, já que Rio Grande é a cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul, com uma cultura muito rica, e quando os professores abordam a história local, como é o caso do 4º ano, momento no qual se trabalha com a história local, observamos o quanto os professores pouco utilizam da cidade, dos saberes dos seus moradores; enfim, dos aspectos culturais locais. Além disso, o interesse e o conhecimento dos alunos não são levados em consideração, isto é, aquilo que os alunos gostariam de saber, suas curiosidades sobre a cidade onde vivem, pouco são explorados.

Com relação aos discentes, constatamos que a maioria deles nasceu em Rio Grande, mas, por outro lado, desconheciam seu histórico. Alguns alunos demonstraram interesse em conhecer determinados locais, como foi o caso da Biblioteca Rio-Grandense, porém, sequer sabiam que a mesma poderia ser visitada, ou ainda, que ela é aberta ao público, que poderiam se associar na mesma e que pesquisas podem ser realizadas naquele local. Outros fizeram grandes descobertas com as entrevistas sobre como era a cidade antigamente, falaram sobre transporte, comércio, fábricas; alguns tinham familiares trabalhadores destes locais. Desta forma, eles foram se apropriando destas histórias, sentindo-se pertencentes, percebendo sobre os assuntos abordados em sala de aula, deixando de senti-los tão distantes, tal qual se apresentava nos primeiros encontros do Projeto.

Assim, fomos traçando um caminho para alcançarmos nossos objetivos, que consistiam na busca por uma ferramenta de ensino de uma História mais dinâmica e abrangente, onde os alunos não ficassem restritos ao espaço da Escola, mas sim, pudessem utilizá-la como um verdadeiro recurso didático. Além disso, buscávamos incentivar/desenvolver a curiosidade dos alunos a respeito da História, para dessa maneira, eles realizarem pesquisas e se apropriassem deste conhecimento, de modo que tivessem uma relação de pertencimento com o patrimônio cultural e se tornassem multiplicadores em prol do conhecimento sobre estes bens culturais da cidade.

Com base nestas considerações, no primeiro capítulo tecemos algumas reflexões sobre aspectos relacionados aos conceitos de História, Memória e Patrimônio Cultural. Abordamos a questão da preservação destes bens culturais no nosso país, abordando desde a evolução quanto à preservação inicial somente de

bens de “pedra e cal”, passando para os de natureza intangível. Esboçamos um histórico da Educação Patrimonial no Brasil, bem como os espaços adquiridos por essa metodologia nos últimos tempos, como no caso do nosso trabalho, onde essa adentrou a sala de aula e não se limitou somente a este espaço, muito pelo contrário, os conteúdos foram abordados ao ar livre e, também, em lugares de memória.

O segundo capítulo retratou o projeto de pesquisa realizado, bem como os aspectos do seu desenvolvimento e a forma como as aulas foram estruturadas dentro da sala de aula, ou seja, falamos sobre os materiais utilizados. Entendemos essa como uma parte importante do trabalho, visto que, através destes materiais, os alunos tiveram a oportunidade de ter os primeiros contatos com o que seria trabalhado e acreditamos que, ao optarmos pelo uso de imagens com diferentes datas para que os alunos observassem e pudessem conversar sobre o local, tivemos a oportunidade de trabalharmos com as mudanças e permanências. No final, percebemos o quanto essa foi uma maneira positiva para conquistarmos a atenção e o interesse da turma. Ao longo do processo, outras atividades foram pensadas, como as entrevistas muito enriquecedoras das nossas aulas e foram envolvendo cada vez mais os alunos, pois muitos descobriram que familiares ou pessoas próximas a eles, tinham trabalhado em fábricas da cidade. Assim, eles conheceram o comércio de antigamente, os meios de transporte, etc. e, através desses trabalhos, foi possível o entendimento deles sobre a História, observando o quanto ela não era algo distante, “lá do passado”, como alguns consideravam antes e que a mesma estava próxima a eles; enfim, que estas pessoas faziam parte do que estávamos trabalhando e que as histórias contadas na sala de aula também passaram a fazer parte das suas memórias.

Nesse capítulo também trabalhamos com o histórico dos locais que foram abordados durante as aulas, e com esse trabalho de pesquisa esperamos ajudar, futuramente, outros professores com a mesma dificuldade citada pela Professora Sandra, isto é, a falta ou a ausência de localizar esses dados sobre a História da nossa cidade.

Por sua vez, no terceiro capítulo, analisamos o resultado do trabalho realizado com os alunos e, por meio do contato com as produções dos mesmos, foi possível estabelecermos uma observação acerca da percepção dos discentes sobre os bens culturais locais. Ademais, visualizamos o crescimento no aprendizado a partir das

primeiras falas quando comparamos com os desenhos e as narrativas iniciais criadas pela turma.

Ao final do trabalho acreditamos que os nossos objetivos foram alcançados, tendo em vista que os alunos, ao longo do processo, realmente, participaram das diferentes etapas de trabalho propostas, e sabemos que isso é fundamental ao trabalharmos com a metodologia da Educação Patrimonial, já que a mesma não acontece sem a participação efetiva dos envolvidos. Nesta direção, um momento muito positivo do nosso trabalho foi conversar com a mãe de uma aluna e ver na sua fala a empolgação de quem estava realmente aprendendo junto com as aulas, já que sua filha, ao chegar em casa, contava tudo que havia apreendido durante a tarde. Esse momento, por si só, já fez com que o trabalho realizado fosse recompensado, pois o mesmo já estava se multiplicando. E foi a partir desta conversa surgiu a ideia de questionarmos os outros responsáveis se as aulas de História estavam tendo algum reflexo em casa, sendo possível termos a certeza do alcance das aulas com a atividade enviada, pois estes, na sua grande maioria, registraram que seus filhos comentavam sobre as aulas em casa e se mostraram muito receptivos ao modelo de aula tido por seus filhos, talvez, por verem o resultado nas falas dos mesmos.

Ao final da pesquisa, ao termos acesso a todo o material produzido pelos discentes, fica claro que as aulas tiveram um sentido, pois, em vários trabalhos, notamos que, com base no foi trabalhado nas aulas, juntamente com as saídas de campo, os alunos conseguiram mostrar suas leituras dos locais trabalhados. Portanto, concluímos que o ensino de História através dos bens culturais locais, permitiu aos alunos uma interação com as memórias da cidade do Rio Grande através das saídas de campo, de seus trabalhos de pesquisa, das entrevistas; enfim, de um modo muito positivo de trabalharmos com a história local.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. **Uma igreja, uma comunidade:** os 250 anos de história da catedral de São Pedro. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004.

ALMEIDA, Luiz Fernando. Patrimônio, história e sociedade. In: PINHEIRO, Áurea da Paz. PELEGRINI, Sandra C. A. (Org.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural.** Piauí: EDUFPI, 2010.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de história. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez, p. 327-383, 2011.

BOBADILHO, Simone Sola. O Papel da História Oral na Reconstrução Da Memória Coletiva: Pano de Fundo a Fábrica Rheingantz. In: XI Encontro Estadual de História. 2012, Rio Grande. **Anais Eletrônicos.** Rio Grande, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória da cidade:** lembranças paulistanas. Revista Estudos Avançados, vol. 17, n. 47, jan, 2003.

CABRAL, Magaly. Educação Patrimonial X Educação Museal. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial reflexões e práticas.** João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** Tradução Maria Letícia Ferreira. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **A memória e o princípio de perda.** Revista Diálogos. Maringá, v. 16, nº 3, p. 843-872, Set/Dez, 2012.

Carta de Atenas, informação completa disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em 05/06/2015.

Carta de Veneza, informação completa disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

CHAIGAR, Vânia Alves Martins. **A (des)educação do olhar no contexto da**

cidade: exercícios de conjugar o verbo reparar. Publicado em: <http://ulbrato.br/encena/2014/02/05/A-deseducacao-do-olhar-no-contexto-da-cidade-exercicios-de-conjugar-o-verbo-reparar>. Acesso em 17/07/2015.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COSTA, Everaldo Batista da. SCARLATO, Francisco Capuano. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial**. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2010.

CHUVA, Márcia Romeiro. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n° 34, pp. 147-165, 2012.

Declaração de Amsterdã, informação completa disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Equipe da Casa do Patrimônio de João Pessoa. Meu quintal é maior que o mundo ou reflexões sobre a Educação Patrimonial. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Reflexões sobre Reconhecimento e usos do Patrimônio Industrial. In: Livro eletrônico. GRANATO, Marcus. RANGEL, Marcio F. (Org.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDES, Paula Rejane. AGUIAR FILHO, Valfredo de Andrade. **O Patrimônio Cultural e sua proteção pelo Estado: uma análise nos setores urbanos brasileiros**. Tarairiú – Revista Eletrônica do laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB. Campina Grande, Ano II – v.1, n° 02, março de 2011.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. GIOIA, Lílian de Cássia Miranda de. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

FRAGA, Hilda Jaqueline de. A cidade como documento no ensino de história. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.) **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

_____. Percursos docentes em lugares de memória. In: GASPAROTTO, Alessandra. FRAGA, Hilda Jaqueline de. BERGAMASCHI, Maria Aparecida. (Orgs). **Ensino de história no CONESUL – Patrimônio cultural, territórios e fronteiras**. Porto Alegre: Evangraf / UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

FUÃO, Juarez José Rodrigues. O Monumento Túmulo a Bento Gonçalves da Silva. In: ALVES, Francisco das Neves. FUÃO, Juarez José Rodrigues. **Estatuária na cidade do Rio Grande nos primórdios da República Velha: 1889/1909**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GAZZÓLA, Lucivani. Educação Patrimonial: Teoria e Prática. In: **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, PUCPR, 2009. Anais eletrônicos: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/trabalhos_9.html. Acesso em 21 Out. 2014.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Práticas pedagógicas em História: espaço, tempo e corporeidade**. Ilustração de Eloar Guazzeli. Erechim: Edelbra, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 14, n° 50, p. 27-38, jan/mar, 2006.

GONÇALVES, Reginaldo Santos. O Mal-Estar No Patrimônio: identidade, tempo e destruição. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 28, n° 55, p. 211-228, jan/jun, 2015.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

_____. Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. In: Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Museologia Social. Porto Alegre, UE – Secretária Municipal de Cultura, 2002, p. 95 – 110.

<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=43405>

Acesso em 21/04/2015.

KAIRALLA, Bruno Zanini. O avô que é uma estátua viva da cidade. Jornal **Agora**, Rio Grande, 28 jan. 2016. Felicidade, p. 4-5.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

LUPORINI, Teresa Jussara. **Educação patrimonial: projetos para a educação básica**. Revista Ciências & Letras. Porto Alegre, n° 31, p.325-338, jan/jun, 2002.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. ZANON, Elisa Roberta. BRANCO, Patrícia Martins Castelo. **Educação Patrimonial: da teoria à prática**. Londrina: Ed. Unifil, 2009.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **A história, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n° 34, 1992.

MENDONÇA, Guilherme Cruz de. A tutela do patrimônio cultural no Brasil. In: PINHEIRO, Áurea da Paz. PELEGRINI, Sandra C. A. (Org.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. Piauí: EDUFPI, 2010.

NERY, Olivia Silva. **O Prédio dos Correios e Telégrafos do Rio Grande: patrimônio e memória da Cidade**. 2013. págs. 85. Monografia. Curso de História Bacharelado. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, Dez, 1993.

NUÑEZ, Débora Coimbra. **Educação Patrimonial nos bastidores do processo**. A formação dos agentes multiplicadores e as metodologias de ensino aplicadas na apreensão de bens culturais: o caso de São João Del-Rey/ Minas Gerais. Pelotas: Dissertação (Mestrado) da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **Da sala de aula para a rua ou da rua para a**

sala de aula? Os movimentos inesperados da vida na cidade e a relação com o saber escolar. Revista História Hoje. V. 3, nº 6, p. 121-137, 2014.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande.** Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PEREIRA, Júnia Sales. MIRANDA, Sonia Regina. **Por que seguir pensando, hoje em dia, nas conexões entre práticas de memória, patrimônio e Ensino de História?** Revista História Hoje, v. 3, nº 6, p. 11-18, 2014.

PINHEIRO, Áurea da Paz. Memória, ensino de história e patrimônio cultural. In: PINHEIRO, Áurea da Paz. PELEGRINI, Sandra C. A. (Org.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural.** Piauí: EDUFPI, 2010.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente.** Tradução Guilherme de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e Identidade: qual o lugar da história? In: GASPAROTTO, Alessandra. FRAGA, Hilda Jaqueline de. BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Orgs). **Ensino de história no CONESUL – Patrimônio cultural, territórios e fronteiras.** Porto Alegre: Evangraf / UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

SBERNI JR. C; SARAIVA, F.H.S; MARTINO, V. DE F. Conhecer para Pertencer: o patrimônio cultural como caminho para uma maior percepção da história para 2º série do primeiro ciclo. In: **Livro Eletrônico dos Núcleos de Ensino da UNESP, Pró-Reitoria de Graduação,** São Paulo, p. 479-492, 2006.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial reflexões e práticas.** João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. As fontes históricas e o ensino da

história. In: **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Josiane. **BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE: TRAJETÓRIA E PERCALÇOS DE UMA BIBLIOTECA MAIS QUE CENTENÁRIA**. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25. n.1, p.59-67, jan./jun. 2011.

SILVA, Rogério Piva da. **Quanto Vale um Patrimônio Cultural? O caso da Fábrica Rheingantz na Cidade do Rio Grande – RS**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2013.

SILVA, Claudete Andersen da. FREITAS, Sonia Marli Barbosa de. **Ilha da Pólvora: 1854/1995**. Biblos, Rio Grande, 9: 25-33, 1997.

SILVA, Marco Antônio. PORTO, Amélia. **Nas trilhas do ensino de história: teoria e prática**. Belo Horizonte: Rona, 2012.

SOARES, Célio. **Ecos do passado Histórias da velha cidade do Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 2010.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A Educação Patrimonial no Ensino de História**. Revista Biblos, Rio Grande, 22 (1): 199-211, 2008.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande: Imagens que contam a História**. Rio Grande: SMEC/ Rio Grande, 2008.

_____. **Rio Grande: cartões-postais contam a história**. Rio Grande: FURG, 2010.

_____. **Rio Grande: Patrimônio e Cartões-Postais na Belle Époque**. Rio Grande: FURG, 2013.

_____. **História do Município do Rio Grande: fundamentos**. Rio Grande: Pluscom Editora, 2015.

TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini. **Educação Patrimonial na Escola: uma experiência entre o ensino de História e o patrimônio Cultural em Pedro Osório (RS)**. 2014. Dissertação (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

TREVISAN, Ana Cláudia Cerini; MAGALHÃES, Leandro Henrique. **As aventuras do gato caixeiro em Londrina**. Ilustrador Gustavo Sandoval Dantas. Londrina: EdUnifil, 2011.

ZARBATO, Jaqueline Martins. **Ensino de História Patrimônio Cultural e Currículo: reflexões sobre ações educativas em educação patrimonial**. Revista

Labirinto, Porto Velho – RO, Ano XV, V. 22, p. 77-90, 2015.

ANEXOS

Anexo 01 – Praça Barão de São José do Norte

A Praça, ao longo de sua história, passou por profundas modificações. No século XVIII neste local se localizava o pelourinho, onde eram aplicados os castigos nos escravos. Na cidade do Rio Grande encontrava-se grande número de negros escravizados, tendo em vista que eles desembarcavam no Porto da cidade e, depois, seguiam para outras regiões do Estado, já os que aqui ficavam, realizavam diferentes trabalhos.

Nesse local, inicialmente cercado de madeira também foram realizados os enforcamentos de condenados a morte até 1855, quando a pena de morte foi abolida do País, por isso chamavam-no de Praça dos Enforcados. Após ser iniciada a construção do prédio da Santa Casa em 1850, a Praça ficou conhecida como Praça da Caridade ou da Misericórdia.

Em julho de 1888, em resolução da Câmara a Praça passa definitivamente a se chamar Barão de São José do Norte. Posteriormente, na década de 1930, ela foi remodelada. Sendo dividida em duas partes para possibilitar o escoamento do trânsito, pois os bondes da linha Cidade Nova eram obrigados a fazer duas acentuadas curvas para seguirem na direção da Rua Aquidaban. Ela se encontra com este modelo até os dias atuais, ficando de um lado o monumento a Antonio Lopes e do outro lado se encontra o chafariz instalado na década de 1870.

Anexo 02 – Praça Sete de Setembro

A Praça inicialmente chamava-se “Praça do Poço”, foi assim denominada por ali ter sido construído um poço ou cacimba, nos primeiros momentos da ocupação em 1737, estando próximo ao Forte Jesus-Maria-José. Ali aconteceram as primeiras experiências de convívio da cidade.

Neste Local encontrava-se um chafariz instalado desde a década 1870, mas este foi removido em data e para local não informado. Atualmente, no centro da Praça se encontra o monumento ao Barão do Rio Branco.

Anexo 03 – Praça Tamandaré

Sua função inicial era ponto de coleta de água, sua antiga denominação Geribanda, esse era um ponto de aglomeração popular, onde se encontravam escravos, aguadeiros para a coleta de água, a lavagem de roupas era feita neste local também pelas lavadeiras. Este era o principal local de abastecimento de água da cidade.

Ao ser aberto um poço ou cacimba, havia um grande cuidado em protegê-los para impedir a entrada de areia. Os negros, para tirarem a água, utilizavam um chifre de boi preso pelo meio de uma vara comprida. Os poços da praça foram fechados a partir de 1870.

No ano de 1865, o lugar passa a ser chamado de Praça Tamandaré em homenagem a Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré. Essa área se valorizou com o desenvolvimento da cidade, e, assim, começou a receber uma atenção maior a partir de 1895, através de projetos de melhoramento que previu a plantação de mudas de árvores, ajardinamento construção de lagos e ilhotas.

Anexo 04 – Praça Xavier Ferreira

A praça começou a ser demarcada na década de 1810 estendendo-se até 1860. Esse local recebeu diversas denominações como: Praça da constituição (1821, relativa ao juramento da constituição de Lisboa), Praça do Império (1824), Praça da Alfândega (1829), Praça do Mercado (1842), Praça Municipal (denominação mais usada no século XIX), Praça Dona Isabel (1885), Praça General Teles (1894) e Praça Xavier Ferreira (1935).

Neste local encontra-se o chafariz da Cia. Hidráulica Rio-Grandense, o monumento a Brigadeiro José da Silva Paes, fundador da cidade, a Coluna Comemorativa da Libertação dos Escravos, sendo esse o primeiro monumento erguido em praça pública da cidade em 1889, no topo da coluna encontramos a figura simbólica da Liberdade, uma mulher rompendo as correntes, elas seriam, simbolicamente, as correntes com as quais prendiam os escravos. A coluna possui 19 metros de altura e a mulher com 3,40m de altura. O lago que se encontra na Praça Xavier Ferreira, já foi chamado de “Lago dos Cisnes”, pois lá viviam casais de cisnes antigamente.

Anexo 05 – Mercado Público Municipal da Cidade do Rio Grande

Localizado junto à Laguna dos Patos, o mercado público foi construído sobre área de aterro. Em 1841, o presidente da Província Dr. Saturnino de Souza e Oliveira ordenou a construção do Mercado Público da cidade do Rio Grande e de Porto Alegre. Com o passar dos anos, foi solicitada a construção de um novo mercado, sendo tal obra realizada em quatro etapas, tendo sido finalizada somente no ano de 1864.

No prédio existia um grande pátio interno com bancas para a realização do comércio de frutas e legumes, ou seja, o local constituía ponto de reunião de produtores e comerciantes das ilhas vizinhas, bem como da zona rural com o objetivo de venderem seus produtos.

Com o passar dos anos o Mercado Público passou por outras obras, quando, na década de 1950, foram construídos os chalés no pátio do mercado, de forma a criar a estrutura que temos atualmente.

Anexo 06 – Quartel General de Guarnição e Fronteira

No ano de 1885, por determinação do Imperador Dom Pedro II, foi comprado o terreno para a construção do prédio bem no centro da cidade, como era o desejo do exército. Sua construção começa em 1892, com sua localização estratégica dando vista para o mar, o exército podia assim controlar a entrada da cidade, evitar o contrabando, além de impedir possíveis ataques.

Este prédio sofreu várias reformas, sendo na década de 50 e 60 subdividido e transformado em residência para os oficiais militares. Em 1990, o prédio passa a ser da prefeitura e, neste mesmo ano foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O prédio abrigou a Prefeitura Municipal, após o incêndio que destruiu parcialmente o Prédio da Prefeitura no ano de 2006.

Anexo 07 – Prédio da Prefeitura Municipal do Rio Grande (O Paço Municipal)

Joaquim José Soares de Faria Marques, nascido no Rio de Janeiro em 1789, mudou o seu nome em 1822 para Joaquim Rasgado, quando já residia em Rio Grande. Rico comerciante casou-se e mandou construir um sobrado de dois pavimentos, chamado pela população de “Casa Nobre”, esse prédio se destacava, frente as poucas e grandes construções de moradia particular existentes na Vila do Rio Grande naquela época. Quando este foi construído, a Praça Xavier Ferreira não passava de aguaceiros e dunas de areia, enquanto a Rua da Praia (atual Marechal Floriano) ficava alagada com as chuvas, sendo feito um primitivo calçamento para as carroças e pedestres na década de 1850. O prédio assistiu grande parte do crescimento da cidade.

Posteriormente o prédio foi residência do comendador Antônio da Silva Ferreira Tigre, sendo colocado a venda pelos herdeiros no ano de 1886. Também foi alugado para o Colégio União e para a sede de Bloco Carnavalesco. A Intendência Municipal do Rio Grande interessou-se na compra do imóvel, fechando negócio em 1894. O imóvel sediou a Prefeitura da Cidade do Rio Grande até abril de 2006, quando o prédio sofreu com um violento incêndio, o qual destruiu parte de sua estrutura. Quadros, móveis, documentos antigos e a bonita escadaria em mármore foram consumidos pelas chamas. Após o incêndio o prédio passou por restauração sendo inaugurado em janeiro de 2013, voltando a ser ocupado pela Prefeitura Municipal.

Anexo 08 – Catedral de São Pedro

A Catedral de São Pedro é o mais antigo e ativo templo do Estado. Construída no século XVIII, é o único prédio remanescente desse período na cidade do Rio Grande. Construída em 1755, na pequena Vila do Rio Grande, a edificação tinha papel importante, pois além de um templo religioso seria lugar de concentração e sociabilidade para a comunidade rio-grandina.

Ao longo de seus mais de 250 anos sofreu com a invasão dos espanhóis, passou por saques, foi utilizada como hospital. No século XIX, passou por constantes ameaças de ser destruída para a construção de uma igreja mais suntuosa em seu lugar. Essa batalha, onde de um lado tínhamos os modernizadores e, do outro os conservadores, adentrou o século XX, até que em 1938 a então Matriz de São Pedro foi tombada pelo Governo Federal.

Após muitas dificuldades devido à ação do tempo, passou por restauração completa em 1997. Nesta restauração as imagens repintadas grosseiramente de maneira inadequada, foram recuperadas voltando assim a sua aparência original, o mesmo aconteceu com os onze altares e, na capela-mor, decidiu-se pela manutenção da escaiola.

Aos fundos da Catedral encontra-se a Capela de São Francisco de Assis, foi iniciada em 1792, por Rafael Pinto Bandeira, ele doou em 1794 o terreno e as obras inacabadas para a ordem Terceira de São Francisco de Assis, a obra foi concluída em 1814. Atualmente o prédio abriga a Coleção Arte Sacra do Museu da Cidade.

Anexo 09 – Prédio da Alfândega

A instalação da Alfândega do Rio Grande ocorreu em primeiro de outubro de 1804, evidenciando a importância econômica e estratégica da então Vila do Rio Grande de São Pedro. O atual prédio da Alfândega foi o terceiro a ser construído naquele entorno e suas obras foram realizadas entre 1874 e 1879. Este prédio foi a maior obra civil realizada na cidade do Rio Grande no século XIX.

Entre 1972 e 1986 o prédio passou por grandes reformas, as quais buscaram a restauração de suas linhas originais e a segurança da estrutura, apesar dessa reforma a deterioração causada pela umidade exigiu novas intervenções que estão ocorrendo atualmente. O prédio abriga a Receita Federal e o Museu da Cidade do Rio Grande. Este foi tombado pelo IPHAN em 1967.

Anexo 10 – Fábrica Rheingantz

O Comerciante Carlos Guilherme Rheingantz fundou em 1873, a primeira fábrica de tecidos do Estado do Rio Grande do Sul. A localização inicial da fábrica, a qual produzia em pequena escala, era em frente à cadeia, no quarteirão formado pelas ruas Conde de Porto Alegre, Almirante Barroso, General Câmara e Coronel Sampaio.

No ano de 1885, com a grande expansão da empresa, um mercado consumidor forte e obras de infra-estrutura urbana, a fábrica mudou-se para onde encontramos hoje o Complexo Rheingantz.

Em 1886 a Câmara resolve dar nome de Rheingantz à antiga Estrada da Mangueira, que depois da implantação dos bondes ficou conhecida como “Linha do Parque”, assim nascia a Avenida Rheingantz, tendo de um lado as casas destinadas aos funcionários mais graduados, mais bem equipadas e isoladas no lote em sua grande maioria, e de outro as mais modestas, para operários de menor nível. Essa caracterização toda é, atualmente, denominada Avenida Presidente Vargas.

Os empregados cumpriam um horário regular de dez horas por dia e, conforme necessário, aumentavam a jornada de trabalho. Os funcionários contavam com assistência social, escola, biblioteca, assistência médica, cooperativa de consumo, banda de música e esportes, estímulos dados pela direção da fábrica, além das casas para os operários. Essas casas eram alugadas a preços módicos.

A mão-de-obra da fábrica era constituída por dois terços de mulheres e um terço de homens. As mulheres trabalhavam na produção e os homens na manutenção. A fábrica possuía uma produção de abrangência regional, nacional, e de exportação, para os Estados Unidos e Europa. Fornecia capas e cobertores para o Exército Brasileiro, atingindo seu auge de produção na época da Primeira Guerra Mundial, quando chegaram a trabalhar 2000 pessoas na fábrica.

A falência da Companhia deu-se pela concorrência, confecções e magazines que importavam lãs e produtos do Uruguai a preços mais baixos. Isso ocorreu por volta de 1968 quando a fábrica foi comprada pela firma Abdala & Cia, de São Paulo. Em 1970 a fábrica foi vendida novamente, para um grupo de Pelotas, adquirindo o nome de Inca Têxtil. Entretanto o grupo tentou manter a produção e o funcionamento, mas com grandes dificuldades, devido à crise e a concorrência com

o produto uruguaio. Da década de 1970 para cá a fábrica de lã ficou parada e hoje se encontra sem nenhuma produção, com poucos funcionários designados para manutenção.

Anexo 11 – CARTA DE APRESENTAÇÃO

Rio Grande, 28 de outubro de 2014.

Caros pais e responsáveis,

Ao longo desse ano, está sendo desenvolvido um projeto de ensino e aprendizagem com a turma de 4º ano do Ensino Fundamental cuja iniciativa foi proposta como meu projeto de dissertação de Mestrado Profissional em História e versa sobre o Ensino de História Através dos Patrimônios Culturais da Cidade do Rio Grande.

O motivo desta é apresentar minha proposta aos senhores e solicitar sua autorização para uso acadêmico dos subsídios gerados no nosso trabalho em sala de aula.

Como educadora-pesquisadora com o compromisso com a educação, com a instituição educacional que me acolhe e com o meio acadêmico que promove minha formação, me comprometo a garantir que as informações geradas não serão utilizadas com outro objetivo que não seja o de somar conhecimento a uma área tão importante como a da Educação.

Agradeço a sua colaboração que, neste momento, se torna muito importante para o sucesso dessa pesquisa.

Atenciosamente,

Camila Rola Alves
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande

Eu, _____, portador do documento RG ou CPF número _____, declaro ceder a pesquisadora Camila Rola Alves, portadora do documento de Identidade Nº: 7108913695, sem quaisquer restrições, de maneira total e definitiva os direitos de uso das produções e narrativas, de caráter histórico e documental prestado pelo estudante _____ durante o ano letivo de 2014. A referida pesquisadora ficará com a custódia deste material e poderá disponibilizá-lo para consulta e utilização na sua dissertação de Mestrado Profissional em História do Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande.

_____/_____, _____ de _____ de 201____.

Anexo 12 – Perguntas enviadas aos responsáveis pelos alunos

Caros pais e responsáveis,

Durante este ano desenvolvi na escola um trabalho de ensino de história por meio dos patrimônios culturais da cidade, sendo esta minha proposta de dissertação de Mestrado Profissional em História. Assim o conteúdo foi trabalhado a partir de imagens e cartões- postais da cidade antigamente, os alunos ao longo do ano foram trazendo colaborações de histórias que pessoas mais velhas contam de como era a cidade antigamente. Trabalhamos com o sentido de pertencimento através da “Oficina dos Objetos” onde cada aluno trouxe para a aula coisas que eram importantes para eles, e então trabalhamos com a importância da história, da preservação. Saídas de campo foram realizadas para que os alunos pudessem observar os locais que estávamos trabalhando.

Neste momento, conto com a colaboração de vocês, peço que respondam as perguntas a seguir, essa atividade faz parte do encerramento do estágio, a partir destas queremos saber se o aluno apreendeu o conteúdo trabalhado em sala de aula, e se o mesmo está transmitindo para outras pessoas o conhecimento adquirido.

Desde já agradeço a sua colaboração que, neste momento, é muito importante para a pesquisa.

Atenciosamente,

Camila Rola Alves

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal do Rio Grande

1- O (a) aluno (a) comenta o que apreendeu nas aulas de história? O que ele (a) comentou que mais chamou a sua atenção?

2- Qual a sua opinião sobre as aulas de história de seu filho (a)?

PRODUTO CRIADO: PRAÇAS COMO ROTEIROS DE ATIVIDADES DE ENSINO

1. Aspectos iniciais

Este roteiro foi pensado com o objetivo de auxiliar professores que desejam trabalhar com as três principais Praças do centro da cidade do Rio Grande/RS, são elas: Praça Xavier Ferreira, Tamandaré, e Barão de São José do Norte.

Nesta direção, destacamos que é importante que os professores preparem seus alunos para a atividade, para que ao chegarem aos locais os discentes não se sintam perdidos e a atividade acabe perdendo o seu sentido. Algumas aulas antes é preciso que fique combinado o que vai ser trabalhado sobre estes locais, quais são os objetivos da saída de campo. Uma dica que pode ser utilizada nessa aula, que antecede a saída prática, é o uso de imagens e estas são, atualmente, facilmente localizadas na *internet*; pode ser pedida uma pesquisa, onde os alunos busquem imagens antigas dos locais a serem visitados, um pequeno histórico, ou partir do professor trazer essas informações para a sala de aula.

As duas referências citadas logo abaixo são sugestões para se trabalhar com imagens na sala de aula, já que os dois livros trazem muitos cartões-postais da cidade do Rio Grande.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande**: cartões-postais contam a história. Rio Grande: FURG, 2010.

_____. **Rio Grande**: Patrimônio e Cartões-Postais na Belle Époque. Rio Grande: FURG, 2013.

Ao realizar uma saída de campo, nestes lugares é possível abordar assuntos como:

- Fundação da cidade;
- Desenvolvimento local;
- Escravidão – atividades que os escravos desenvolviam na cidade;
- Abolição – Monumento à Liberdade;
- Escultores rio-grandinos;

- É possível aproveitar a saída e trabalhar o histórico de prédios do entorno das Praças, principalmente da Praça Xavier Ferreira, já que a mesma se localiza no meio do centro histórico;
- Preservação dos bens culturais.

2. Histórico dos locais

2.1 Praça Xavier Ferreira

Ao focarmos/trabalharmos com a Praça Xavier Ferreira, não temos como desvincular o centro histórico da cidade, tendo em vista ser ela, praticamente, o “coração” do mesmo. Este local foi delimitado na “década de 1810 e se tornou, com as obras de melhoramento, o “Boulevard Rio-Grandense” a partir da década de 1870” (TORRES, 2015, p. 32). Posteriormente, o entorno da Praça foi ganhando um novo contorno, em consonância com as informações, abaixo:

[...] estendendo-se até a década de 1860. Com a construção do casarão do Rasgado em 1824 (atual Prefeitura Municipal), segundo prédio da Alfândega (1829), antigo Mercado Público (1842), antigo prédio da Câmara Municipal em 1850 (local onde hoje está o prédio da Biblioteca Rio Grandense), e o antigo prédio da Câmara do Comércio (1847), os limites da praça foram sendo definidos pelas edificações urbanas (TORRES, 2008, p. 50).

A Praça Xavier Ferreira, ao longo de sua história, recebeu diferentes denominações, conforme indica o historiador Luiz Henrique Torres:

Praça da Constituição (relativa ao juramento da Constituição de Lisboa em 14 de abril de 1821); Praça do Império (1824); Praça da Alfândega (com a construção do segundo prédio da Alfândega em 1829); Praça do Mercado (após a construção do antigo Mercado em 1842); Praça Municipal (denominação mais usada no século 19); Praça Dona Isabel (1885); Praça General Teles (1894); Praça Xavier Ferreira (1935). (Jornal *Agora*, s/p. Disponível em: <http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=46¬icia=45085>. Acesso em 10/06/2016)

Por fim, destacamos sobre a última denominação da Praça Xavier Ferreira, ela ocorreu na forma de uma homenagem “ao autor do projeto de elevação da então Vila do Rio Grande de São Pedro para Cidade do Rio Grande, o boticário e jornalista Francisco Xavier Ferreira” (TORRES, 2008, p. 43).

Neste local podemos observar os monumentos que fazem parte dela, como

o Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, fundador da cidade, inaugurado em 1939, o Monumento à Liberdade, retratando o fim da escravidão, sendo que este foi o primeiro monumento erguido em praça pública na cidade, em 1889. Também veremos o Chafariz das Três Graças que, assim como os outros, é de origem francesa e foi instalado em Rio Grande no ano de 1875, este era um dos principais cartões de visita da cidade, no século XX (TORRES, 2008). Também será possível observarmos neste local o Lago dos Cisnes, este lago é assim chamado por ter possuído belos exemplares dessa ave, sendo que os primeiros vieram da Alemanha, em 1936; depois, no início da década de 60, um casal vindo de Portugal nadava no Lago, ainda nos anos 60, vieram cisnes da estirpe inglesa, mas, nascidos no Brasil; por último, tivemos um casal de cisnes negros, vindos da Holanda, que ainda na década de 80, encontravam-se no lago (SOARES, 2010, p. 47).

Atualmente, encontramos no lago duas esculturas o “Guri de Tonietti”, como é conhecida uma delas – esculpida por Matteo Tonietti –, sabemos que ele usou como modelo um menino que na época tinha aproximadamente 11 anos (este fato teria acontecido no ano de 1942), segundo entrevista com a própria “estátua viva” ao jornal *Agora*,³⁵ em janeiro de 2016. A outra estátua recebeu o nome de “O Jornaleiro” e, teria sido feita por Érico Gobbi³⁶, segundo o entrevistado. Os Guris como são popularmente conhecidos, foram colocados, originalmente, na Praça Dr. Pio, onde ficaram até a construção do prédio dos Correios e Telégrafos, já que com esta obra, a Praça deixou de existir e as esculturas foram transferidas para onde se encontram, atualmente (NERY, 2013).

O local também possui um número bastante diversificado de árvores, que compõem aquele cenário, sendo que a Praça Xavier Ferreira era um “local de passeio das famílias ao entardecer e nos finais de semana” (TORRES, 2008, p.43). Na imagem a seguir temos uma vista aérea do local, e a localização de alguns monumentos. . Lago dos Cisnes (1), Monumento a Mãe (2), Monumento à Liberdade (3), Chafariz (4), e Monumento a Brigadeiro José da Silva Paes (5).

³⁵ KAIRALLA, Bruno Zanini. O avô que é uma estátua viva da cidade. Jornal *Agora*, Rio Grande, 28 jan. 2016. Felicidade, p. 4-5.

³⁶ Há controvérsias quanto à informação sobre quem foi o escultor da obra.

Imagem aérea da Praça Xavier Ferreira



Fonte: Imagem retirada do Google Maps. Acesso em 11/07/2016

2.2 Barão de São José do Norte

A Praça Barão de São José do Norte tem uma história muito incomum em relação às outras. Neste local, inicialmente cercado de madeira, realizava-se o enforcamento dos condenados à morte na cidade até o ano de 1855, quando a pena de morte foi abolida no Brasil. Também neste local, conforme indica uma planta de 1767, ficava o pelourinho – símbolo do poder judiciário luso-brasileiro onde eram publicadas as normas legais e aplicação de castigos, inclusive, açoite em escravos (TORRES, 2008, p. 58). Estes chegavam através do Porto do Rio Grande, alguns ficavam por aqui e, outros eram comercializados pela região sul. Na cidade do Rio Grande, cerca de 25% da população era constituída por escravos, eles eram grande parte da mão-de-obra da cidade. Trabalhando nas mais diferentes atividades, entre elas, ama-de-leite, cozinheiro, lavadeiras, pedreiro, etc.; devido ao grande movimento de barcos no porto da cidade, muitos escravos trabalhavam embarcados (TORRES, 2008, p. 19), também vendiam hortaliças, tais como alface, couve, cebola

e laranjas. Ao trabalharmos com a história deste local com os alunos, estaremos abordando a presença do trabalho escravo na cidade do Rio Grande. Veremos o quanto, aqui, eles eram tratados com a mesma crueldade, que em outras localidades do país, pois havia na cidade um lugar para os castigar; desconstruindo a ideia muito comum na historiografia tradicional de que, em Rio Grande, a escravidão foi um pouco branda³⁷.

O local já foi chamado de Largo do Moinho, depois passou a chamar-se Largo da Praça da Caridade com o início da construção do hospital da Santa Casa, na década de 1850 e, posteriormente, foi denominado de Praça Barão de São José do Norte. Na década de 1930, a praça foi dividida em duas partes para possibilitar o escoamento do trânsito, em especial, dos bondes da linha Cidade Nova, os quais eram obrigados a fazer duas acentuadas curvas para seguirem para a Rua Aquidaban (TORRES, 2008). Ao falarmos deste ponto, o porquê de a praça ter sido dividida. Além disto, neste local, encontrasse “o último dos quatro chafarizes franceses colocados na cidade” (TORRES, 2015, p. 86). Na imagem a seguir podemos observar a Praça: chafariz (1), a Rua Aquidaban que atualmente corta o local ao meio (2), e o monumento a Antonio Carlos Lopes (3).

³⁷ Na cidade do Rio Grande muitas pessoas têm a falsa ideia de que a escravidão foi pouco intensa no local, mas, ao fazermos uma rápida pesquisa em jornais da época, já é possível observarmos que essa não foi tão branda assim, já que os anúncios de venda, aluguel e compra de escravos eram muitos. Muitos escravos chegavam através do Porto do Rio Grande, alguns ficavam por aqui, e outros eram comercializados pela região sul. Na cidade do Rio Grande, cerca de 25% da população era de escravos, estes eram grande parte da mão de obra da cidade; trabalhavam nas mais diferentes atividades, conforme indica Torres: “cerca de 25% da população da cidade era constituída por escravos trazidos ao Rio Grande para atividade no porto ou como escravos urbanos domésticos ou de ganho. O fluxo financeiro e a necessidade de mão-de-obra impulsionavam esta presença que se prolongou até os últimos anos que antecederam a abolição da escravatura em 1888” (TORRES, 2008, p. 19).

Imagem aérea da Praça Barão de São José do Norte



Fonte: Imagem retirada do Google Maps. Acesso em 11/07/2016

2.3 Praça Tamandaré

Este local era antigamente chamado de Geribanda segundo o historiador Luiz Henrique Torres, era o “local de descomposturas pela aglomeração popular na coleta de água por aguadeiros e escravos, além da lavagem de roupa por lavadeiras” (TORRES, 2008, p. 28), ou seja, o local foi um dos principais pontos de abastecimento de água da cidade. No início da década de 1870, quando os poços começaram a ser fechados, existiam 5 exemplares. A área se valorizou com o crescimento da cidade, sendo assim a Praça começou a receber projetos, como o de plantação de árvores, visto que, neste local, só existiam combros de areia, também foi feito um ajardinamento e a construção de lagos e ilhotas (TORRES, 2008).

No seu interior possui muitos monumentos: o que mais chama atenção é o Monumento Túmulo à figura de Bento Gonçalves, “um dos principais líderes da Revolução Farroupilha. Foi Bento Gonçalves da Silva que se destacou como

comandante militar nas lutas platinas e também como presidente da República Rio-Grandense” (TORRES, 2008, p. 69). No ano de 1909, foram depositados, junto ao monumento, seus restos mortais.

O Monumento Túmulo localiza-se bem no centro da Praça Tamandaré; seu entorno é livre para circulação, possibilitando uma melhor visualização de qualquer um dos ângulos. “A obra em bronze foi feita em Portugal pelo escultor Antonio Teixeira Lopes e retrata, representado por leões, a luta entre a república e a monarquia” (TORRES, 2008, p. 69). Ainda encontra-se no monumento referências ao italiano Garibaldi e ao general farroupilha nascido em Rio Grande Antonio de Souza Netto.

Na segunda metade do século XIX, acontecia um processo de mitificação da Revolução Farroupilha e, conseqüentemente, de seus heróis, “um grupo de rio-grandinos liderados pelo historiador Alfredo Ferreira Rodrigues teve a iniciativa da formação de uma comissão incumbida para o erguimento de um monumento em homenagem a Bento Gonçalves da Silva, na cidade do Rio Grande” (FUÃO, 2005, p. 61). Para este Projeto, o grupo contou com a ajuda financeira dos mais diferentes seguimentos da sociedade, de empresários a classe popular todos colaboraram, outras cidades também ajudaram para a construção do monumento, como Bagé, esse município se destacou pela grande quantia doada pela sua população.

Os restos mortais de Bento Gonçalves vieram para a cidade do Rio Grande em meados de 1900, “encontrando na população o entusiasmo capaz de dar ao projeto a viabilidade financeira e simbólica necessária para a concretização de uma obra de grande vulto” (FUÃO, 2005, p. 62), a população participou ativamente desse projeto, discutindo onde ia ser colocada a obra, já que o líder da comissão Alfredo Ferreira Rodrigues queria que o monumento fosse alocado na Praça General Telles (atual Praça Xavier Ferreira) mas, a população defendia a colocação na Praça Tamandaré. No entanto, devido a algumas mudanças na obra e desentendimentos da comissão, o monumento só foi inaugurado em 1909.

Nesta Praça também encontramos um mini zoológico com um pequeno número de animais como patos, macacos, coelhos, entre outros. Um grande chafariz de origem francesa – o terceiro a ser instalado em Rio Grande em 1876 pela Companhia Hidráulica –, ele foi colocado, primeiramente, onde hoje se encontra o Monumento Túmulo a Bento Gonçalves, sendo removido para o Lago para a colocação do monumento (TORRES, 2015).

A Praça Tamandaré, sofre com a falta de manutenção, como aponta o professor Luiz Henrique Torres, “devido a grande dimensão de 44.124 metros quadrados, 316 metros de comprimento por 140 metros de largura, a manutenção deste espaço público tem sido um desafio para os governos municipais” (TORRES, 2008, p. 33). Na imagem é possível observar o tamanho da Praça e a indicação da localização de alguns lugares que podem ser trabalhados: Chafariz (1), Mini Zoo (2), Monumento Túmulo a Bento Gonçalves (3), Coreto (4).

Imagem aérea da Praça Tamandaré



Fonte: Imagem retirada do Google Maps. Acesso em 11/07/2016

Referências

FUÃO, Juarez José Rodrigues. O Monumento Túmulo a Bento Gonçalves da Silva. In: ALVES, Francisco das Neves. FUÃO, Juarez José Rodrigues. **Estatuária na cidade do Rio Grande nos primórdios da República Velha: 1889/1909**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

NERY, Olivia Silva. **O Prédio dos Correios e Telégrafos do Rio Grande: patrimônio e memória da Cidade**. 2013. Monografia. Curso de História Bacharelado. Universidade Federal Do Rio Grande, Rio Grande.

SOARES, Célio. **Ecos do passado Histórias da velha cidade do Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 2010.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande: Imagens que contam a História**. Rio Grande: SMEC/ Rio Grande, 2008.

_____. **História do Município do Rio Grande: fundamentos**. Rio Grande: Pluscom Editora, 2015.